



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 6, SEXTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 5ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2018	
1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia – Registro da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; e outros assuntos.	6
1.2.3 – Convocação de sessão	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para terça-feira próxima, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	12
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Reguffe – Destaque para a necessidade de reajuste dos limites de isenção da tabela de imposto de renda da pessoa física.	12
Senador José Medeiros – Preocupação com atual cenário da segurança pública no País; e outros assuntos.	16
Senador Romero Jucá, como Líder – Registro da reunião de S. Ex ^a com a comitiva do Governo Federal destinada a solucionar a crise migratória de venezuelanos no estado de Roraima.	20
Senador Valdir Raupp – Considerações sobre a segurança pública no Brasil.	23
Senador Hélio José – Divulgação da agenda de audiências públicas da Comissão Senado do Futuro sobre acidentes em obras públicas.	26
Senador Alvaro Dias – Esclarecimentos sobre notícias veiculadas na imprensa e defesa do fim do foro privilegiado; e outros assuntos.	29
1.3 – ENCERRAMENTO	35



PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 5ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 2/2018 (nº 7/2018, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao quarto trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 37

2.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Alvaro Dias – Íntegra do discurso de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno. . 55

2.1.3 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2016. 63

2.1.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 69/2018, na origem (**Mensagem nº 7/2018, no Senado Federal**), que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de fevereiro de 2018. 65

2.1.5 – Requerimento

Nº 23/2018, do Senador Gladson Cameli, de autorização para desempenho de missão em 22 e 23 do corrente. **Deferido.** 127

2.1.6 – Término de prazo

Término do prazo, em 9 do corrente, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 143/2017 continue a sua tramitação. 131

PARTE III

3 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-MARROCOS

Ata da 2ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2017 (REPUBLICAÇÃO) 133

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 158

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 161

6 – LIDERANÇAS 162

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 166

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 177

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 181

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 230

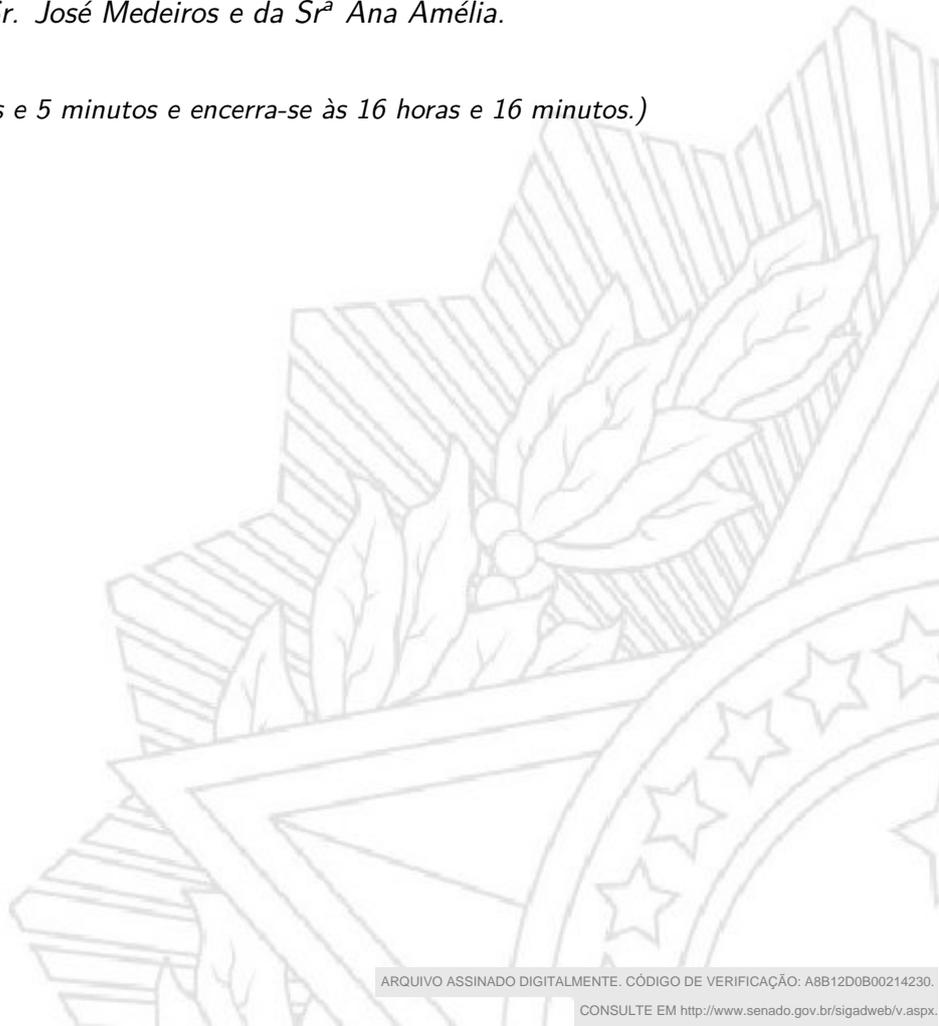


Ata da 5ª Sessão, Não Deliberativa,
em 15 de fevereiro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. José Medeiros e da Srª Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 16 horas e 16 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a Mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

E, como primeira oradora de hoje, a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, pelo tempo regimental.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente desta sessão, Senador José Medeiros, que representa aqui o Estado de Mato Grosso.

Caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, que nos acompanham nesta tarde de quinta-feira, depois de uma semana movimentada e polêmica de Carnaval, como é tradição em nosso País, ontem, quarta-feira, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lançou a Campanha da Fraternidade, tendo como tema neste ano – e não poderia ser diferente, dada a gravidade da situação, eu diria caótica, que algumas regiões do nosso País vivem neste momento... É uma campanha voltada à questão da violência.

A Campanha da Fraternidade diz que a corrupção é violência. E não há dúvida. Na verdade, durante o lançamento da campanha, o próprio Presidente da instituição católica lista também como prática violenta a corrupção. "A corrupção é uma forma de violência, e ela mata", disse o Cardeal Presidente da CNBB. Segundo ele, "ao desviar recursos que deveriam ser usados em favor da população, os políticos acabam promovendo uma outra forma de violência contra o ser humano, a miséria".

É claro que há todo um raciocínio lógico nessa constatação, porque a corrupção corrói o dinheiro que falta hoje à própria segurança pública, para dar garantias ao cidadão de ir e vir sem sofrer o risco de um assalto, de um latrocínio, de um homicídio e de várias formas de violência – muito estimulado também pelo grande nível de impunidade que existe no País. Não há consequência para quem mata.

A segurança pública perde dinheiro por conta da corrupção; a saúde pública perde dinheiro por conta da corrupção; a educação, as escolas públicas perdem dinheiro por conta da corrupção; as estradas que estão, muitas delas, em situação de caos, com buracos, inseguras, também perdem e são comprometidas pelo dinheiro que é escoado pelo ralo da corrupção.

Portanto, é oportuna mais essa campanha da fraternidade na medida em que ela traz de volta esse tema; tema, aliás, que foi também no Carnaval motivo de escolha de enredos de grandes e vitoriosas escolas de samba, entre as quais a Beija-Flor de Nilópolis.

Mas, voltando à CNBB, eu quero aqui também invocar, Senador José Medeiros, a posição do Papa Francisco, um argentino, nosso vizinho, que está fazendo a diferença ao expor as mazelas que a própria Igreja tem. Eu penso e tenho a convicção de que isso é um ato de coerência de Sua Santidade, o Papa Francisco, quando ele se atemoriza, quando ele se escandaliza com o grau de violência que existe na própria Igreja, não de todos os prelados, não de todos os padres, mas quando existem casos isolados – e é bom que se diga isso porque toda generalização é injusta em relação à pedofilia, por exemplo, ou em relação ao episódio que aconteceu, que está sendo investigado também



pela Igreja, com um arcebispo de uma cidade chamada Bamako, no pobre país do Mali, na África Ocidental, com os piores indicadores do mundo. O Arcebispo Jean Zerbo é acusado de ter, no mínimo, em várias contas em bancos suíços, em fundos administrados por ele, mais de 12 milhões de euros – isso feito num país miserável como é o Mali, com indicadores sociais escandalosamente perversos de pobreza, de miséria e de abandono...

Também é louvável a atitude de Sua Santidade, o Papa Francisco, ao expor e ao não ignorar, ao não colocar embaixo do tapete exatamente esses problemas que a Igreja também enfrenta, iguais aos que a sociedade brasileira hoje enfrenta.

O importante é que a instituição, como o Papa Francisco, que é o líder da Santa Sé – no caso, o Estado do Vaticano –, líder da Igreja, da fé e da instituição católica, reconheça e faça um pedido de perdão quando fala de todas essas mazelas, especialmente de uma forma de violência gravíssima que é a pedofilia, que atinge crianças indefesas e incautas.

Então, eu quero louvar aqui não só a campanha da CNBB, mas também a atitude exemplar e coerente de Sua Santidade, o Papa Francisco, que também se alarma, que também se assusta e que certamente deve orar muito por essas mentes doentias que existem não apenas na política brasileira, mas existem também nos prelados ou em autoridades da Santa Sé ou da Igreja Católica, em todas as sociedades onde houver uma pessoa, onde houver um ser humano.

Um professor de uma conceituada universidade dos Estados Unidos violentava as atletas que iam competir nas maratonas, nas Olimpíadas, e agora foi exemplarmente condenado. A juíza, quando deu a sentença final, disse: "Eu estou selando a sua pena de morte e faço isso com júbilo." Talvez esta expressão "júbilo" não fosse apropriada numa sentença de uma juíza que deve tratar dessas questões de maneira, eu diria, tão imparcial quanto possível. Aquela pena, nos Estados Unidos, já é um selo de pena de morte para um professor que abusava sexualmente das jovens atletas que participavam das Olimpíadas – ele era o médico responsável exatamente pela saúde e pelo bem-estar daquelas moças.

Então, nós estamos vivendo esses momentos, Senador José Medeiros, e o Vaticano, a própria CNBB, no caso brasileiro, ao trazer o tema da violência e da corrupção, dá uma grande contribuição a um debate mais amplo sobre todos os aspectos que envolvem a corrupção. Não é apenas a pobreza que gera a corrupção, mas exatamente a falta de valores, a falta de princípios éticos e morais que estão grassando em nossa sociedade como uma doença, como uma epidemia que está assustando tanto quanto a febre amarela em algumas regiões do nosso País. Então, reconhecem que a corrupção é, sim, uma forma de violência. Por isso, até na festa de Carnaval a corrupção também foi alvo do enredo, foi motivo do enredo de uma escola que foi campeã neste ano, a Beija-Flor de Nilópolis.

Eu queria lembrar aqui, meu caro Senador José Medeiros, que, há quase 30 anos, um dos carnavalescos mais conceituados dessa escola de samba, Joãosinho Trinta, que ousou inclusive fazer toda a decoração do Natal Luz lá em Gramado, na nossa Serra Gaúcha, fez um enredo, há quase 30 anos – quase 30 anos –, que chocou o Sambódromo. E que enredo era o do Joãosinho Trinta naquela época? Qual era o enredo que ele abordava na escola que foi campeã? Olha só: "Ratos e urubus, larguem minha fantasia!" Isso foi em 1989. E ele levou um Cristo para a avenida para se penalizar de tantas mazelas, mas, por uma ação judicial, patrocinada pela Igreja, aquele Cristo não pôde desfilar, não pôde fazer parte do carro alegórico que combatia, pelo humor, a corrupção. Então, a criativa



ideia de Joãozinho Trinta foi colocar um plástico negro sobre aquela imagem de Cristo e ali escrita uma expressão.

Ele aproveitou também aquele momento para dizer: "mesmo proibido, olhai por nós". Era a inscrição que estava naquela imagem de Cristo coberta com um plástico preto: "mesmo proibido, rogai por nós". Ele fazia duas críticas: uma crítica à proibição e um apelo, uma oração a Cristo para que rogasse pelos pobres e oprimidos.

Havia até uma ala dos mendigos, que se imaginou como uma alusão à obra *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, e que esses componentes mendigos, grande parte atores, chegavam a escalar os camarotes e roubar, fazendo a interpretação de um roubo, pois estariam famintos, roubando salgadinhos dos camarotes, onde era farta a comida e a bebida.

Em 2012, a própria escola resolveu fazer uma espécie de homenagem a Joãozinho Trinta por ter 16 anos sido o responsável pelos enredos, por todo o carnavalesco que fez da escola uma grande ... Chamava muito a atenção pela riqueza, pela criatividade, pelo talento, mas trazendo esses temas polêmicos e, veja, há 30 anos: "Ratos e urubus, larguem minha fantasia".

Eu remeto esse episódio, do qual me lembro muito bem, e lembro-me também que o próprio Joãozinho Trinta – que era muito entrevistado pela forma sábia de conviver com o ser humano – dizia, quando entrava em discussões e debates com os intelectuais, que quem gosta de miséria é intelectual; a pobreza gosta de luxo – dando uma ideia também de que por ser pobre o desejo de estar em uma situação melhor é inerente também a eles.

Queria agora voltar ao que aconteceu no Carnaval e que, portanto, não deveria ser surpresa, que a escola voltasse a temas que estiveram, vejam só, na ordem do dia de um enredo há 30 anos: corrupção, roubo e fraude.

Então, nós deveríamos saudar a iniciativa com uma lembrança.

A única referência e observação que faço, Senador Reguffe e Senador Medeiros, é que penso que em 30 anos nós poderíamos ter melhorado. Se os ratos e os urubus roubavam as fantasias há 30 anos e continuam roubando, nós temos que chorar e lamentar que o País não mudou. Essa é a pior constatação, a mais triste de todas, porque não é só aqui, não é só na política. Nós estamos vendo isso em vários exemplos da sociedade.

Não é só na ficção da novela que aparece juiz corrupto, delegado corrupto. Não, nós estamos vivendo uma realidade dura em que a ficção, ou o humor, ou a fantasia, ou o enredo da escola de samba estão expondo novamente todas as suas entranhas, todos os seus defeitos, que nos machucam – pelo menos as pessoas que trabalham com honestidade.

E nós continuamos tendo tolerância com os malfeitos, nós temos tolerância com as coisas erradas. Recebi, Senador Reguffe, porque sou Relatora de um projeto, de autoria do Senador Blairo Maggi, que trata de criminalizar o roubo dos sinais de *net*, o chamado "gatonet", a seguinte mensagem de um internauta: "a senhora tem que pensar nos seus eleitores, porque muitos vivem disso." Ou seja, muitos vivem da ilegalidade, do roubo de um sinal. Então, a pessoa está me escrevendo, me dizendo que aquilo comprometeria o meu voto porque eu estou criminalizando quem comete a ilegalidade, Senador Medeiros.

Aí eu respondi: tão sério quanto o "gatonet" é o "gatoágua", o "gatoenergia", a gambiarra, o roubo, o relógio adulterado para violar a água. A gravidade disso é porque o prejuízo depois é compartilhado com quem rigorosamente cumpre o seu dever, com as pessoas honestas. Alguém paga



essa conta. Ela não fica na conta da empresa concessionária. A gambiarra, o gato da energia, o gato da água vai para a conta de todos, seja da água, seja da energia elétrica. E aí estão todos os níveis que estão dentro desse crime organizado. E eu respondi a esse internauta: olha, quando a sociedade clama para que a classe política seja honesta, seja mais ética, não haja corrupção na política, a sociedade precisa também dar exemplo nos seus negócios, nas suas relações profissionais, em todos os momentos. Ela precisa ser coerente. Como ela vai cobrar dos outros ética e honestidade se ela não pratica? Terceirizar a ética? Só esta Casa precisa ser ética? Mas eu tenho que tolerar o "gatonet"?

E aí já vem com acusações: eu estou fazendo isso em benefício de A, B, ou C. Não. Eu não estou fazendo em benefício de ninguém. Estou fazendo apenas em benefício da ética, da moralidade, da honestidade que se clama. E um país que tem que fazer leis para isso é muito triste, Senador. Sinceramente, acho muito triste, porque, quando a gente viaja para países como Japão, como Taiwan, quando a gente viaja para países da Europa, a gente vê um cuidado, um respeito com a coisa pública. Aqui não. Nós pichamos os prédios, nós destruimos os bens públicos, nós queimamos ônibus, e assim por diante. Não é contra um governo, mas é contra toda a sociedade quando você rouba uma escola, destrói uma escola, bota fogo numa escola. É esse o País em que estamos. Adoeceu a sociedade em todas as suas instituições, como eu disse agora.

Então, eu volto a esse tema porque acho muito importante que a CNBB tenha retomado esse debate e que a escola de samba tenha voltado àquilo – as mazelas do nosso País – que, há 30 anos, Senador Alvaro Dias, a Beija-Flor expôs na rua: "Ratos e urubus, larguem a minha fantasia"!

Eu queria só, voltando a esse dado, Senador Alvaro Dias – o senhor, que é da "república de Curitiba" –, eu fiquei muito curiosa ou perplexa, melhor a palavra, porque a Tuiuti, que fez um enredo com grande discurso social, adequado, em nenhum momento, nem a Beija Flor, que voltou a falar da corrupção, nem a Tuiuti falaram da Lava Jato, que, talvez, nas últimas décadas, tenha sido um sopro de esperança e de luz exatamente de fazer com que pelo menos a justiça esteja sendo feita, não protegendo poderosos, que foram para a cadeia. E continuam algum poderosíssimos na cadeia. Independentemente do cargo, do posto que tiveram e da posição que tiveram ao longo do tempo, continuam na cadeia. Mas não houve nenhuma referência a esse sopro de luz, que é unanimidade nacional.

Por que será? Qual é o motivo? Será que não valorizam esse esforço do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal? – que também tem mazelas, claro que tem. Estão aí, delegado e superintendente falando o que não devem, e outras ações, mas isso não contamina, como não pode contaminar toda a Igreja quando há pedofilia ou há escândalos de bispos roubando da pobreza de um país africano.

Então, nós temos de ter pelo menos coerência, porque temos de combater a corrupção, mas temos de exaltar que ainda há um sopro de esperança, porque a Operação Lava Jato, no meu entendimento modesto, significa isso.

E não é possível que você imagine – já concedo o aparte, com muita alegria, aos Senadores –, que se acredite que há um conluio formado entre delegados de Polícia, investigadores da Polícia Federal, membros do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República; que a Procuradora da República, Raquel Dodge, que o Supremo Tribunal Federal, que a 4ª Região da Justiça Federal, que a Justiça Federal de Curitiba, que todos, todos eles, todos juntos estejam num conluio para atacar e para condenar uma figura ilustre que foi um ex-Presidente da República.



Será que isso passa na cabeça das pessoas? As pessoas acreditam, no Brasil, que isso está acontecendo?

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Reguffe.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Senadora Ana Amélia, meus cumprimentos pela exposição que faz, refletindo, eu imagino, a vontade majoritária deste País, que está vivendo, sim, em meio à decepção, à descrença que se generalizou, está vivendo avanços que devem ser considerados. Veja que a corrupção foi banalizada. Talvez tenha sido este o maior desserviço prestado à Nação pelo governo do PT: a banalização da corrupção. Hoje, é enredo de escola de samba no Carnaval. E enredo vitorioso. O combate à corrupção venceu no Sambódromo. O combate à corrupção venceu na Marquês de Sapucaí. Isso significa que a população brasileira hoje tem a exata noção das consequências da corrupção. As mazelas, as demandas sociais, as dificuldades imensas, o País mergulhado num oceano de dificuldades certamente têm como matriz causadora a corrupção. É um avanço significativo. E V. Ex^a focaliza de forma correta a Operação Lava Jato. Não há como não aplaudir essa operação, não há como não dar crédito a ela, não há como não considerar a Operação Lava Jato o fato preponderante vivido no País neste momento. Sem a Operação Lava Jato, não estaríamos mudando este País como, imagino, possamos estar nesta hora. Há no inconsciente coletivo um movimento de mudança irresistível que, certamente, vai se tornar avassalador no processo eleitoral. Será o rompimento com esse sistema corrupto, maldito sistema, perverso, corrupto e incompetente. É o rompimento com esse sistema que está no inconsciente coletivo e certamente se tornará avassalador. Por isso, os cumprimentos a V. Ex^a. Nós estamos verificando o que ocorre em outros países. V. Ex^a esteve recentemente em Israel, eu também estive. Agora lá, Senador Reguffe, o Primeiro-Ministro está sendo investigado pela polícia federal. Lá um Primeiro-Ministro foi preso depois de condenação em primeira instância. O Presidente também foi preso depois de condenação em primeira instância. Não há foro privilegiado. E aqui nós estamos ainda mantendo essa excrescência na Constituição. Está lá na Câmara agora.

(Soa a campainha.)

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – É hora da pressão sobre a Câmara para que o fim do foro privilegiado seja um salto de qualidade e que nós possamos, sim, sonhar com o nascimento de uma nova justiça neste País. Parabéns a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E apesar do prestígio do Primeiro-Ministro que está sendo julgado pela justiça, a sociedade não diz que ele está sendo injustiçado e que há um conluio contra ele. A sociedade tem consciência de que a impunidade não pode continuar e nem prevalecer em um país sério, com instituições sérias, como é o caso do Estado de Israel. E pude ver, conversando com um magistrado da Suprema Corte de Justiça de Israel, que é árabe, exatamente essa convicção de que não adianta você ter lados, tem que haver o lado da lei, apenas o lado da lei, doa a quem doer.

Então, agradeço muito, Senador Alvaro Dias. E lamento também que a Lava Jato ainda precise ser reconhecida como uma mudança de paradigma em nosso País.

Com alegria concedo o aparte também ao Senador Reguffe.



O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senadora Ana Amélia, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. V. Ex^a sabe do respeito, do carinho e da admiração que tenho por V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A recíproca é verdadeira, Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – V. Ex^a honra o seu Estado aqui nesta Casa e representa com dignidade aqueles cidadãos que depositaram um voto em V. Ex^a para aqui representar o Estado do Rio Grande do Sul. Com relação ao que V. Ex^a colocou, também considero de suma importância reconhecer o papel das instituições nessa Operação Lava Jato. Pode-se dizer que houve um excesso aqui e outro ali, um erro aqui e outro ali, mas no cômputo geral a Lava Jato foi importantíssima para este País. Hoje se veem empresários que desviaram recursos públicos na cadeia, se veem políticos que desviaram recursos públicos na cadeia, e antigamente não se via isto. Então, é importante reconhecer o papel que a Operação Lava Jato teve neste País. Desde o início do meu mandato aqui já fiz vários pronunciamentos aqui nesta Casa sobre isso e considero importantíssimo o papel da Operação Lava Jato. Se há erros, se há excessos, que punamos os erros e os excessos, mas que nunca enfraqueçamos instituições que são importantes para o Estado democrático de direito brasileiro e para a sociedade brasileira. E, com relação à indignação que V. Ex^a muito bem colocou, eu vejo a sociedade, inclusive, reagir, às vezes, de forma até inadequada, ofendendo pessoas nas ruas etc, mas onde é mais importante que essa indignação apareça é nas urnas. Eu espero, como cidadão, não só como Parlamentar, que essa indignação apareça onde é mais importante que ela apareça que é nas urnas, em outubro, porque não adianta ter toda essa indignação e, nas eleições, essa indignação não se refletir. As eleições é o momento maior em que o eleitor pode...

(Soa a campanha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... dizer o que está pensando. Então, é muito importante que essa indignação toda se reflita onde é mais importante que ela apareça que é nas urnas, fazendo a renovação e a mudança tão esperada pelas pessoas de bem deste País. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento, como sempre, muito oportuno, com muita substância e com muita clareza.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Reguffe, pelo encorajamento e pelas palavras generosas como sempre.

De fato, a arma mais poderosa do cidadão é o título de eleitor – a mais poderosa. Agora, V. Ex^a também tem razão, porque, talvez, aquele mesmo eleitor indignado, que levanta o dedo em riste para um político na rua, vá, no dia da eleição, tendo recebido um benefício desse mesmo político, votar nele – ele, o eleitor que levantou o dedo em riste para esse candidato. Esse é que é o dilema, esse é que é o drama, esse é que é – eu diria – o ato de checar a consciência de cada um para fazer certo.

É nessa medida, Senador, que nós, seguindo aqui uma ação popular em que a Igreja, pela própria CNBB, também teve um papel muito relevante em apoiar: a Lei da Ficha Limpa... A Lei da Ficha Limpa foi um grande fato, porque foi uma das primeiras grandes ações, depois da Constituição de 1988, que abriram espaço para que uma ação de iniciativa popular se transformasse em lei. Foram milhões e milhões de assinaturas de brasileiros lutando pela Ficha Limpa, em que Igreja teve um papel fundamental como instituição que zela pelos princípios, pelos valores morais e pelos valores éticos. Pois sabe o que querem fazer alguns partidos ou alguns Líderes com a Ficha Limpa?

(Soa a campanha.)



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente isto: rasgarem, Senador, a Ficha Limpa, como querem fazer a mesma coisa, Senador, com o instituto da delação premiada ou da colaboração premiada, que foi um instituto que foi – louve-se – sancionado e criado por Dilma Rousseff. A Ficha Limpa foi no governo Lula que foi acolhida e sancionada sem vetos, com apoio de todos, especialmente dos partidos à esquerda. Da mesma forma, a delação premiada foi um instituto do governo Dilma Rousseff. Agora, querem rasgar não só aquela iniciativa popular da Ficha Limpa, mas também encontrar algum caminho, algum desvio, algum atalho para que ela não seja respeitada na sua integralidade. Então, isso tem a ver com o processo eleitoral deste ano, e, por isso, eu chamo a atenção para esse aspecto.

Muito obrigada, Senador José Medeiros, pela aquiescência do tempo.

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito a contribuição valiosa, desejando que os apartes do Senador Alvaro Dias, o mais votado Senador do Paraná, o mais votado historicamente e nas últimas eleições, e do Senador Reguffe também, que tem um prestígio notável no Brasil pela sua ação aqui de economicidade no mandato, sejam inseridos no conteúdo do meu pronunciamento desta tarde de quinta-feira, pós-Carnaval. Muito obrigada pelos apartes.

Muito obrigada, Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia.

A Presidência informa às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão, conjunta, do Congresso Nacional, terça-feira, dia 20 de fevereiro, às 15h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos n^{os} 41 a 43, de 2017, e do Projeto de Lei do Congresso n^o 1, de 2018.

Com a palavra o Senador Reguffe, para uma comunicação inadiável.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Governo se aproveita que a população está preocupada e atenta a outros temas e que está olhando para esses escândalos e, por mais um ano, de forma totalmente despercebida, sem uma grande discussão, mais uma vez, vira o ano sem reajustar os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Isso é algo para mim, Sr. Presidente, absolutamente inaceitável.

Enquanto a população está preocupada com outros temas, o Governo faz isso como se isso fosse algo absolutamente normal e natural. Isso é um aumento de impostos e de carga tributária de forma disfarçada. Quando não se corrigem os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda pela inflação, o que está se fazendo é aumentar a carga tributária real para a população, de forma disfarçada, de forma camuflada. Isso é o que está sendo feito, fazendo com que a população pague mais impostos do que deveria estar pagando. Eu não tenho como aceitar isso. Isso não é correto. O Governo faz isso sem nenhuma discussão, achando a coisa mais normal e natural do mundo. De 1996 a 2017, de acordo com um estudo do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal, a defasagem da tabela, tomando como base a inflação do período, tomando como base o IPCA, é de 88,4%, passando pelos governos Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer. Os quatro governos



corrigiram menos os limites de isenção da tabela do que a inflação no período. Isso é uma forma disfarçada e camuflada de aumentar a carga tributária para a população. O que é que acontece? A população hoje está pagando mais impostos do que deveria estar pagando. De 1996 a 2017, há uma defasagem de 88,4% nos limites de isenção da tabela, tomando como base o IPCA. Não dá para aceitar.

Hoje, não paga Imposto de Renda quem recebe até R\$1.903,98 – o limite de isenção da primeira faixa.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Se isso tivesse sido corrigido de acordo com a inflação, não pagaria Imposto de Renda quem recebe até R\$3.556,56. Olhem a gravidade disso. Hoje o limite de isenção é de R\$1.903,98; se tivessem sido corrigidos os limites de isenção de acordo com o IPCA, seria R\$3.556,56. A dedução por dependentes hoje é R\$2.275,08; seria R\$4.286,28. Nos gastos com educação, hoje é R\$3.561,50 a dedução máxima; se tivesse sido corrigido, seria R\$6.709,90.

O IPCA de 2017 foi baixo, foi 2,95%, mas sequer isso foi repostado para o contribuinte deste País. Corrigiu-se zero por mais um ano.

O Brasil já tem a maior carga tributária dos países emergentes e a maior carga tributária dos BRICS – maior que a da Rússia, maior que a da Índia, maior que a da China, maior que a da África do Sul. Eu não posso acreditar que todos esses países dão conta das suas responsabilidades com uma carga tributária menor que a brasileira, e o Brasil, com uma carga tributária desse tamanho, não consiga dar conta das suas responsabilidades e precise aumentar impostos e a carga tributária de forma camuflada como o Governo está fazendo mais uma vez.

O Governo está tirando, roubando da população um dinheiro que não deveria estar pegando da população, se tivesse reajustado. É um roubo legal. Esse é o roubo legal do dinheiro do contribuinte – juridicamente legal. E isso está passando, ninguém debate isso, ninguém discute isso, a imprensa não faz matéria sobre isso.

Eu apresentei aqui, nesta Casa, no ano de 2015, o PLS 355, de 2015, que reajusta os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, todos os anos, pelo IPCA mais a variação de 1%, para que a defasagem seja corrigida – gradualmente, mas seja corrigida até o fim –, para que a defasagem seja repostada. O correto não é só reajustar os limites de isenção pela inflação, pois há uma defasagem. Então, é preciso reajustar pela inflação mais 1% todo ano. E o que o Governo fez? O oposto! Ele reajustou zero, ou seja, são os mesmos limites de isenção em todas as faixas do ano passado.

Isso não dá para aceitar. Eu não posso deixar que isso passe de forma despercebida. Acho que é um debate que esta Casa deve fazer. Não dá para aceitar isso. E a população precisa entender que, quando o Governo não reajusta os limites de isenção, o que o Governo está fazendo é aumentar, de forma indireta, a carga tributária real e os impostos que a população paga.

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Nobre Senador Reguffe, por gentileza. Brasília está vivendo um drama, porque várias pessoas já pagavam um IPTU muito alto, e o Governo, de repente, fez aquele processo fotogramétrico e aumentou o IPTU em cerca de 30, 40%, da noite para o dia, pegando as pessoas de surpresa. É um outro ajuste de forma indireta, como V. Ex^a está colocando aqui, que não foi devidamente discutido na Câmara Distrital, aqui, em Brasília, com os Deputados



Distritais, para levar esse impacto às famílias do Distrito Federal. Muita gente está desesperada e sem condições de pagar o IPTU da cidade, que foi aumentado em 30, 40%, de forma indireta, para a grande maioria. V. Ex^a é uma pessoa compromissada e trabalhadora com relação ao contribuinte e está mostrando aí quando V. Ex^a traz essa questão fundamental do ajuste da isenção da tabela do Imposto de Renda e outras questões. E V. Ex^a vem cantando essa pedra aqui há anos, desde quando V. Ex^a era Deputado Federal, e, agora, como Senador, durante todo o tempo. Tenho acompanhado isso. Então, quero apoiar V. Ex^a na...

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – ... discussão colocada, por achar que é fundamental esse ajuste das tabelas de isenção do Imposto de Renda. V. Ex^a é um trabalhador pelo Distrito Federal. Eu, como Senador do Distrito Federal, orgulho-me de ter a parceria aqui com V. Ex^a, pois sentamos ao lado, o tempo inteiro, trabalhando em prol da sociedade do Distrito Federal. Muito obrigado, Senador.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Hélio.

Eu, Senador Hélio, quando era Deputado Distrital, durante os quatro anos, votei contra todos os aumentos de impostos na Câmara Distrital. Eu votei contra todos os aumentos de IPTU, IPVA e TLP. Aliás, fui o único Deputado, naquela época, que votou contra, em todos os anos, os aumentos de IPTU, IPVA e TLP. E por quê? Porque é o mesmo pensamento que eu tenho hoje: o Governo deve fazer um ajuste fiscal, sim, mas na despesa, não na receita em cima do contribuinte. O ajuste fiscal que o Governo tem que fazer é reduzindo a sua despesa e qualificando melhor o seu gasto, tendo critério na hora de gastar cada centavo do dinheiro do contribuinte. É isso que o Governo deveria fazer e não chegar com a solução fácil de, no final do ano, de aumentar em cima do contribuinte, fazendo o contribuinte pagar pelas ineficiências e incompetências de um governo. Eu não tenho como concordar com isso. E é a mesma posição que eu tenho hoje.

Falei aqui que o Brasil tem a maior carga tributária dos BRICS, a maior dos países emergentes. Eu não posso acreditar que todos esses países dão conta das suas responsabilidades com uma carga tributária inferior à brasileira e o Brasil, com essa carga tributária, não consiga dar conta das suas responsabilidades. Então, se tiver que fazer um ajuste fiscal, que seja na despesa, jamais na receita, em cima do contribuinte. Não tenho como aceitar isso.

Quando o Governo não reajusta os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, o que ele faz de forma indireta, apesar de as pessoas, às vezes, não entenderem assim, é aumentar os impostos e aumentar a carga tributária real para o contribuinte brasileiro. Isso eu não aceito, não tenho como aceitar e não posso deixar que isso passe despercebido como está passando.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Reguffe, eu queria apenas aduzir que sou autora de um projeto de lei, o PLS 22, de 2014 – nós estamos em 2018 –, 2014. Esse PLS prevê exatamente isto: a correção da tabela do Imposto de Renda, porque é uma injustiça tributária, uma injustiça social, uma injustiça econômica e fiscal também de que não haja...

A classe mais penalizada com isso é a classe de assalariados, de profissionais liberais e também a classe média brasileira. A classe média é a maior penalizada, porque a classe que está no andar de



cima tem os seus mecanismos de boa assessoria. E, nós, junto com o Sescon, que é o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Rio Grande do Sul, com seu Presidente, Diogo Chamun, trabalhamos intensamente em relação a isso.

A Comissão de Assuntos Econômicos, onde está a matéria desde 2014, tem como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que pediu uma audiência pública, e a esse projeto foram apensados outros projetos. Aqui é assim: quando se quer retardar alguma coisa, se faz esse tal apensamento, mas para ele já foi pedida uma audiência pública e eu penso que é um debate que tem que ser urgentemente feito, sob pena... Mesmo reconhecendo as dificuldades fiscais do País hoje, acho que a classe média não pode ser penalizada pela má gestão do recurso público.

Então, parabéns a V. Ex^a. Associe-me a V. Ex^a por coerência e porque também sou autora desse projeto.

Parabéns, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Eu tive a oportunidade, no ano passado, Senadora Ana Amélia, de ler o projeto de V. Ex^a, que está na CAE, assim como está o meu também. E o seu prevê o reajuste da tabela, todos os anos, pelo INPC, pela inflação medida pelo INPC. O Governo nem sequer faz isso. Eu defendo que o Governo, além de ter que corrigir pela inflação – no caso eu coloco o IPCA –, também coloque, além da inflação, a variação de 1% por ano, mais 1%, até que a defasagem seja totalmente corrigida, porque nós temos uma defasagem de 88,4% em 20 anos.

Agora, o Governo nem sequer faz o que V. Ex^a pede, que é a correção simplesmente pela inflação. Deveria e o correto seria, além da inflação, ainda haver a variação de 1%, para nós recuperarmos essa defasagem para o contribuinte, mas o Governo nem sequer faz o que V. Ex^a pede no seu projeto, que é a correção pelo INPC.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Então, acho que é um tema importante, acho que é importante que esta Casa debata isso e que a Comissão de Assuntos Econômicos trate esse tema com a seriedade com que o tema precisa ser tratado, porque o Governo está tirando do contribuinte hoje uma parte do salário do contribuinte que não deveria tirar.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns mais uma vez, Senador Reguffe, e, antes de convidar para fazer uso da palavra o Senador José Medeiros, quero saudar a presença aqui no Plenário do Vice-Prefeito de Caxias do Sul, o Vice-Prefeito Ricardo Fabris de Abreu. Seja bem-vindo em nome da Mesa.

V. Ex^a tem todo o apoio do meu gabinete, mas quero também conversar com o caro Vice-Prefeito de Caxias do Sul, uma cidade muito conhecida dos brasileiros pela sua Festa da Uva e também pela gente progressista e operosa de Caxias do Sul.

Quero saudar também o Prefeito Guerrinha, de Caxias do Sul.

Convido para fazer uso da palavra o Senador José Medeiros.



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Cumprimento todos os Senadores e todos os que nos acompanham neste momento.

Também gostaria de pincelar um pouco do que V. Ex^a falou, Senadora Ana Amélia, e gostaria de fazer um retrospecto. No ano passado, e falo isso porque hoje eu vi o desabafo da filha daquela jornalista que foi morta atropelada pelo carro alegórico daquela progressista escola de samba que ficou vice-campeã do Carnaval do Rio...

A escola, no linguajar dos internautas, quis lacrar. Essa é que é a grande verdade. Fez um discurso atacando todos os que foram às ruas, milhões de brasileiros que foram às ruas. Fez um discurso em defesa dos trabalhadores, e há quem diga – eu não chequei isso – que eles também não assinam carteira – assinam carteira de dois ou três –, mas isso também não vai muito ao foco, porque, se for achar, vão dizer que é voluntário. Então, não vamos entrar nisso.

Mas o certo é que fizeram um desfile para jogar para a galera, e jogar para a galera do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista do Brasil, do PSOL, da ala que perdeu o poder recentemente. E estão ganhando os louros disso. Estão sendo ovacionados em todas as redes sociais desse pessoal e se dizem, se autointitulam campeões morais do Carnaval do Rio – e outros já dizem que foram campeões. E eu já vi pior: estão se comparando a Geraldo Vandré. Na capa de um dos folhetins desse time, estão dizendo que foi golpe e que deveriam ter sido os campeões.

Eu estou fazendo esse retrato aqui, porque eu sempre gosto de fazer o contraponto ao discurso desse pessoal. Há gente que diz: "Deixe para lá". Se você deixar para lá, vira verdade essa cantilena, essa mentirada desse povo. Por exemplo, vamos falar um pouco do regime do Maduro. Eles continuam dizendo que aquele país é uma democracia, que esse rapaz é uma vítima e que lá está a mil maravilhas. Mas vá lá a Roraima, que é o Estado do Senador Romero Jucá, vá lá ver a situação de Boa Vista, vá à Colômbia: todos os venezuelanos parecendo aquela situação do Leste Europeu. As pessoas estão fugindo da Venezuela atrás de saúde. Há poucos dias, li uma notícia de que os próprios militares da Venezuela estão buscando tratamento de saúde no Brasil e na Colômbia

Mas os puxadinhos desse povo desse Partido e seus ícones, e cito aqui, por exemplo, aquele rapaz chefe daquela organização MST fazendo recentemente uma conclamação para que todo mundo possa homenagear esse democrata chamado Maduro...

Então, é um absurdo sem tamanho, é uma doidice! Se nós não fizermos esse contraponto aqui, essas pessoas se passam por vítimas e, em 2018, a gente, o eleitor acaba engolindo essa cantilena, a mesma que eles estão fazendo aí, dizendo, querendo criar, como se houvesse um grande complô contra as suas principais lideranças.

Mas, deixando esse enredo carnavalesco de lado, eu queria só fazer este destaque aqui, porque eu achei de uma doidice sem tamanho: ao mesmo tempo que eles atacam o Presidente da República, de repente o Presidente passou a não prestar, mas não citaram nada de que quem colocou o Presidente ali foi a Presidente Dilma, foi o ex-Presidente Lula. Então, de repente o Temer passou a não prestar e agora virou o opressor. Jogava no time deles há pouco tempo, era o centroavante do time, aliás, centroavante não, era o meio-campo, porque era um intelectual, um pensador...

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Senador Medeiros, parabéns! V. Ex^a traz à tribuna um tema fundamental, porque a incoerência tem sido



regra. Lamentavelmente, há falsários, mistificadores, manipuladores, incoerentes e oportunistas. Quando a casa caiu, quando o barco afundou, muitos saltaram e, como se nunca tivessem participado desse esquema de corrupção complexo e sofisticado, passaram a atacar como se fossem opositores desde o primeiro momento. São arautos do sistema, foram implantadores desse sistema e hoje querem convencer a opinião pública de que são os heróis no combate à corrupção e à organização criminosa. E olhe, há cientista político – eu coloco entre aspas "cientista político" – que apenas leu alguns livros sobre política, nunca deixou a sala de aula ou o gabinete onde se encontra para conviver com as pessoas nas ruas do País e conhecer a realidade nacional e faz análises absolutamente distorcidas, como um cientista político que coloca Lula como candidato de ruptura, ruptura em relação ao sistema atual. Ele é o arauto desse sistema, o principal responsável por esse sistema, o artífice desse modelo corrupto e incompetente que jogou o Brasil na lama da corrupção e num oceano de dificuldades. Como admitir tratar-se ele como candidato de ruptura? É uma pena, Senador Medeiros, que o povo brasileiro seja obrigado a ouvir essas coisas, a ler esses absurdos! E muitos, inclusive, acabam, até porque a memória nem sempre alcança tempos precedentes, alguns acabam até se iludindo, mas V. Ex^a está aí exatamente para colocar a realidade nua e crua diante dos olhos da Nação. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

E o nosso papel tem sido este: justamente de alertar o povo brasileiro, porque, senão, daqui a pouco, nós vamos estar batendo palma para maluco dançar.

Recentemente, Senador Alvaro Dias, recebi muitas críticas nas redes sociais sobre o que temos feito aqui e falado, justamente por esses contrapontos que temos feito.

Mas cada vez me convenço mais de que esse é o caminho, para que nós possamos virar os olhos dos brasileiros, para que possam, em 2018, fazer a sua escolha fora desse fla-flu, buscando qualidade, que está cheia tanto aqui, neste Parlamento, quanto pelo Brasil afora. Por esses discursos que eles trazem aqui, parece que o mundo se apequenou e ficou só em alguns partidos. Parece que só existe a solução: ou é Lula, ou não é mais ninguém.

Nesses dias, um Senador subiu aqui e falou: "O Brasil precisa dar essa oportunidade, para que o Presidente Lula venha salvar o Brasil". Falei: "Meu Deus do Céu! Isso é uma mistura de soberba com doidice!" Todos os partidos têm seus quadros. Todos os partidos! Até o próprio PT – que eu acho que já deu PT, na linguagem das seguradoras – deve ter alguém lá bem melhor, mas não: só serve, se for... Já transformaram, já saiu da qualidade de ser humano para divindade. Mas não vamos mais falar de Lula, porque desse a Justiça cuida.

Eu gostaria de falar agora sobre um assunto que também a Senadora Ana Amélia estava falando há pouco. Eu estou meio me pautando pelo discurso dela, porque é justamente do que nós todos estamos hoje falando, Senador Valdir Raupp: é sobre a questão da segurança dos nossos Estados.

Ontem, na capital Cuiabá – e olhem que Mato Grosso é um Estado que não está entre os grandes centros do País –, numa UPA, unidade de saúde, entraram vários bandidos armados com fuzis e começaram a atirar a esmo – atirando em enfermeira, pacientes. E foi uma coisa lamentável, um massacre, tentando simplesmente libertar um bandido que estava sendo tratado lá.



Então, o que nós vemos é que aquelas cenas, que eram somente no Rio de Janeiro, já se proliferaram pelo País inteiro e passaram a ser cenas como se fossem do nosso dia a dia.

É aí que tenho frisado: nós precisamos começar a reagir à altura. De que forma? Vamos instituir pena de morte? Vamos matar bandido? Não! Não é isso! Mas nós precisamos dar instrumentos, para que a polícia possa reagir à altura.

Há poucos dias, eu disse: não cabe, num Estado de direito, que a sociedade aceite comboios de bandidos fazendo festa nas ruas, passando em frente à viatura de polícia com fuzis, metralhadoras, granadas, como se fosse um outro Estado dentro do Estado, e a polícia tendo de ficar de mãos atadas. O que é isso? Ou, então, temos que trancar e entregar a chave!

Agora, onde já se viu! Em pleno Carnaval, feriado de Carnaval, o sujeito passa mal, vai a uma UPA; de repente, a mãe liga para o pai e fala: "Olhe, o nosso menino levou um tiro no peito, de fuzil", que foi o que aconteceu lá em Mato Grosso.

A enfermeira trabalhando, os filhos recebem a notícia de que a mãe levou um tiro de fuzil dentro da unidade de saúde, porque oito bandidos chegaram lá armados. Mas esses oito bandidos andaram por Cuiabá todinha, dentro de um carro, com fuzis à mostra.

O que é que a polícia pode fazer? Nada. Sabe por quê, Senador Valdir Raupp? Porque, se a polícia der um tiro naqueles bandidos, na segunda-feira haverá Senador aqui, dizendo que a polícia de Cuiabá massacrou vítimas da sociedade. A D. Maria do Rosário vai fazer discurso de pular, de dar saltinho, lá, dizendo que a polícia é violenta; o Senador Lindbergh vai vir aqui dizer que essa polícia é a que mais mata.

E a onda vai se propagando, e o resultado é isso aí. A polícia vai cada vez se retraindo mais... É uma polícia que tem medo hoje.

Eu tenho conversado com policiais. O cara falou: "Olha, no meio do tiroteio, eu fico pensando o que é que eu vou fazer. Porque, se eu puxar a arma, eu já fico pensando o que é que a Corregedoria, o que é que o juiz, o que é que o promotor vão fazer comigo."

Então nós, aqui, como legisladores, nesta próxima semana, em que o Senador Eunício Oliveira disse que vamos tratar de projetos de segurança pública, a primeira coisa que nós temos que decidir: nós vamos dar instrumentos para que a polícia possa trabalhar ou não? Ou nós vamos ficar nesse discursinho de nos basearmos em 5% ou 10% de maus policiais? "Ah, porque ele vai plantar uma arma." Quem trabalha errado vai responder; agora, quem trabalha direito... Nós precisamos dar instrumentos a quem vai nos proteger.

Então, o que é que um sujeito está fazendo dentro de um bairro com granada, com lança-foguete? O que é que as Forças Armadas, em zona de conflito, fazem com o sujeito que está com um lança-foguete? É um *sniper* de 200, 300 metros. Abatem-no. Sabe por quê? Porque ele vai explodir metade daquele bairro com aquele troço lá.

Então, nós precisamos começar a tratar esses temas com a seriedade que ele tem. "Ah, então vocês estão querendo que mate?" Não. Nós estamos querendo o seguinte: que o Governo possa ter instrumentos. Se é uma zona de conflitos, se é uma zona de guerra, onde as pessoas, lá, estão armadas com instrumentos de guerra, o Governo do Estado, o Ministro da Justiça ou o Presidente da República têm que ter instrumento para declarar aquilo lá zona de guerra. E aí, meu irmão, o pau vai comer, a música vai tocar, e alguém vai dançar conforme a música. Não pode é a polícia entrar lá



com uma ponto 40, e o sujeito estar com uma ponto 50. Ele vai dar um tiro de ponto 50 e destrói a viatura com tudo.

Então nós precisamos, primeiro... "Ah, não, então vamos começar pela educação; nós temos que tratar..." Não. Esse ponto já passou. Essas criancinhas que estão com uma ponto 50 não têm mais conserto. Nós precisamos, sim, cuidar da educação, cuidar da primeira infância, cuidar dessas coisas, mas nós precisamos também viver. Precisamos sair, ir para o trabalho, ir para a escola, ir para um hospital e saber que não vamos morrer lá. E, para isso, nós precisamos de uma polícia treinada, de uma polícia com instrumentos para isso, porque, com a polícia acovardada do jeito que está... E não é porque eles têm medo, não; é porque eles sabem que a promotoria está lá, só esperando.

Nesses dias, eu ouvi o discurso de uma promotora do Ministério Público Federal, dizendo o seguinte, Senador Hélio José: "Vocês só podem atirar após serem alvejados".

Eu só acreditei porque foi um vídeo que eu vi. Tá... E se for na cabeça? Que conversa mais fiada! "Vocês só podem atirar depois que forem alvejados." Ah, brincadeira, né?! É muito fácil você estar lá na sua mesa, cheia... Isso é um absurdo! Isso é o fim de tudo! O que é que o policial, ao ouvir um troço desses, vai fazer? "Eu não vou agir. Deixa para lá! Dizem que o assaltante está aqui, eu vou para cá." Por que é que ele vai agir? Não vai agir! Sabe por quê? Porque é muito bacana eu pegar um processo, fazer uma petição com cabeçalho, meio e conclusão, dizendo: "Sr. Juiz, qualifico o policial tal e, por fim, condene." Por quê? Porque ele atirou!

Sabe que exemplo nós temos que começar a seguir? Essa semana, na Argentina, Senador Alvaro Dias, um bandido matou um turista – atirou num turista. E o policial reagiu e alvejou o bandido. O juiz disse: "Foi assassinato." Processou, e está lá o policial respondendo. O Macri chamou o policial na Casa Rosada e falou: "Eu e minha família vamos pagar advogados para você. E você serve de exemplo para os demais policiais, porque você estava em defesa da sociedade." E mais: "Nós vamos trabalhar para que o Código Penal mude, para que a polícia possa reagir à altura." E ninguém está defendendo que os nossos policiais sejam carniceiros, não. Eu trabalhei 23 anos na polícia e nunca precisei sair matando ninguém para cumprir a lei, Senador Alvaro Dias. Mas confesso que, nos dois tiroteios em que, infelizmente, tive que participar, eu fiquei desesperado. "E se eu acertar esse sujeito? O que vai ser de mim?"

Em todo policial passa isso na cabeça: "O que é que será de mim se eu acertar esse sujeito?" Você torce para ele soltar a arma. Você faz um berreiro dos infernos. Quando um policial está num tiroteio, você fala: "Por é que que eles gritam tanto?" É torcendo para que o desgraçado solte a arma, para não ter que acertá-lo, porque, se acertar, é o que o policial fala: "Vai dar 'm'." E "m" é aquilo mesmo que vocês estão pensando.

Então, essa é a agonia que hoje os policiais brasileiros sofrem, porque está cheio de intelectual, está cheio de pacifista que quer segurança, mas que quer o quê? Que você vá enfrentar fuzil conversando. Eu gostaria de ver Dona Maria do Rosário, Dona Jandira Feghali, Lindbergh, Dona Marcia Tiburi subindo o morro para fazer discurso para essa gente. É muito bonito.

Agora, mais de cem policiais, Senador Romero Jucá, morreram lá. E, aí, eu quero homenagear o Neguinho da Beija-Flor, toda a Escola da Beija-Flor. Aquilo, sim, é mostrar a realidade. Mostrou um policial. Fez uma homenagem à Polícia Militar.

Este ano já está indo para 20 policiais que morreram lá. Aí é o seguinte: eu coloco um Pera Manca de R\$2,5 mil numa mesa, lá na Zona Sul do Rio, e vamos discutir segurança pública. E, aí, é



o seguinte... Vamos falar que é o seguinte: vamos colocar armas não letais. Vamos colocar a Polícia Militar...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... que nem a Scotland Yard, sem armamento, porque é um absurdo! Essa polícia brasileira mata demais! Essa é a nossa realidade hoje.

E fazem isso sabem para quê? Para ganhar aplausos e curtidas no Facebook. Só para lacrar.

E terminando já, Senadora Ana Amélia, eu queria só fazer um registro e pedir já a ajuda do Senador Romero Jucá, porque recebi... Há mais de ano, Senador Romero Jucá, que os auditores da Receita estão numa espécie de "greve branca", e os brasileiros empresários deste País estão ficando por 20, 30 dias – até mais de 30 dias –, com cargas retidas nessas alfândegas – é um absurdo! – e não conseguem falar com ninguém lá.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Só estão conseguindo liberar carga na base do mandado de segurança.

Eu já tentei, de todas as formas, conversar aqui e ali, mas eu creio que vai ter que ser uma decisão de Governo para conseguir resolver esse problema.

O nosso custo Brasil já é grande – V. Ex^a sabe disso –, e, neste momento, está muito maior o prejuízo, tanto no Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, quanto nas divisas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. E onde há alfândega brasileira está ocorrendo esse problema. E não adianta, não há conversa. Eles estão lá, estão amparados pela lei, e não liberam, e não há o que fazer. Estão totalmente hipossuficientes.

Neste momento, lá em Ponta Porã, deve haver mais de mil caminhões parados, e em todos os lugares.

Então, eu queria fazer esse ressaltado aqui, esse destaque aqui, e pedir a ajuda de V. Ex^a, porque eu sei que é um Senador sensível a essas questões.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimentos, Senador José Medeiros.

Convido, para fazer uso da palavra, pela Liderança do Governo, o Senador Romero Jucá. Em seguida, está inscrito o Senador Valdir Raupp; depois, Senador Hélio José, pela Liderança do PROS; e Senador Alvaro Dias.

O Senador Hélio José fez duas inscrições – depois talvez seja como orador inscrito, já que tem já marcada uma audiência à tarde, sobre os problemas de infraestrutura aqui no DF.

Com a palavra o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente Ana Amélia.

Meus caros Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, eu gostaria, hoje, neste retorno do Carnaval, de fazer um registro sobre uma segunda-feira de Carnaval muito importante para o povo de Roraima.



Senadora Ana Amélia, o Presidente Michel Temer conversou comigo no domingo, e fomos juntos, na segunda-feira, acompanhados de quatro ministros e uma equipe do Governo, a Boa Vista, capital de Roraima, para fazer uma reunião com toda a classe política do Estado, exatamente sobre um dilema, sobre uma situação de emergência que aflige o povo de Roraima e o povo da Venezuela, que é exatamente a migração sem controle que nós estamos tendo em Boa Vista e nas cidades do interior de Roraima, também já permeando o Estado do Amazonas.

Como todos sabem, o Estado da Venezuela, o Governo da Venezuela faliu, o Governo da Venezuela se esvai. O povo da Venezuela passa fome, passa necessidades médicas, passa falta de segurança, passa por uma situação de calamidade pública, Senador Medeiros, porque, infelizmente, o Governo da Venezuela atua de forma irresponsável. De um lado, sem reconhecer esse drama, sem reconhecer a crise, porque, se reconhecesse a crise humanitária que vive a Venezuela hoje, o Governo da Venezuela estaria recebendo auxílio de vários países, inclusive do Governo brasileiro. Mas, apesar dos esforços, das tentativas, das solicitações, das sugestões, o Governo da Venezuela não reconhece a necessidade de apoio, e, portanto, fica o povo da Venezuela atado a uma situação de completo abandono.

E qual é o resultado disso? É a migração desenfreada para a Colômbia e para o Brasil. E, no caso do Brasil, essa migração chega ao nosso Estado de Roraima, o menor Estado em população do País, o menor Estado em condições econômicas do País e, portanto, o menor Estado habilitado a receber uma demanda dessas que está recebendo hoje.

Nós já temos, segundo dados conflitantes, de 40 a 70 mil venezuelanas e venezuelanos, crianças, idosos e indígenas em Boa Vista, o que representa mais de 15% da população da cidade.

E onde estão essas pessoas? Em três abrigos precários, e o restante, Senador Raupp, está na rua. Estão em praças, estão em pontos de ônibus, estão em marquises de bancos, em marquises de repartições públicas, estão em áreas como a Rodoviária Internacional... Ou seja: estão entregues ao deus-dará.

O Estado e a prefeitura, por mais que procurem atender em sua rede de saúde, em sua rede de educação, não faz frente a uma demanda como essa. E o Presidente Michel Temer, que vinha acompanhando toda essa situação através de relatos dos ministros e relatos pessoais meus – sempre que estou com o Presidente Michel Temer relato essa situação que vem se agravando –, combinou comigo e nós fomos juntos. Acompanhei o Presidente Temer, segunda-feira, a Boa Vista. E lá, numa reunião no Palácio do Governo, com todas as forças políticas, independentemente de lado partidário, o Presidente Michel Temer anunciou que faria algumas medidas. E hoje, daqui a pouco, o Presidente Michel Temer assinará uma medida provisória, criando a situação de estado de emergência social. Não existe hoje, na legislação brasileira, tal estado, tal situação. Não há como configurar aquilo que está ocorrendo, hoje, lá em Boa Vista.

O Presidente vai fazer uma medida provisória, criando esse estado de emergência social; vai assinar um decreto, enquadrando Roraima no estado de emergência social; e vai fazer um outro decreto, assinar um outro decreto, criando um grupo interministerial de trabalho federal, para atuar em Roraima. Será designado um general para comandar esse grupo, e esse grupo vai intervir, vai interferir, vai agir, vai comprar, vai gastar, vai atuar diretamente, como o Governo Federal, para suprir as dificuldades da população venezuelana que está lá.



Portanto, o Presidente Michel Temer anunciou, inclusive, que não faltarão recursos para fazer essa ação, pela gravidade da situação.

Ontem mesmo nós tivemos o internamento de uma criança venezuelana com sarampo num hospital infantil de Roraima. Sarampo que está erradicado no Brasil, sarampo que está erradicado em Roraima, e que surge com difteria, com malária, com outras doenças, todos os dias, no nosso Estado.

Então eu quero, aqui, primeiro, agradecer a presteza, o compromisso e a seriedade do Presidente Michel Temer, que quebrou o seu descanso no Rio de Janeiro e foi até Boa Vista anunciar essas medidas.

Quero também agradecer ao Ministro da Defesa, Raul Jungmann; ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Etchegoyen; ao Ministro da Justiça, Torquato Jardim; ao Ministro Moreira Franco, que também acompanhou o Presidente Michel Temer, e a toda equipe do Governo, da Casa Civil, do GSI, do Ministério da Justiça, da Abin, enfim, de todos os setores que estão atuando organizadamente nessa questão.

Eu concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – Nobre Senador Jucá, parabênizo V. Ex^a pelo gesto, pela atitude de levar o Presidente da República a Boa Vista, em Roraima, e a sensibilidade também do Presidente da República Michel Temer que, no período de descanso, porque todos os Presidentes do passado descansavam no período do Carnaval, deixou tudo isso para cumprir essa missão em Roraima. E nós já sabíamos no que ia dar quando... Aliás, naquele gesto maluco do Chávez querendo armar a Venezuela, querendo dominar a América do Sul, no bolivariano maluco dele, já sabíamos no que ia dar. Quando o Maduro instalou o regime de exceção, a ditadura na Venezuela, nós sabíamos no que ia dar. E ainda teve Parlamentares, como disse o Medeiros quando estava defendendo outras questões, defendendo o Maduro aqui no Senado Federal. E eu fui à tribuna, como a Senadora Ana Amélia e outros Senadores, dizer no que ia dar. E é o que está dando. Uma vez, eu perguntei, ainda na época do Chávez, Senadora Ana Amélia, Senador Jucá, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o Brasil temia a Venezuela, uma cruzada da Venezuela querendo se armar contra os países da América do Sul. Aí o General do Exército, na época, disse que a Venezuela não aguentaria o Brasil dois dias numa guerra. Mas hoje eu vejo que a guerra está o inverso. A guerra agora é social. O regime do Maduro está impondo ao Brasil toda essa situação de calamidade que está acontecendo lá em Boa Vista, que pode se estender a outras capitais, como Manaus e outras do Norte do Brasil, e, quem sabe, até a outros centros do nosso País. Eu já ouvi governos de outros países mais distantes, de outros continentes cobrando uma ação dos governos da América do Sul, dos demais países da América do Sul contra esse regime do Maduro. Então, acho que está na hora de o Governo do Brasil... Já falei com o Ministro da Defesa, falei com o Presidente da República, Michel Temer, sobre essa questão de que está na hora de o Brasil começar a se preparar para uma ação mais enérgica contra a Venezuela. Eu acho que o Congresso, neste momento, tem que dar apoio. Eu recebi agora da minha assessora uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre famílias venezuelanas oferecendo filhos à adoção. Famílias que não têm mais como sustentar os seus filhos estão oferecendo, pedindo, pelo amor de Deus, que alguém, alguma família ou da Venezuela ou de outros países adote filhos da Venezuela. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado, Senador Raupp.



Era essa mensagem que eu queria...

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Senador, eu quero falar também.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Meu nobre Senador Jucá, meus cumprimentos a V. Ex^a por essa questão da medida provisória do estado social. Só queria também colocar a dificuldade que vive o Acre, principalmente com a vinda dos haitianos lá pela fronteira do Acre, que a gente tem visto constantemente pela TV, uma dificuldade social muito grande, e saber de V. Ex^a se está inclusa também essa questão do Acre. Cumprimentar pela inclusão de Roraima nessa questão do estado social e dizer que essa é uma saída bastante salutar. Obrigado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado, Senador Hélio José.

Minha Presidente, Ana Amélia, era este registro que eu queria fazer; registrar o compromisso do Presidente Michel Temer de atender Roraima e dizer que nós estaremos ao lado do Presidente, acompanhando *pari passu* o trabalho dessa comissão. Sempre que preciso nós estaremos alertando o Governo Federal, porque, nesta situação, nós estamos ao lado do povo de Roraima e queremos uma solução de urgência, de respeito e de grandeza para com o Estado de Roraima.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Este é um problema gravíssimo.

O Senador Raupp lembrou a matéria sobre essa questão da doação dos filhos – doação dos filhos –, porque estão passando fome. Saiu num jornal americano – e agora tem um filme muito bem feito – *The Washington Post*, em que esta matéria foi feita. Como não há informação, eles tiveram que conversar pessoalmente com as pessoas nas creches, porque as creches também não têm comida; conversar com as famílias; conversar nas escolas públicas, para conseguirem chegar a esse levantamento que o jornal fez e que tem precisão na informação.

Então, parabéns.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Valdir Raupp.

Depois, o Senador Hélio José e o Senador Alvaro Dias.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, internautas de todo o Brasil, minhas senhoras e meus senhores, em seu discurso de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, no último dia 5 de fevereiro, o Presidente desta Casa, nobre Senador Eunício Oliveira, declarou que um dos assuntos mais importantes a serem discutidos no Parlamento em 2018 é o tema da segurança pública, tema este já debatido por alguns Senadores e Senadoras na tribuna do Senado nesta tarde de hoje.

Não há como não concordar integralmente com S. Ex^a, o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira. Tanto é assim que, um dia depois, no dia 6, posicionei-me da mesma forma na reunião da Comissão de Infraestrutura. O combate à violência deve ter um lugar de destaque na pauta de temas deste Congresso Nacional, em 2018.

Há quantos anos dizemos e repetimos que estamos perdendo a guerra contra a violência? Ouvi aqui atentamente o pronunciamento do Senador Medeiros, dando conta dos últimos acontecimentos no Estado do Mato Grosso. Isso tem sido uma constante em todo o País.



A segurança pública no Brasil vive em crise permanente. Juntamente com a educação e a saúde, é um dos temas que monopolizam a atenção de todos os brasileiros – e pelos piores motivos, pois o que nos prende a atenção é sempre a falta de educação, a falta de saúde, a falta de segurança pública.

O sentimento de crise constante é confirmado pelos números. Vou me restringir a três exemplos na área da segurança pública: o número de homicídios por armas de fogo, o número de mulheres vítimas de assassinato e a evolução da população carcerária no Brasil.

Os dados são dos relatórios Mapa da Violência mais recentes, de 2015 e de 2016, e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça, atualizado em dezembro do ano passado, com dados de junho de 2016.

Sr^a e Srs. Senadores, entre 1980 e 2014, 968 mil pessoas foram mortas por armas de fogo no Brasil. Desse total, 95% representam assassinatos. Em 1980, ocorreram 6.104 homicídios. Em 2014, foram 42.291 – um crescimento de 593% diante de um crescimento populacional de 65% no mesmo período.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1980, 1.353 mulheres foram assassinadas no País. Em 2013, foram 4.762 – um aumento de 252%. O total de mulheres assassinadas em 2013 se traduz numa taxa de 4,8 vítimas a cada 100 mil habitantes. Em 1980, essa taxa era a metade disso: 2,3 vítimas a cada 100 mil habitantes.

Sr^a Presidente, em 1990, quando esse levantamento começou a ser feito, a população carcerária brasileira era de 90 mil detentos. Hoje, são pelo menos 727 mil presos, o que nos coloca em terceiro lugar, atrás apenas dos Estados Unidos da América e da China, no *ranking* mundial da ocupação prisional; um aumento de 706%, comparado a um crescimento populacional de 39% no mesmo período. A taxa de ocupação nas prisões brasileiras atualmente é de 197,4%. Isso significa que precisaríamos dobrar o número de vagas para zerar o déficit do sistema penitenciário.

O Estatuto do Desarmamento, em 2003; a Lei Maria da Penha, em 2006; a liberação de R\$1,1 bilhão, em 2011, pelo Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional; embora estas e outras tenham sido conquistas da maior importância, esses avanços mal arranharam a superfície do problema da segurança pública no Brasil.

Todas as facetas da violência se retroalimentam. Violência gera mais violência, sempre. A crise carcerária no Brasil – está claro – é tanto consequência como causa do aumento da violência. Um sistema carcerário superlotado como o brasileiro não gera outro resultado além de fazer crescer ainda mais os índices de criminalidade, numa completa distorção de seu papel primordial de reeducação social.

Eu faço aqui um parêntese, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para lembrar uma fala de um Desembargador do meu Estado, o Desembargador Walter Waltenberg, hoje Presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado, e tenho certeza de que o pensamento dele é comungado por muitos outros pensadores do nosso País na área de segurança pública. Colocar na prisão uma pessoa que cometeu o primeiro delito, de menor importância às vezes, de menor gravidade, vai piorar essa pessoa no presídio. Se colocasse uma tornozeleira eletrônica ou se mandasse para uma prisão domiciliar, essa pessoa estaria sendo punida de conviver na sociedade, já seria uma punição. Assim, tiraria da prisão milhares e milhares – ou milhões – de pessoas que cometeram o primeiro delito. Então, esse é o pensamento dele, e eu acho que nós, o Congresso, devemos nos debruçar. Sei que o próprio sistema



judiciário do nosso País já pensa também dessa forma. E sem falar que grande parte – eu diria quase 80% dos presos brasileiros hoje, eu sei que esse levantamento foi feito no Estado de V. Ex^a, no Rio Grande do Sul, acho que quase 80% – estava vinculada ao tráfico de drogas. Não porque são traficantes. Na sua grande maioria, porque roubam celular, roubam eletrodomésticos, roubam qualquer coisa para sustentar o vício. Então, a nossa guerra não é nem contra usuário de droga, é contra o tráfico, é contra os traficantes.

Na reunião da Comissão de Infraestrutura, eu mencionei algumas medidas para atacar a crise da segurança pública e quero repeti-las aqui para uma audiência mais ampla.

Eu apoio a movimentação que parece existir, no Governo Temer, para criar um Ministério da Segurança Pública. Que possa ser extinto mais dois ou três ministérios; que possa, talvez, fundir o Ministério da Justiça com outro ministério novo, que possa ser criado, ampliando, mas que seja o Ministério da Segurança Pública, que seja um ministério voltado para as ações de segurança pública, para trabalhar em conjunto com as polícias estaduais.

De que adianta nós nos vangloriar, às vezes, e dizermos que só na Polícia Militar de São Paulo o contingente é maior do que as Forças Armadas da Argentina? Eu já ouvi isso aí. De que adianta isso? Que a Polícia do Rio de Janeiro, que a Polícia de São Paulo e de outros grandes centros, de outros Estados, são maiores do que as Forças Armadas de muitos países da América do Sul. De que adianta isso? Se hoje o crime está dominando...

Com todo o respeito aos esforços heroicos do Ministério da Justiça nessa área, creio que é chegada a hora de concentrarmos as ações voltadas para a segurança pública em um órgão criado especialmente para lidar com esse problema.

O fato de a violência ser uma questão nacional, de não ser restrita a esta ou àquela região ou Estado, reforça a necessidade de um órgão que atue no âmbito da União. A luta contra a violência é uma cruzada nacional, e, como tal, deve ser tratada.

Sou simpático, da mesma forma, ao emprego das Forças Armadas no combate a determinadas manifestações da violência pública, mais especificamente no combate ao narcotráfico, questão para a qual as Forças Armadas poderiam contribuir muito com seu conhecimento minucioso do território nacional, com sua experiência no levantamento de inteligência nessa área e com sua presença permanente em pontos estratégicos do Brasil, aos quais outras entidades estatais não conseguem chegar, nem manter. Principalmente nas nossas fronteiras, onde estão muitos destacamentos do Exército e de outros órgãos das Forças Armadas.

De todo modo, quero aqui reforçar, uma vez mais, a fala do Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, no último dia 5 de fevereiro, que diz: "A violência é uma das nossas principais pautas em 2018 e, se nada fizermos no presente, ela ainda continuará nessa condição por muitos anos do futuro, em detrimento do bem-estar e da segurança de todos os brasileiros."

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro a minha fala também trazendo aqui boas notícias. Eu acho que surge um alento, surge uma luz no fim do túnel, surge uma expectativa positiva, que é o crescimento econômico. Eu acho que nós temos que aproveitar este momento em que o Brasil começa a crescer positivamente – possivelmente de 2,5% a 3% do PIB este ano, com possibilidade de crescer nos próximos anos, com inflação baixa, com juros baixos – para destinar uma porção de recursos maior para a segurança pública do País, para que possamos aparelhar melhor as nossas polícias estaduais.



Eu mesmo coloquei no orçamento deste ano – e foi aprovada – uma emenda de R\$15 milhões – não é muito – para ajudar no aparelhamento da Polícia Civil e da Militar e dos Bombeiros do Estado de Rondônia. Se cada Estado recebesse uma quantia de dinheiro, não como essa, que é muito pequena, mas uma quantidade maior, para poder aparelhar, reforçar a nossa Polícia Militar...

Medeiros reclamou aqui do potencial das armas dos nossos policiais diante das dos bandidos. A nossa Polícia Militar, que é quem fica na rua no dia a dia nas nossas cidades, não usa fuzil, não usa metralhadora; ela usa no máximo uma pistola, um 38, uma pistola muito inferior às armas que os bandidos e os traficantes usam no nosso País.

Então faço aqui este apelo ao Governo Temer, ao Ministério da Justiça, para que a gente possa realmente dedicar mais esforços a essa área da segurança pública.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Valdir Raupp. Não é só isso, Senador. As viaturas policiais às vezes não podem sair porque não têm pneu, ou não podem sair porque não têm combustível – a viatura policial, que faz patrulhamento. E claro, armamentos também, obsoletos, velhos, antigos, às vezes falham. A munição também, nem sempre é adequada para essas operações. Mas temos realmente que reagir, como pregou V. Ex^a. Estamos nessa juntos, Senador.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Hélio José e o Senador Alvaro Dias em seguida. É uma comunicação inadiável.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Cumprimento S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia, Presidente desta sessão. Cumprimento nossos ouvintes da TV e da Rádio Senado. Cumprimento o Brasil. Cumprimento aqui nosso nobre Senador Alvaro Dias, que vai me suceder. Cumprimento a todos os carnavalescos do Brasil, a escola de samba Paraíso do Tuiuti e a escola de samba Beija-Flor, que soube tão bem expor os graves problemas nacionais na maior festa popular do Brasil, talvez do mundo. Eu conheço de perto e pude assistir. Achei muito bacana poderem essas duas escolas ser âncoras para o Brasil todo e demonstrar as questões graves sociais por que nós passamos.

Mas hoje, nobre Senadora Ana Amélia, Presidente desta sessão, venho aqui a esta tribuna falar sobre graves acidentes em obras públicas. Há pouco vimos aquele acidente grave na barragem de Mariana, um acidente que pegou todos nós aqui de susto, porque uma barragem de repente arrebenta, mata várias pessoas abaixo, a jusante da barragem, abaixo da barragem, e mata um dos principais rios brasileiros, que é o Rio Doce, um rio que passa por quase todo o Estado de Minas Gerais, pelo norte de Minas e pelo Espírito Santo, causando graves problemas ambientais.

Tempos atrás havíamos visto a queda de um viaduto em Belo Horizonte. E duas semanas atrás, a queda de um viaduto aqui no Distrito Federal, antecedida em menos de uma semana pela queda de uma garagem de um prédio, que veio abaixo, vitimando 25 carros – graças a Deus, carros, e não pessoas. E um viaduto de Brasília caiu. Brasília é cidade jovem, com apenas 57 anos, a minha idade. Caiu num local super movimentado, no centro da cidade, ao lado do Setor Comercial Sul, ao lado do Setor Bancário Sul, onde milhares de pessoas vão almoçar. E Deus foi tão bom, Deus brasileiro – Deus brasiliense, até –, que evitou uma tragédia grave, e nenhum foi vítima daquele acidente, que poderia ter matado milhares de pessoas naquela manhã aqui em Brasília.



Além disso, houve os acidentes do afundamento da nossa plataforma – todo mundo lembra – da Petrobras, no centro do mar; a questão do grave acidente da TAM e de outros aviões brasileiros, principalmente da TAM, que pegou fogo em São Paulo, derrapou e vitimou uma série de famílias.

Então, hoje, agora, daqui a pouquinho, na Comissão Senado do Futuro, vamos começar um debate – para o qual eu queria chamar a atenção de todos os brasileiros para que possam assistir, e vai ser transmitido pela TV Senado – com as agências reguladoras.

A gente está convidando, para discutir acidentes em obras públicas, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que cuida e tem responsabilidade, junto com a ANA, pelas barragens brasileiras; os representantes da Agência Nacional de Águas (ANA); a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pelos graves acidentes ferroviários, rodoviários e também dos viadutos; o representante da Antaq, para discussão sobre os portos brasileiros, que também não ficam atrás com os riscos em obras públicas; a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), que tem a responsabilidade de fiscalizar e regular o funcionamento dos aeroportos brasileiros; a ANP (Agência Nacional do Petróleo), que cuida das plataformas brasileiras de exploração de petróleo; a OAB; também o Confea (Conselho Federal de Engenharia) e o Governo do Distrito Federal.

Então, essa é uma audiência pública que faremos, nobre Senador Alvaro Dias. Em seguida, daqui a uma ou duas semanas, haverá outra audiência pública com representantes dos ministérios responsáveis por essas agências reguladoras. Depois de ouvir as agências reguladoras, que são responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e regulação das obras públicas, nós já aprovamos uma outra audiência, cujos convidados serão os ministérios e o Governo do Distrito Federal, para que nós, representando os Estados, na verdade, possamos dar continuidade a essa discussão, porque o povo brasileiro está assustado. O povo brasileiro está muito preocupado: se, em uma cidade da idade de Brasília, de repente, viaduto e garagem estão caindo na cabeça das pessoas, imagina cidades mais antigas! Graças a Deus não temos tido muitas tragédias, ainda bem, porque há acompanhamento, há manutenção. Então, precisamos da manutenção, precisamos do acompanhamento.

Por que há tantos acidentes envolvendo grandes obras públicas no Brasil, nobre Senador? O que haveria em comum entre os acidentes ocorridos em São Paulo, no metrô, no viaduto da Anchieta, no viaduto do Rodoanel, na marquise do Itaquerão, no viaduto que desabou em Belo Horizonte, no viaduto que caiu em Fortaleza, no desabamento de um trecho da ciclovia Tim Maia no Rio de Janeiro, e, agora, nobre Senadora Ana Amélia Presidente, no viaduto que caiu aqui em Brasília?

Com o aumento da população, do número de veículos em circulação, e com o envelhecimento das estruturas urbanas, cresce a necessidade de melhoria das estruturas urbanas, a partir de um melhor planejamento, de uma melhor fiscalização e de uma correta execução das obras necessárias e exigidas pela população, nobre Senador Alvaro Dias, que é pré-candidato a Presidente do Brasil.

Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, sou um concursado público federal. A minha carreira é responsável por todas as obras públicas dos ministérios, que é a carreira de analista de infraestrutura. Inclusive, o Governo tinha feito acordo para pôr um salário justo nessa carreira, e, na última hora, vetou o termo para pôr um salário justo para os engenheiros brasileiros. E a gente corre aí, na Esplanada dos Ministérios, com uma carreira que deveria ser uma das mais valorizadas deste País, com salários ínfimos, todos estão estudando para passar em concursos públicos das outras carreiras afins, o que é lamentável. Mesmo assim, estamos fazendo o que podemos para ajudar nas grandes obras públicas, com esse trabalho dessas audiências públicas que



faremos aqui agora na Comissão Senado do Futuro, à qual cabe orientar todos os projetos de V. Ex^{as} nesta Casa.

Então, eu gostaria que todos os 81 Senadores que vão receber o relato pudessem acompanhar e que o Brasil também pudesse nos acompanhar.

Com o aumento da população e do número de veículos, como falei, da circulação e com o envelhecimento das estruturas urbanas, cresce, nobre Senadora, a necessidade de melhoria das estruturas urbanas, a partir de um melhor planejamento, de uma melhor fiscalização e de uma correta execução das obras necessárias e exigidas pela população.

Em função da grande ocorrência de acidentes com obras públicas nos últimos anos no Brasil, com destaque para o acidente ocorrido numa barragem de rejeitos na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, é necessário e urgente discutir no âmbito do Legislativo as causas dessas ocorrências, suas consequências para o País e soluções que mudem drasticamente esse indesejável quadro.

Há necessidade de se rever o modelo atual de licitações de obras públicas utilizado no Brasil. Por isso, nobre Senador Alvaro Dias, eu tenho um projeto na CCJ e gostaria de pedir a V. Ex^a, ou à Senadora Ana Amélia mesmo, que o relatasse, porque é um projeto que prevê a necessidade de projeto executivo para que o Governo possa já iniciar as novas obras devidamente aprovadas. Esse projeto está na CCJ precisando de Relator, porque a gente precisa aproveitar essas questões graves e dar sequência. Então, se V. Ex^a ou a nossa nobre Senadora Ana Amélia puder relatar esse projeto, está a disposição na CCJ. É um projeto muito importante, na minha visão de engenheiro, para que o Brasil fique livre desse tipo de incidente tão grave, porque as pessoas fazem anteprojetos e já começam a liberar dinheiro e daí se veem obras despencando na cabeça dos outros, como está ocorrendo. Então, Senadora Ana Amélia, Senador Alvaro Dias, se algum de vocês quiser relatar esse projeto de engenharia, está na CCJ à disposição, que exige o projeto executivo para que seja liberado o recurso.

Tentando concluir, há necessidade de rever o modelo atual de licitações de obras públicas utilizado no Brasil. No exterior, o modelo utilizado evita que quem projeta uma obra também seja responsável pela sua execução, e impede a execução da obra por quem fiscaliza. As licitações são precedidas por um rigoroso processo de fiscalização quanto à qualidade técnica dos proponentes.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – O preço mais baixo não é o único fator que determina a escolha do proponente vencedor.

É importante, inclusive, discutir com a sociedade brasileira os desdobramentos, nobre Presidente, Senadora Ana Amélia, da Lei nº 12.462 de 4 de outubro de 2011, que estabeleceu o Regime Diferenciado de Contratações. Pela lei, aprovada em 2011, quem faz o projeto pode executar a obra e não há obrigatoriedade de fiscalização durante a execução do projeto. Então, nós precisamos mudar essa situação porque nós temos que exigir a fiscalização e todo o acompanhamento da obra, que tem que estar incluso na licitação.

Há necessidade, também, de analisar o ordenamento jurídico brasileiro que regulamenta as hipóteses e circunstâncias de como será a reparação do dano pelo Estado e pelas pessoas jurídicas públicas ou privadas que o representem, perante terceiros.



Então, nobre Senadora Ana Amélia, o telefone para participação nessa audiência pública, às 17h, na Comissão Senado do Futuro, é o Alô Senado, 0800-612211.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Todos nossos ouvintes brasileiros podem participar e o site para enviar perguntas e participação ao vivo é www.senado.leg.br/comissoes/comissaosenadodofuturo.

Muito obrigado a V. Ex^a, um forte abraço a todos que estão nos ouvindo.

Muito obrigado!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Hélio José lembrando que o RDC, Regime Diferenciado de Contratações, foi um artifício criado no Governo, em 2013 pelo governo passado, para as obras da Copa do Mundo, que foi, penso, um equívoco político estratégico porque estádios que custaram milhões e milhões de reais estão às moscas, como esse de Brasília, e falta dinheiro para fazer recuperação de viadutos, como lembra V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, eu pretendo aproveitar a tranquilidade desta quinta-feira para trazer alguns esclarecimentos em relação ao noticiário das redes sociais, que muitas vezes não refletem a verdade.

É exatamente em respeito àqueles que em nós confiam que nos preocupamos em esclarecer.

Nesses últimos dias, estes que emergem dos porões do anonimato e aparecem nas redes sociais como artífices ou arautos da inverdade colocam informações absolutamente contaminadas pela má-fé. Por exemplo, nestes dias colocaram uma imagem com algumas aposentadorias, políticos que se aposentaram. E ao final, colocam o meu nome, como se eu recebesse aposentadoria.

Eu tenho evitado fazer proselitismo com renúncias que considero necessárias em respeito ao povo brasileiro. E esta é uma renúncia significativa. Eu tenho direito líquido e certo de receber aposentadoria como ex-governador do Paraná há 26 anos, salário teto. A soma – é claro, de todos esses anos, 26 anos – me permitiria afirmar que teria mais de R\$10 milhões depositados na minha conta bancária. No entanto, esses recursos ficaram nos cofres do Estado do Paraná a serviço da população. Uma renúncia, uma renúncia pessoal, evidentemente em respeito à população do meu Estado e do Brasil.

Quando assumi o governo do Paraná, uma das primeiras medidas foi tentar acabar com essa aposentadoria constitucional. Encaminhei à Assembleia, e houve da parte da Assembleia recusa à minha proposta. Houve, na verdade, o engavetamento da proposta, evidentemente com motivação de natureza política, uma vez que os ex-governadores recebem, recebiam. E hoje eu sou o único ex-governador do Paraná a não receber essa aposentadoria.

Por essa razão, é evidente que isso provoca indignação.

Nós renunciemos a isso, mas fazem questão de mentirosamente afirmar que nos aposentamos e que recebemos isso, como se isso ajudasse a rejeitar a reforma da previdência. A mentira não ajuda. Só a verdade pode prevalecer nessas circunstâncias. Portanto, eu repudio aqueles que maldosamente... E eu não diria que são mal-informados, é maldade mesmo, é má-fé, é uma calúnia



desproporcional. Nós temos que reagir a isso, e, evidentemente, não há como, porque essa esquizofrenia nesse espaço da liberdade em que se constituíram as redes sociais nos leva, sim, a sermos assaltados por injustiças dessa natureza. Fica o nosso repúdio desta tribuna.

Há outra questão que é menos grave, mas que, de qualquer maneira, é preciso repudiar, porque é inverdade. Não há da minha parte autorização para que alguém fale em meu nome nas redes sociais. Então, eu tenho que rechaçar essa tentativa de distorção daquilo que eu penso. Esse caso diz respeito à segurança pública. Colocaram mais uma imagem com a minha fotografia com a afirmação de que eu seria contrário ao armamento das pessoas e que, portanto, eu estaria trabalhando para desproteger os brasileiros. Eu nunca fiz afirmação dessa natureza. A minha posição clara a respeito desse assunto é a defesa da flexibilização da legislação. Devemos respeitar aqueles que desejam usar arma, fazer uso do porte de arma, evidentemente com uma legislação responsável, que estabeleça regras que possam impor rigorosamente responsabilização por eventuais abusos, mas, sobretudo, medidas preventivas para evitar o uso indevido ou o mau uso das armas. Agora, eu nunca afirmei ser contrário a que o cidadão que deseja usar arma seja impedido de usá-la. Creio que esclareço dessa forma.

O que tenho enfatizado é que o Estado brasileiro é que deve estar armado para oferecer proteção a todos os brasileiros. Evidentemente, se 52% dos brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, temos que admitir que a maioria dos brasileiros sequer possui condições de adquirir uma arma. Muitos brasileiros, aliás, hoje, lastimavelmente, não podem comprar remédio, há brasileiros que não podem comprar alimentos, pois 52% da população abaixo da linha da pobreza. Portanto, temos que armar competentemente o Estado brasileiro para que ele ofereça segurança a ricos e a pobres, especialmente aos pobres trabalhadores deste País, que certamente não podem contar como segurança única e exclusivamente com essa proposta de armar a população. Eu repito: a prioridade é armar o Estado brasileiro, até porque governante que coloca como prioridade absoluta armar o cidadão está revelando a sua incompetência em oferecer segurança à população, o que é responsabilidade do Estado, já que pagamos impostos para que possamos ter segurança e trabalhar em paz.

É evidente que essas distorções serão rotina durante este ano eleitoral, Senadora Ana Amélia. Imaginam poder distorcer a realidade e iludir a população com afirmações absolutamente falsificadas. Fica, também em relação a esse assunto, o nosso protesto.

Certamente, aparecerão os donos da verdade no período eleitoral, apresentando propostas de solução para todos os problemas do País, sobretudo propostas de solução para a segurança pública, uma vez que essa tragédia está expulsando da Pátria milhares de brasileiros. Muitos deixam o País, e a justificativa principal é que aqui não há segurança para se viver em paz. Atualmente, Portugal tem sido o destino de milhares de brasileiros. Hoje já são 3 milhões de brasileiros autoexilados no exterior. Então, é evidente que os oportunistas de todas as horas aparecem com promessas, muitas vezes irrealizáveis, na esperança de convencer as pessoas.

Eu entendo que é necessário, sim, apresentar propostas no processo eleitoral. Isso é nosso dever, dever de todos nós – da Senadora Ana Amélia, como candidata ao Senado da República no Rio Grande do Sul, de todos os candidatos. Especialmente candidatos à Presidência da República têm a enorme responsabilidade de apresentar propostas que convençam a sociedade brasileira de que elas são realizáveis e de que oferecem expectativa de solução para incriveis problemas que nos



atormentam, mas é preciso dizer: ao se afirmar o que se vai fazer, é preciso acrescentar como fazer. Não basta dizer que se solucionará essa incrível dificuldade em relação à segurança pública sem dizer como.

É óbvio que, para equipar a polícia, para oferecer formação técnica qualificada para os profissionais de segurança pública, para oferecer bons salários a policiais, para contratar policiais em número adequado em todos os Estados, tudo isso depende de recursos, recursos públicos. E esses recursos não estão atualmente no caixa do Tesouro Nacional. E não há como o Governo da União não liderar um complexo programa de segurança pública para o País – não é mais tempo de se transferir responsabilidade a Estados e Municípios em relação à segurança pública –, mas é preciso que as propostas sejam calçadas na realidade das possibilidades financeiras do Estado brasileiro. É por isso que uma proposta de segurança pública para o País começa aqui em Brasília com a refundação da República.

Senadora Ana Amélia, a expressão "refundação da República" foi inspiração de um jornalista gaúcho, o Políbio Braga. Depois de assistir a uma palestra que proferi na Associação Comercial de Porto Alegre, ele disse: "A conclusão a que cheguei é que ele pretende a refundação da República." É exatamente este o caminho: a refundação da República com profunda reforma do Estado brasileiro, uma reforma radical do Estado brasileiro. A refundação da República implica a ruptura com esse sistema corrupto e incompetente que é a causa maior dos dramas que estamos vivendo neste País.

É assustador ou perturbador ver, por exemplo, um cientista político escrevendo que o ex-Presidente Lula é o candidato da ruptura. Eu não sei como ele pode ser o candidato da ruptura, se ele é o arauto desse sistema corrupto e incompetente, matriz dos governos incapazes, usina dos escândalos de corrupção que provocaram imensa indignação no País, escândalos apresentados aos olhos da Nação pela Operação Lava Jato, que merece os aplausos que a Senadora Ana Amélia ofereceu, no dia de hoje, ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Justiça que, em parte, cumpre o seu papel de forma denotada, competente, responsável e corajosa. Portanto, como afirmar que o arauto desse sistema, aquele que o institucionalizou, que o consagrou como caminho para um projeto de poder de longo prazo, pode ser apontado como o candidato da ruptura?

Prefiro a Procuradora-Geral da República, Dr^a Raquel Dodge, que, no dia de ontem, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal seu parecer contra a concessão de habeas corpus para impedir a prisão do ex-Presidente Lula. Prefiro Raquel Dodge ao cientista político. E ela afirma a consagração da legislação, o respeito à jurisprudência da Suprema Corte de que condenado em segunda instância vai para a prisão. E mais: afirma, taxativamente, que a prisão do Presidente Lula será a eliminação de uma perturbadora disfunção do processo penal brasileiro. Ela, sim, diz o que pensa a maioria dos brasileiros, mas respeita a lei para a consagração do Estado de direito. Os falsos democratas, aqueles que advogam a existência de um Estado de direito que ofereça a perspectiva do exercício da democracia na sua plenitude a todos os brasileiros, são os mesmos que querem violência contra a Constituição, contra a legislação e contra o Estado de direito, colocando alguém acima das leis no País. Não importa que seja ex-Presidente da República, a legislação tem que ser implacável com todos.

É por isso, Senadora Ana Amélia, que nós estamos insistindo para que a sociedade brasileira exija da Câmara dos Deputados a votação, em regime de urgência, da proposta que o Senado já aprovou – coincidentemente de minha autoria, mas, se não o fosse, eu estaria aqui da mesma forma



fazendo este apelo para que a Câmara dos Deputados aprovasse – sobre o fim do foro privilegiado. Será um salto civilizatório de qualidade, será a inauguração de um novo tempo, será, certamente, o surgir de uma nova Justiça no País. Nós não podemos falar em nova Justiça enquanto prevalecer essa excrescência constitucional, contraditória em relação ao art. 5º, que diz que todos somos iguais perante a lei. O foro privilegiado é, sim, uma excrescência, um retrocesso, uma vergonha para um país civilizado. Não há no mundo, a não ser num único país, a Espanha, algo semelhante.

Ainda agora, eu estive, a exemplo da Senadora Ana Amélia há um pouco mais de tempo, em Israel, visitando a suprema corte e constatando que, naquele país inteligente, de democracia exuberante, não há foro privilegiado e que, há algum tempo, um primeiro-ministro, por ter aceitado uma propina de US\$10 mil, foi condenado na primeira instância e preso; que um presidente do país, em razão da acusação de assédio sexual, foi condenado em primeira instância e preso; e que, agora, o primeiro-ministro é investigado, com a polícia federal nos seus calcanhares, sem guarda-chuva de proteção, porque não há o foro privilegiado.

E os ventos da mudança em relação ao combate à corrupção...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – ... estão alcançando também outros países, e nós queremos nesta hora...

Eu ia falar sobre segurança pública, Senadora Ana Amélia, mas peço a V. Ex^a que considere como lido este pronunciamento em que faço um resumo de propostas sobre segurança pública, porque os brasileiros não podem mais esperar.

O que quero, ao final, enfatizar é que tentaram, por vários vezes, conspirar contra a Operação Lava Jato. Não foram bem-sucedidos. Tiveram, em várias ocasiões, o objetivo de desqualificar investigadores e julgadores, não tiveram apoio popular.

De quando em vez, surgem aqueles que, no próprio Parlamento, procuram legislar para comprometer o sucesso da Operação Lava Jato. Também se frustram, porque a Operação Lava Jato – com o apoio de políticos ou sem o apoio de políticos, com Parlamentares ou sem eles, sem o apoio dessa minoria conivente, cúmplice, coadjuvante da corrupção – vai em frente e certamente será um sucesso retumbante. Sucesso maior ainda se a Câmara dos Deputados acabar logo com o foro privilegiado para que as autoridades possam ser julgadas, para que elas não sejam protegidas por esse instituto da improbidade, paraíso para a corrupção e estímulo para os corruptos.

Portanto, ao final, este apelo: vamos pedir, vamos exigir, vamos insistir, vamos pressionar para que a Câmara dos Deputados vote logo e aprove esse projeto que acaba com o foro privilegiado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Alvaro Dias, eu queria apenas fazer uma ponderação a V. Ex^a.

Interessante, nós fizemos uma leitura distinta da mesma análise política sobre a questão da ruptura.

Quando eu li, a ruptura, que eu entendi e aí fui até o dicionário para ver se eu tinha, digamos, interpretado mal, segundo o nosso dicionário, é a ação ou o efeito de romper-se, rompimento, fratura, quebra, interrupção de continuidade, divisão, corte, uma outra concepção.

Ruptura significa rompimento, quebra violenta, interrupção, violação, corte, anulação de um pacto ou um tratado. Ruptura é o ato ou efeito de romper, de violar de forma brusca.



O que eu entendi nesse...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Senadora, eu não li o artigo na verdade, vi apenas a manchete ao me dirigir à tribuna.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – No aparelho telefônico celular, eu vi a manchete e fiquei assustado com essa manchete, quando eu vi que o ex-Presidente é um daqueles que se propõe à ruptura com o atual sistema.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não a refundação, o que V. Ex^a falou. A refundação é um ato positivo, mudança, renovar, fazer novo, reiniciar um processo.

A ruptura a que se refere, pelo que eu entendi, o analista político – numa ruptura, mal comparando – seria no sentido de transformar o Brasil em uma Venezuela, quebrando a institucionalidade das instituições, as regras econômicas, nesse sentido de ruptura.

Então, nesse sentido, eu acho que ele coloca...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Corretamente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a esquerda e a direita numa mesma posição de rompimento da regra institucional do País.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Eu agradeço a V. Ex^a e vou ler o artigo agora, porque não tive essa oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois é. Eu entendi dessa forma e, quando V. Ex^a falou, pensei: será que eu entendi equivocado? Mas é a ruptura que ele faz do sistema, não do sistema, mas do sistema institucional, do funcionamento das instituições, Poder Judiciário. Então, à moda Venezuela ou ao regime bolivariano, que está mais próximo do pensamento, digamos, à esquerda ou à direita, que acho que é uma coisa já ultrapassada, porque eu li aqui uma frase atribuída a Aldo – não sei se é ele de fato...

(Soa a campanha.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... de que hoje o mundo não se divide mais entre esquerda e direita, mas entre rápidos e lerdos. Então, é nesse sentido que eu entendi o artigo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito bem. Muito obrigado, Senadora. Acho importante esse esclarecimento. Embora não tenha citado o nome do articulista, é importante esclarecer, porque, neste mundo esquizofrênico da política do Brasil, na atualidade...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E das redes sociais também.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – ... nós estamos verificando que há muitos que se apresentam para romper com esse sistema corrupto e que, na verdade, sempre foram os seus coadjuvantes, os seus arautos. É por essa razão que me provocou certa indignação a manchete, mas o texto tem outro objetivo e outra finalidade.



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

Eu queria também me associar, Senador Alvaro Dias, com a abordagem que V. Ex^a fez na abertura deste seu pronunciamento sobre a questão das redes sociais e das *fake news*, as chamadas notícias falsas. Eu acho que, num ano eleitoral, de grandes embates entre oposição e Governo, entre os adversários políticos, alguns usam as redes sociais, que são um mecanismo extraordinariamente democrático, muito importante – todos eles: Facebook, Instagram, Twitter, o próprio *e-mail* –, para atacar.

Hoje, por exemplo, eu recebi – aí a instituição é manchada; e eu tive o trabalho de dizer para essa pessoa que não era bem assim – uma imagem de uma pessoa passando no plenário da Câmara dos Deputados distribuindo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Eu acabei de receber.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O que eu respondi? Quando eu vi aquilo, aqui nós estamos acostumados. Nosso sistema todo é digital. Quando há presença aqui, para eu poder registrar presença, há um dispositivo aqui que registra a minha digital. Não existe nenhuma digital parecida com outra. São todas diferentes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – E na Câmara também é assim.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na Câmara, também é assim para votar e para dar presença. E era uma pessoa bem informada, uma pessoa com bom grau, médico, mas ele, inocentemente, me passou como verdade, porque recebeu como verdade. Aí eu expliquei: aqui é inviável, é impossível você dar presença para um Parlamentar que não esteja, porque é impressão digital. Então, impressão digital você não pode violar.

Houve um caso aqui no Senado de um servidor que pegou uma digital, mas ele mandou construir uma digital de uma pessoa. Agora, você não pode construir digitais de 81 Senadores ou de 513 Deputados para fazer isso aí. Na primeira sessão, isso aí ia ser flagrado, porque as câmeras estão mostrando. Então, nós temos impressão digital aqui, que é exatamente para dar total segurança não só ao nosso voto, porque já tivemos no passado episódios disso... V. Ex^a se lembra desse episódio. Eu era jornalista. Então, hoje há segurança sobre não só a presença no plenário... E não faço isso para dizer: ah, eu estou sendo... Aqui estou sendo fiel à verdade, porque acho que a responsabilidade maior do cidadão que distribui as notícias falsas é exatamente esta: ter cuidado com o que está falando.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque contamina toda a instituição. Contamina a instituição. Então, queria me associar a V. Ex^a e elogiar também a Procuradoria da República e a Polícia Federal, que estão criando forças-tarefas para combater a questão das *fake news* no processo eleitoral. E que a Procuradoria seja rápida, Senador Alvaro Dias, porque, numa campanha eleitoral, uma notícia falsa dessa faz um dano irreparável, que vai afetar o resultado da eleição.



O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E, aí, o Ministério Público só vai se manifestar depois de transcorrido o pleito. Aí, não adianta chorar sobre o leite derramado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – E é mais fácil viralizar a maldade...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro. Do que o bem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – ... do que o ato do bem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Verdadeiro. Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.2 do Sumário)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 16 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 5ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Banco Central do Brasil





SENADO FEDERAL

AVISO Nº 2, DE 2018

Encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real do Banco Central do Brasil referente ao quarto trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

AUTORIA: Banco Central do Brasil

DOCUMENTOS:

- [Texto do aviso](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Aviso 7/2018-BCB

Brasília, 26 de janeiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Eunício Lopes de Oliveira
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao quarto trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente,

Ilán Goldfajn
Presidente

Anexo: 1.



Página 2 de 17

Presidente
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício Sede – 2º andar – CEP 70074-900

Parte integrante do Avulso do AVS nº 2 de 2018.

E-mail: presidencia@bcb.gov.br



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Anexo ao Aviso 7/2018-BCB, de 26 de janeiro de 2018

- A - Demonstrativo das emissões do real – Quarto trimestre de 2017**
 - I. A base monetária restrita e a emissão
 - II. A base monetária ampliada
 - III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
 - IV. Os meios de pagamento amplos
 - V. Anexos

- B - Relatório de execução da programação monetária - Quarto trimestre de 2017**



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL**I – A base monetária restrita e a emissão**

A base monetária apresentou saldo médio diário de R\$282,3 bilhões ao final de 2017, após elevações de 10% no mês e de 6,4% em doze meses. A variação mensal refletiu a sazonalidade na demanda por moeda, ao registrar acréscimos nos saldos das reservas bancárias (11,5%) e do papel-moeda emitido (9,8%).

Demonstrativo de emissões do real	
Quarto trimestre - 2017	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 4º trimestre/2017 ^{1/} (Voto CMN nº 79/2017)	323,60
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	282,29
b.1 - Usos ^{2/}	282,29
b.1.1 Papel-moeda emitido	241,91
b.1.2 Reservas bancárias	40,38
b.2 - Fontes	282,29
b.2.1 Saldos em 30.11.2017	264,22
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	223,16
b.2.1.2 Reservas bancárias	41,06
b.2.2 Fluxos em novembro 2017 ^{3/}	18,07
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	46,84
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-20,66
b.2.2.3 Operações com o setor externo	-11,31
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	3,20
C - Saldo de emissão (A - B)	41,31
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.237,10
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	323,60
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	913,50

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2015 Jan	206 615	-4,1	8,8	46 529	6,9	1,9	253 143	-2,3	7,4
Fev	202 013	-2,2	9,0	39 923	-14,2	-6,1	241 936	-4,4	6,2
Mar	199 495	-1,2	8,6	41 248	3,3	4,6	240 743	-0,5	7,9
Abr	198 812	-0,3	8,0	39 500	-4,2	-3,4	238 311	-1,0	5,9
Mai	196 246	-1,3	8,1	35 834	-9,3	-13,3	232 080	-2,6	4,1
Jun	196 864	0,3	6,2	36 384	1,5	-4,4	233 248	0,5	4,4
Jul	197 022	0,1	6,3	37 058	1,9	-8,9	234 080	0,4	3,6
Ago	196 142	-0,4	5,1	33 268	-10,2	-16,1	229 410	-2,0	1,4
Set	196 414	0,1	2,7	34 553	3,9	-14,7	230 967	0,7	-0,4
Out	203 746	3,7	5,3	33 599	-2,8	-17,3	237 344	2,8	1,3
Nov	202 744	-0,5	3,6	34 324	2,2	-14,8	237 069	-0,1	0,4
Dez	221 478	9,2	2,8	34 872	1,6	-19,9	256 350	8,1	-1,0
2016 Jan	213 738	-3,5	3,4	37 915	8,7	-18,5	251 653	-1,8	-0,6
Fev	209 171	-2,1	3,5	35 100	-7,4	-12,1	244 271	-2,9	1,0
Mar	205 986	-1,5	3,3	35 131	0,1	-14,8	241 118	-1,3	0,2
Abr	204 655	-0,6	2,9	32 707	-6,9	-17,2	237 363	-1,6	-0,4
Mai	203 895	-0,4	3,9	34 481	5,4	-3,8	238 376	0,4	2,7
Jun	202 900	-0,5	3,1	33 609	-2,5	-7,6	236 509	-0,8	1,4
Jul	203 970	0,5	3,5	33 538	-0,2	-9,5	237 509	0,4	1,5
Ago	203 465	-0,2	3,7	33 697	0,5	1,3	237 161	-0,1	3,4
Set	209 599	3,0	6,7	33 619	-0,2	-2,7	243 218	2,6	5,3
Out	210 513	0,4	3,3	33 564	-0,2	-0,1	244 077	0,4	2,8
Nov	208 952	-0,7	3,1	34 494	2,8	0,5	243 447	-0,3	2,7
Dez	227 762	9,0	2,8	37 607	9,0	7,8	265 370	9,0	3,5
2017 Jan	219 621	-3,6	2,8	40 776	8,4	7,5	260 397	-1,9	3,5
Fev	215 589	-1,8	3,1	35 982	-11,8	2,5	251 571	-3,4	3,0
Mar	212 515	-1,4	3,2	35 521	-1,3	1,1	248 036	-1,4	2,9
Abr	214 292	0,8	4,7	34 425	-3,1	5,3	248 717	0,3	4,8
Mai	212 960	-0,6	4,4	35 091	1,9	1,8	248 051	-0,3	4,1
Jun	213 879	0,4	5,4	36 623	4,4	9,0	250 502	1,0	5,9
Jul	215 929	1,0	5,9	35 445	-3,2	5,7	251 374	0,3	5,8
Ago	214 307	-0,8	5,3	35 559	0,3	5,5	249 866	-0,6	5,4
Set	219 062	2,2	4,5	35 383	-0,5	5,2	254 445	1,8	4,6
Out	219 068	0,0	4,1	35 232	-0,4	5,0	254 301	-0,1	4,2
Nov	220 400	0,6	5,5	36 211	2,8	5,0	256 611	0,9	5,4
Dez	241 913	9,8	6,2	40 379	11,5	7,4	282 292	10,0	6,4

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se os impactos expansionistas das operações com títulos públicos federais (R\$45,2 bilhões), das operações do Tesouro Nacional (R\$7,2 bilhões) e dos depósitos de instituições financeiras, cujo resultado compreende as variações nos saldos de recolhimentos compulsórios (R\$4,8 bilhões). O impacto relativo aos títulos públicos decorreu de compras líquidas de R\$75,9 bilhões no mercado secundário e colocações líquidas de R\$30,7 bilhões no mercado primário.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

Em contrapartida aos fatores expansionistas, as vendas líquidas de divisas no mercado interbancário a termo implicaram em contração de R\$26 bilhões.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ milhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2015 Jan	17 974	- 33 786	440	1 149	- 10 781	- 25 004
Fev	- 11 205	- 23 838	2 287	5 755	27 292	291
Mar	- 7 513	- 30 749	4 013	1 577	34 512	1 841
Abr	- 10 186	35 627	- 1 433	2 185	- 31 829	- 5 636
Mai	- 4 688	- 22 801	9 741	175	22 065	4 493
Jun	7 615	- 18 860	4 715	7 100	- 8 125	- 7 555
Jul	10 325	- 40 175	3 088	- 4 040	23 906	- 6 896
Ago	- 2 603	- 6 221	583	- 2 331	17 226	6 654
Set	180	12 683	- 27 501	- 27 229	38 599	- 3 269
Out	16 049	12 998	- 1 723	2 881	- 19 030	11 174
Nov	11 750	10 070	- 8 170	1 548	- 11 972	3 226
Dez	31 967	- 18 964	- 1 077	- 7 278	7 794	12 442
2016 Jan	- 5 252	- 28 721	527	1 716	16 769	- 14 960
Fev	2 042	18 812	- 325	3 420	- 11 718	12 231
Mar	8 517	34 819	- 18 973	8 303	- 42 697	- 10 030
Abr	- 5 077	- 1 188	12 723	5 490	- 12 335	- 387
Mai	4 611	- 18 403	13 865	- 5 304	3 054	- 2 177
Jun	14 928	7 551	- 2 602	- 2 429	- 22 737	- 5 288
Jul	30 176	- 48 446	19 234	3 426	1 777	6 167
Ago	5 464	- 5 840	4 268	- 4 687	- 4 250	- 5 046
Set	23 158	- 10 646	1 728	- 1 854	- 1 118	11 267
Out	- 34 187	35 156	- 1 175	3 404	- 2 390	810
Nov	20 301	- 30 242	2 910	166	3 940	- 2 926
Dez	- 52 398	79 414	352	1 856	- 3 858	25 367
2017 Jan	8 140	- 6 429	267	- 4 757	- 5 116	- 7 895
Fev	17 233	- 17 044	3 167	2 680	- 2 102	3 933
Mar	- 3 323	- 23 877	4 076	- 831	1 240	- 22 715
Abr	- 8 792	13 436	13 260	1 582	558	20 044
Mai	17 127	- 39 845	774	- 4 673	614	- 26 003
Jun	18 577	4 815	219	- 1 569	546	22 587
Jul	27 747	- 32 461	4 394	1 013	- 5 072	- 4 379
Ago	3 762	- 7 201	327	- 617	30	- 3 700
Set	- 7 674	16 835	249	1 012	188	10 610
Out	- 14 211	1 960	340	1 795	1 799	- 8 317
Nov	- 13 616	17 770	351	6 423	- 1 161	9 766
Dez	7 164	45 249	- 26 027	4 707	1 443	32 536

^{1/} Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R\$5.156 bilhões, apresentando elevação de 0,3% no mês e de 11,1% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária retraiu 0,3% no mês, totalizando R\$4.452



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada									
Saldos em final de período									
Período	Base mone- tária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remune- rados ^{1/}	Não remune- rados ^{2/}	Posição de car- teira ^{3/}	Financia- mento ^{4/}	Total			
2015 Jan	238 525	284 379	689	2111 530	918 527	3030 057	3553 650	1,2	12,3
Fev	238 816	280 813	592	2187 039	898 829	3085 868	3606 089	1,5	14,1
Mar	240 656	281 536	596	2290 021	866 414	3156 435	3679 223	2,0	15,4
Abr	235 020	282 179	572	2307 203	849 762	3156 965	3674 736	-0,1	14,6
Mai	239 513	285 113	600	2345 575	869 617	3215 192	3740 418	1,8	15,8
Jun	231 959	280 545	776	2435 302	833 665	3268 967	3782 247	1,1	14,9
Jul	225 063	287 781	867	2446 816	902 323	3349 139	3862 850	2,1	15,6
Ago	231 716	293 048	2 145	2523 603	869 403	3393 006	3919 915	1,5	17,1
Set	228 447	323 316	2 131	2560 226	854 326	3414 552	3968 446	1,2	16,2
Out	239 621	323 524	2 168	2472 140	966 982	3439 122	4004 435	0,9	16,4
Nov	242 847	325 555	2 209	2543 765	924 837	3468 602	4039 213	0,9	16,2
Dez	255 289	336 324	2 257	2620 290	913 280	3533 570	4127 440	2,2	17,5
2016 Jan	240 329	338 349	2 206	2576 843	1027 329	3604 172	4185 056	1,4	17,8
Fev	252 560	338 424	2 208	2647 908	979 670	3627 578	4220 770	0,9	17,0
Mar	242 530	333 846	2 222	2723 222	911 644	3634 866	4213 464	-0,2	14,5
Abr	242 143	331 469	2 267	2639 269	1033 769	3673 038	4248 917	0,8	15,6
Mai	239 966	340 871	2 261	2712 091	1020 043	3732 134	4315 232	1,2	15,4
Jun	234 678	346 707	2 216	2801 120	967 260	3768 380	4351 981	0,9	15,1
Jul	240 845	348 027	2 202	2798 516	1061 365	3859 881	4450 955	2,3	15,2
Ago	235 769	356 624	2 674	2796 556	1113 977	3910 533	4505 600	1,2	14,9
Set	247 036	362 062	2 606	2887 287	1076 075	3963 362	4575 066	1,5	15,3
Out	247 846	362 396	2 640	2875 829	1089 919	3965 748	4578 630	0,1	14,3
Nov	244 920	366 476	2 698	2927 883	1107 024	4034 907	4649 001	1,5	15,1
Dez	270 287	368 356	2 695	2950 982	1047 484	3998 466	4639 804	-0,2	12,4
2017 Jan	262 392	377 571	2 732	2902 384	1143 570	4045 954	4688 649	1,1	12,0
Fev	266 325	378 286	2 754	2984 799	1113 024	4097 823	4745 188	1,2	12,4
Mar	243 610	383 101	2 771	3077 238	1087 468	4164 706	4794 188	1,0	13,8
Abr	263 655	384 330	2 806	3087 832	1096 102	4183 934	4834 725	0,8	13,8
Mai	237 652	391 288	2 707	3095 431	1166 785	4262 216	4893 863	1,2	13,4
Jun	260 239	396 248	2 702	3193 934	1100 051	4293 985	4953 174	1,2	13,8
Jul	255 860	393 738	2 665	3183 385	1178 128	4361 513	5013 776	1,2	12,6
Ago	252 160	405 755	4 448	3245 020	1157 466	4402 486	5064 849	1,0	12,4
Set	262 770	407 616	4 467	3269 675	1148 182	4417 857	5092 710	0,6	11,3
Out	254 453	409 150	4 470	3268 441	1178 595	4447 036	5115 109	0,4	11,7
Nov	264 220	405 862	4 501	3330 079	1134 462	4464 541	5139 124	0,5	10,5
Dez	296 755	402 804	4 499	3387 032	1064 980	4452 012	5156 070	0,3	11,1

1/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% aa + TR, se meta Selic maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR, se igual ou menor que 8,5% a.a. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC; recursos de poupança não direcionado ao financiamento imobiliário: 80% (Remuneração: 6,17%a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5%a.a. ou 70% da meta Selic a.a. + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5%a.a.) e recursos de poupança não direcionados ao crédito rural; TR. A partir de agosto/2016 inclui depósitos decorrentes da deficiência na aplicação em crédito rural dos recursos de LCA (Remuneração básica dos depósitos vinculados ao SBPE).

2/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósito prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural. A partir de outubro/2010 inclui os depósitos decorrentes da limitação de crédito ao Setor Público- Res 2827/01. A partir de Jan/2011 inclui os depósitos sobre Recursos de Depósitos e de Garantias Realizadas.

3/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia avaliados pelo preço de lastro, do DEMAB (-) oversold (+) undersold. Inclui operações no extramercado.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) totalizou R\$357,9 bilhões em dezembro de 2017, com crescimento de 11,3% no mês (5% em doze meses), correspondente às evoluções de 12,9% nos depósitos à vista e de 10% no papel-moeda em poder do público.

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2015 Jan	170 219	-4,0	9,1	161 819	-6,5	-3,2	332 039	-5,2	2,7
Fev	166 071	-2,4	9,0	156 261	-3,4	-2,1	322 332	-2,9	3,4
Mar	166 038	0,0	10,2	150 195	-3,9	-5,9	316 234	-1,9	1,9
Abr	164 614	-0,9	9,1	146 729	-2,3	-9,2	311 344	-1,5	-0,3
Mai	163 005	-1,0	9,2	143 341	-2,3	-8,6	306 346	-1,6	0,1
Jun	163 804	0,5	8,0	140 467	-2,0	-9,7	304 271	-0,7	-1,0
Jul	164 264	0,3	7,6	141 358	0,6	-9,5	305 622	0,4	-1,1
Ago	163 394	-0,5	6,2	136 243	-3,6	-10,7	299 637	-2,0	-2,2
Set	163 124	-0,2	2,6	134 582	-1,2	-14,2	297 706	-0,6	-5,8
Out	168 846	3,5	5,6	133 872	-0,5	-14,8	302 718	1,7	-4,5
Nov	168 655	-0,1	4,2	133 869	0,0	-14,9	302 524	-0,1	-5,2
Dez	184 472	9,4	4,0	147 875	10,5	-14,6	332 347	9,9	-5,2
2016 Jan	177 893	-3,6	4,5	140 805	-4,8	-13,0	318 698	-4,1	-4,0
Fev	174 192	-2,1	4,9	136 166	-3,3	-12,9	310 358	-2,6	-3,7
Mar	172 127	-1,2	3,7	132 348	-2,8	-11,9	304 475	-1,9	-3,7
Abr	171 085	-0,6	3,9	132 326	0,0	-9,8	303 410	-0,3	-2,5
Mai	170 834	-0,1	4,8	131 937	-0,3	-8,0	302 771	-0,2	-1,2
Jun	170 083	-0,4	3,8	129 056	-2,2	-8,1	299 139	-1,2	-1,7
Jul	171 083	0,6	4,2	133 149	3,2	-5,8	304 232	1,7	-0,5
Ago	170 055	-0,6	4,1	131 432	-1,3	-3,5	301 487	-0,9	0,6
Set	175 358	3,1	7,5	132 346	0,7	-1,7	307 704	2,1	3,4
Out	175 018	-0,2	3,7	136 428	3,1	1,9	311 446	1,2	2,9
Nov	174 381	-0,4	3,4	136 130	-0,2	1,7	310 510	-0,3	2,6
Dez	190 984	9,5	3,5	149 906	10,1	1,4	340 890	9,8	2,6
2017 Jan	184 374	-3,5	3,6	140 990	-5,9	0,1	325 364	-4,6	2,1
Fev	180 517	-2,1	3,6	135 306	-4,0	-0,6	315 823	-2,9	1,8
Mar	177 171	-1,9	2,9	134 096	-0,9	1,3	311 266	-1,4	2,2
Abr	178 240	0,6	4,2	136 301	1,6	3,0	314 541	1,1	3,7
Mai	177 581	-0,4	3,9	134 978	-1,0	2,3	312 558	-0,6	3,2
Jun	179 394	1,0	5,5	135 567	0,4	5,0	314 961	0,8	5,3
Jul	181 644	1,3	6,2	138 024	1,8	3,7	319 668	1,5	5,1
Ago	180 022	-0,9	5,9	133 801	-3,1	1,8	313 823	-1,8	4,1
Set	183 777	2,1	4,8	135 205	1,0	2,2	318 982	1,6	3,7
Out*	182 627	-0,6	4,3	136 300	0,8	-0,1	318 927	0,0	2,4
Nov*	183 771	0,6	5,4	137 948	1,2	1,3	321 720	0,9	3,6
Dez*	202 206	10,0	5,9	155 723	12,9	3,9	357 929	11,3	5,0

* Dados preliminares.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, apresentou elevação no mês de dezembro, saindo de 1,25 para 1,27.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário ^{1/}						
Média dos saldos nos dias úteis						
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
2015 Jan	0,51	0,49	0,22	0,29	1,31	
Fev	0,52	0,48	0,23	0,26	1,33	
Mar	0,53	0,47	0,22	0,27	1,31	
Abr	0,53	0,47	0,23	0,27	1,31	
Mai	0,53	0,47	0,23	0,25	1,32	
Jun	0,54	0,46	0,24	0,26	1,30	
Jul	0,54	0,46	0,23	0,26	1,31	
Ago	0,55	0,45	0,24	0,24	1,31	
Set	0,55	0,45	0,25	0,26	1,29	
Out	0,56	0,44	0,26	0,25	1,28	
Nov	0,56	0,44	0,25	0,26	1,28	
Dez	0,56	0,44	0,25	0,24	1,30	
2016 Jan	0,56	0,44	0,25	0,27	1,27	
Fev	0,56	0,44	0,26	0,26	1,27	
Mar	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26	
Abr	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
Mai	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
Jun	0,57	0,43	0,25	0,26	1,26	
Jul	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
Ago	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
Set	0,57	0,43	0,26	0,25	1,27	
Out	0,56	0,44	0,26	0,25	1,28	
Nov	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
Dez	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
2017 Jan	0,57	0,43	0,25	0,29	1,25	
Fev	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26	
Mar	0,57	0,43	0,26	0,26	1,25	
Abr	0,57	0,43	0,26	0,25	1,26	
Mai	0,57	0,43	0,26	0,26	1,26	
Jun	0,57	0,43	0,25	0,27	1,26	
Jul	0,57	0,43	0,25	0,26	1,27	
Ago	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26	
Set	0,58	0,42	0,26	0,26	1,25	
Out	0,57	0,43	0,27	0,26	1,25	
Nov	0,57	0,43	0,27	0,26	1,25	
Dez	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	

1/ Onde :
C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 acrescido de depósitos de poupança e títulos privados emitidos por instituições financeiras, registraram expansão de 1,6% em dezembro, totalizando R\$2,5 trilhões. Esse resultado decorreu da elevação mensal de 2% nos depósitos de poupança e do recuo de 0,8% nos títulos privados, que alcançaram R\$719,5 bilhões e R\$1,4 trilhão, respectivamente. No mês, ocorreram captações líquidas de R\$19,4 bilhões na poupança e resgates líquidos de R\$12,8 bilhões em depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, apresentou expansão de 0,8% no mês, alcançando R\$5,8 trilhões. O saldo das quotas de fundos de renda fixa elevou-se 0,6%, atingindo R\$3,2 trilhões em dezembro, enquanto o saldo das operações compromissadas com títulos públicos federais recuou 10,4%. O M4, conceito que acrescenta ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevações de 0,8% no mês e de 8,1% no ano, totalizando R\$6,6 trilhões.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

Meios de pagamento ampliados											
Saldos em final de período											
Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações comprometidas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
										No	Em 12
										mês	meses
2015 Jan	321 695	663 517	1 142 078	2 127 291	2 002 469	205 757	4 335 516	713 487	5 049 003	1,1	14,3
Fev	318 950	660 210	1 152 157	2 131 317	2 034 298	182 892	4 348 508	712 649	5 061 157	0,2	13,1
Mar	315 360	652 549	1 174 910	2 142 819	2 068 253	174 323	4 385 395	738 442	5 123 838	1,2	13,6
Abr	306 876	650 445	1 178 589	2 135 910	2 095 374	174 911	4 406 195	761 696	5 167 891	0,9	13,5
Mai	305 873	651 079	1 194 905	2 151 857	2 139 333	184 152	4 475 342	771 854	5 247 196	1,5	13,6
Jun	305 973	648 879	1 199 380	2 154 232	2 160 456	165 162	4 479 850	797 277	5 277 126	0,6	12,8
Jul	299 397	650 714	1 211 809	2 161 921	2 185 795	159 489	4 507 205	771 574	5 278 779	0,0	11,7
Ago	297 344	647 540	1 218 523	2 163 406	2 195 620	161 530	4 520 555	795 176	5 315 731	0,7	9,9
Set	295 811	646 378	1 240 261	2 182 450	2 212 979	163 270	4 558 699	767 408	5 326 107	0,2	9,2
Out	299 193	647 198	1 254 464	2 200 854	2 246 957	176 798	4 624 608	761 177	5 385 785	1,1	9,3
Nov	311 288	649 997	1 259 000	2 220 286	2 255 584	180 555	4 656 424	787 463	5 443 887	1,1	8,9
Dez	334 417	659 006	1 292 304	2 285 727	2 277 823	195 771	4 759 321	794 306	5 553 628	2,0	11,2
2016 Jan	309 171	650 997	1 288 732	2 248 900	2 298 674	204 565	4 752 139	837 384	5 589 522	0,6	10,7
Fev	306 535	648 290	1 292 811	2 247 636	2 343 291	216 718	4 807 645	823 972	5 631 617	0,8	11,3
Mar	300 106	647 003	1 298 270	2 245 380	2 401 044	218 686	4 865 110	861 650	5 726 760	1,7	11,8
Abr	302 381	642 773	1 296 396	2 241 551	2 434 568	213 411	4 889 530	864 845	5 754 375	0,5	11,3
Mai	299 807	640 247	1 313 741	2 253 794	2 459 341	214 016	4 927 151	852 308	5 779 459	0,4	10,1
Jun	300 911	640 680	1 325 513	2 267 104	2 481 750	211 573	4 960 426	872 644	5 833 070	0,9	10,5
Jul	299 911	643 807	1 327 395	2 271 113	2 525 432	211 986	5 008 531	884 410	5 892 941	1,0	11,6
Ago	298 618	643 659	1 339 694	2 281 971	2 575 698	209 969	5 067 637	856 003	5 923 641	0,5	11,4
Set	307 800	645 433	1 328 813	2 282 046	2 598 593	211 409	5 092 049	851 773	5 943 822	0,3	11,6
Out	308 519	646 801	1 331 117	2 286 437	2 646 961	208 197	5 141 595	853 339	5 994 934	0,9	11,3
Nov	317 699	652 683	1 343 686	2 314 068	2 673 722	193 915	5 181 706	875 505	6 057 210	1,0	11,3
Dez	347 811	669 286	1 354 557	2 371 655	2 736 708	174 992	5 283 355	861 130	6 144 485	1,4	10,6
2017 Jan	312 240	662 201	1 338 968	2 313 409	2 819 887	185 425	5 318 721	822 767	6 141 488	0,0	9,9
Fev	318 903	664 106	1 338 596	2 321 605	2 868 743	168 853	5 359 201	810 449	6 169 650	0,5	9,6
Mar	309 000	662 919	1 357 691	2 329 611	2 936 696	163 247	5 429 554	814 750	6 244 304	1,2	9,0
Abr	311 204	665 181	1 367 642	2 344 027	2 939 325	141 700	5 425 053	846 733	6 271 786	0,4	9,0
Mai	309 454	668 998	1 396 250	2 374 702	2 964 393	132 922	5 472 017	839 142	6 311 159	0,6	9,2
Jun	316 225	678 744	1 413 372	2 408 341	3 000 124	104 402	5 512 867	834 133	6 347 000	0,6	8,8
Jul	316 196	684 708	1 399 865	2 400 769	3 069 320	91 628	5 561 717	810 862	6 372 579	0,4	8,1
Ago	311 593	690 410	1 415 310	2 417 312	3 139 736	89 440	5 646 489	807 033	6 453 521	1,3	8,9
Set	316 679	697 407	1 418 706	2 432 791	3 172 781	86 944	5 692 516	805 407	6 497 923	0,7	9,3
Out*	312 698	698 581	1 405 647	2 416 926	3 209 667	97 113	5 723 706	823 107	6 546 813	0,8	9,2
Nov*	327 997	705 588	1 409 587	2 443 173	3 196 728	102 509	5 742 409	845 071	6 587 480	0,6	8,8
Dez*	363 026	719 475	1 398 726	2 481 227	3 214 484	91 827	5 787 538	854 519	6 642 057	0,8	8,1

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

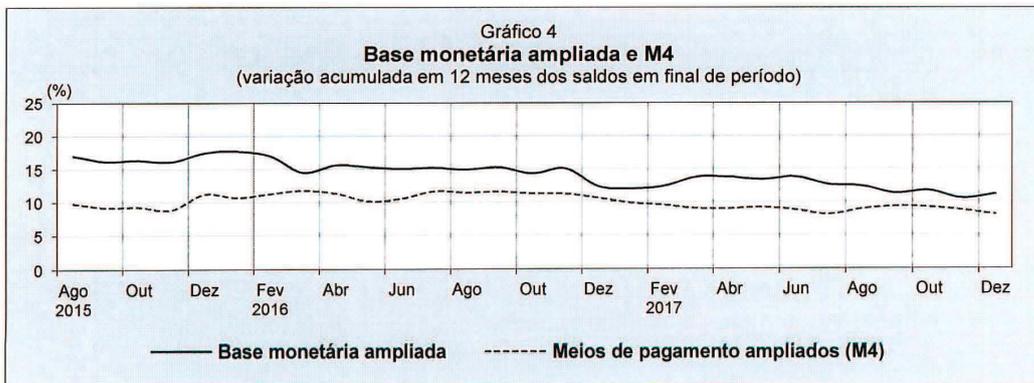
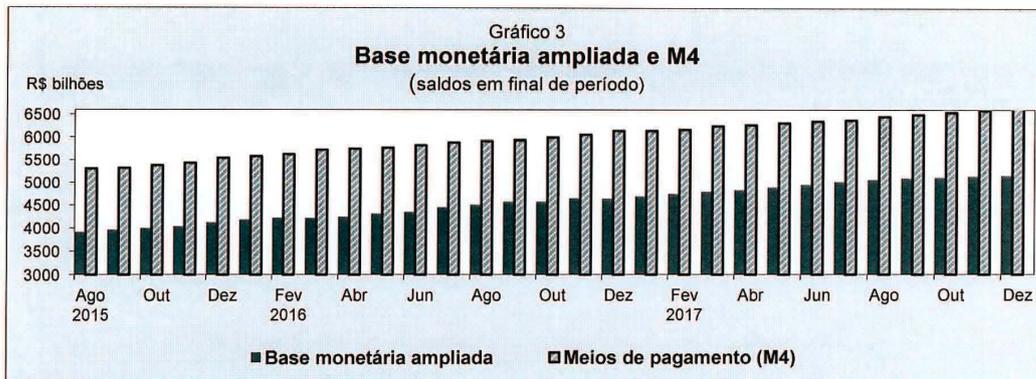
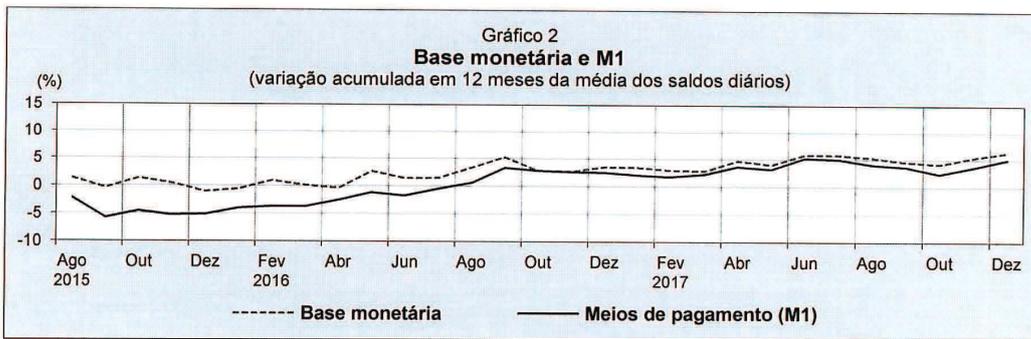
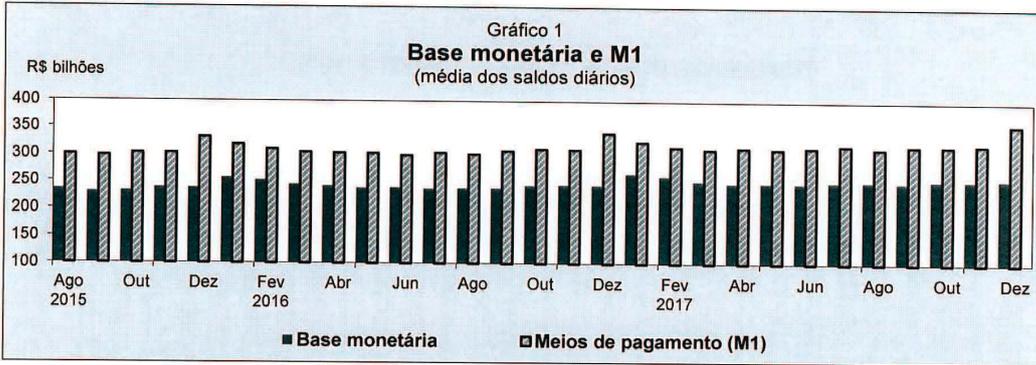
2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares



V – Anexo



FSR



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no quarto trimestre de 2017.

Programação monetária				
Discriminação	2017			
	Quarto trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	330,9 - 388,4	5,5	357,9	5,0
Base restrita ^{2/}	239,2 - 323,6	6,0	282,3	6,4
Base ampliada ^{3/}	4760,9 - 5588,9	11,5	5156,0	11,1
M4 ^{3/}	5633,2 - 7621,4	7,9	6642,1	8,1

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 21.12.2017, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o primeiro trimestre de 2018, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

Programação monetária				
Discriminação	2018			
	Previsto			
	Primeiro trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}
M1 ^{2/}	305,2 - 358,3	6,6	347,4 - 407,8	5,1
Base restrita ^{2/}	224,1 - 303,2	6,1	253,5 - 342,9	5,5
Base ampliada ^{3/}	4936,7 - 5795,3	11,9	5228,7 - 6138,0	10,6
M4 ^{3/}	5764,1 - 7798,5	8,6	6045,7 - 8179,5	7,8

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldos em fim de período.



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.
4. Em conformidade com o exposto no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.
5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.
6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.
7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.
8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – dezembro de 2017

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.



Discurso encaminhado à publicação



O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Resumo.

Segurança pública: os brasileiros não podem mais esperar

Diante do estado de restrição fiscal em que o Brasil se encontra atualmente, além da rigidez orçamentária imposta pela legislação, é fundamental ver as políticas de combate ao crime sob a perspectiva da alocação eficiente de recursos. Em outras palavras, fazer segurança pública é alocar bem os escassos recursos orçamentários disponíveis. As perguntas importantes tornam-se estas: onde alocá-los? O que deve ser priorizado? Como fazer mais com o pouco que se tem? Como tirar o máximo de cada real disponível? Há muitas pesquisas sobre o tema, nacionais e internacionais, que apontam caminhos para a melhor distribuição de recursos com o fim de se reduzir a criminalidade.

Devem ser buscadas políticas públicas cujas evidências empíricas apontam produzirem maior impacto sobre a criminalidade. Isso significa otimizar o uso dos recursos orçamentários, minimizar o custo social e potencializar os benefícios no longo prazo.

Embora as instituições que se dedicam à Segurança Pública e à investigação criminal tenham brindado os brasileiros com operações como a Lava Jato, Zelotes, Acrônimo, Miquéias, Ararath e outras, que tem desmantelado organizações criminosas instaladas nas administrações estaduais e federal, elucidado crimes financeiros complexos e recuperado significativo volume de recursos que foram desviados dos cofres públicos, muito ainda precisa ser feito, ajustado e reformulado.

Os dados da realidade brasileira são preocupantes. São altos os custos de se viver em sociedade no Brasil, paga-se muito pelos serviços de polícia, justiça e prisões, com baixo retorno, e apresentamos deficiência de cooperação social, em razão da alta desigualdade social vigente. Em poucas palavras, nossas organizações (polícia, tribunais, prisões) e nossas instituições (leis e conduta social) são deficitárias em dissuasão: não têm logrado dissuadir o criminoso potencial a fazer outra escolha que não o crime.

Temos uma polícia ineficiente (reativa, sem estratégia de atuação e com pouca capacidade investigativa), tribunais e prisões congestionados e uma extensa economia informal. O sistema prisional brasileiro tem um déficit de mais de 250 mil vagas e há mais de 600 mil mandados de prisão aguardando cumprimento. Na justiça criminal, o percentual de processos iniciados em anos anteriores e ainda sem solução é de 74%. Processos de homicídios dolosos se arrastam por mais de 5 anos, em média, para serem concluídos. O perfil dos homicidas e de suas vítimas é o homem jovem negro e de baixa escolaridade. Sem resposta célere do Estado, sua autoridade perde legitimidade, as comunidades passam a criar seus próprios equilíbrios sociais e suas subculturas, onde germinam as organizações criminosas e prolifera a economia informal, esta hoje com um PIB de cerca de R\$ 830 bilhões.

Vários outros fatores contribuem para essa realidade: déficit de liderança política, desigualdade de oportunidades, jovens fora da escola e do mercado de trabalho e com baixo custo de oportunidade para o crime, alta carga tributária e educação de baixa qualidade.

O Brasil atingiu a marca histórica de 61.619 mortes violentas intencionais em 2016. A letalidade policial vem aumentando, assim como o número de policiais mortos. Mais de 21 mil pessoas perderam suas vidas em ações policiais entre 2009 e 2016. Vivemos uma guerra civil não declarada.



O índice de elucidação dessa grande quantidade de mortes violentas é baixíssimo no Brasil: somente de 5% a 8% dos homicídios são solucionados. Esse percentual é de 65% nos Estados Unidos, de 90% no Reino Unido e de 80% na França.

Apenas 12 a cada 100 delegacias no Brasil têm a quantidade de servidores considerada suficiente para atender a população e realizar investigações. 70% das delegacias têm investigações com mais de 2 anos. Em relação aos órgãos periciais, é baixo o índice de atendimento de demandas de exame de confronto balístico, fundamental para determinar a arma de fogo usada no crime.

Esse quadro reduz o custo de oportunidade para o crime; ou seja, as pessoas percebem que vale a pena se arriscar no crime. O resultado é mais crimes. E mais crimes a cada dia significa produtividade decrescente do Estado para fazer frente a eles. Se os benefícios da obediência às instituições não superam os custos para as pessoas em geral, a tendência é de haver cada vez mais criminosos, e o Estado tornar-se-á cada vez mais inviável como monopolizador do uso da violência, dado o déficit de legitimidade.

A polícia ostensiva está presa ao modelo tradicional de atendimento ao rádio e de rotas não focadas em áreas críticas e orientadas a problemas específicos.

Na ausência de competências claras entre os entes federativos e de uma autoridade central de coordenação, desenha-se a seguinte situação: o Brasil não possui estrutura eficiente de segurança pública para combater crimes de atacado, particularmente os tráfico (drogas e armas), que demandam intensa cooperação entre as polícias estaduais e a federal, e vige uma estrutura institucional de incentivos para as organizações policiais adotarem agendas próprias de atuação.

Na outra ponta, os tribunais estão congestionados, são morosos, e as prisões estão superlotadas, sem conseguir oferecer um serviço prisional de qualidade, o que abre espaço para o surgimento e crescimento de facções criminosas. Além disso, estão cheias de condenados por crimes não violentos. Faltam vagas em todos os estados brasileiros e a oferta não consegue atender a alta demanda. Ou seja, o sistema não tem capacidade para retirar das ruas quem precisa ser retirado das ruas. O nível geral de violência na sociedade não é enfrentado.

A população prisional total no Brasil triplicou em 15 anos e o número de presos condenados por tráfico de drogas triplicou em apenas 5 anos. É preocupante o crescimento de condenados por tráfico de drogas, o que vem causando também o encarceramento de mulheres, um fenômeno recente.

Essa forma de atuação do sistema penal não produz efeitos significativos sobre o mercado ilícito de drogas e não contribui para reduzir o aumento da violência geral na sociedade. Há uma alocação de recursos policiais e judiciários para coibir as atividades do tráfico de drogas que implica em menos recursos canalizados para prevenir e controlar os crimes violentos e de alto dano patrimonial.

Apesar de o Brasil ter a terceira maior população prisional do mundo, o sistema prende muito menos do que deveria. Contam-se, entre 2015 e 2016, 119.742 mortes violentas intencionais, 1.066.674 roubos e furtos de veículos, 309.243 ocorrências de tráfico de drogas, 109.587 portes ilegais de arma e 96.958 estupros. Em relação a esses crimes apenas, e desconsiderando a subnotificação, são 1.702.204 ocorrências no total, cujos autores, em grande parte, não estão no sistema prisional, dada a baixa capacidade de resolução de crimes da polícia e do congestionamento das prisões e dos tribunais. São mais de 600 mil mandados de prisão aguardando cumprimento. Prendemos pouco e prendemos mal.



Com um déficit gigantesco de vagas, os estados se veem obrigados a conceder a seus presos, às vezes sem a devida análise dos casos concretos, livramentos condicionais e liberdades provisórias, e a deixar de prender quem precisa ser retirado das ruas.

Há dados disponíveis para que o Estado possa enfrentar a criminalidade violenta. 81 municípios concentram cerca de metade dos homicídios em todo o País. O perfil dos autores e das vítimas é conhecido, assim como o meio mais usado (arma de fogo), e os dias e horários de maior incidência. As apreensões de armas de fogo vêm caindo com os anos, o que é preocupante, pois denuncia falta de prioridade política.

Planos nacionais de segurança pública têm apresentado níveis baixíssimos de implementação. A capacidade de governança do governo federal nesse campo foi questionada pelo Tribunal de Contas da União. O governo federal apresenta um grave déficit de indução racional e estratégica. Experiências locais têm mostrado que a implantação de projetos eficientes não depende apenas de recursos financeiros e apoio político, mas de assessoramento técnico especializado. Os estados se ressentem da falta de capacidade de identificar problemas e formular projetos voltados para resolvê-los. Também há enorme dificuldade para construir indicadores e estabelecer metas de acompanhamento.

A Força Nacional de Segurança Pública firmou-se como prioridade da atuação do Ministério da Justiça (MJ) em anos recentes e passou por um crescimento expressivo com o aumento de contingente em 2016, o que reforça o modelo reativo e não estratégico de segurança pública.

O governo federal vem enfrentando sérias dificuldades ao longo dos anos para elaborar uma política nacional de Estado para a segurança pública, e entre as causas elencadas pelo próprio MJ destacam-se as frequentes mudanças de gestores, as crises políticas, o contingenciamento de recursos e a carência de normativos legais que definam claramente a divisão de competências e as atribuições executivas dos atores envolvidos nas três esferas de governo.

É necessária uma mudança urgente de rumos.

O problema da criminalidade no Brasil pode ser enfrentado com êxito com o modelo de segurança pública previsto na Constituição Federal. O que é necessário é uma mudança de método e, dadas as restrições orçamentárias, a definição clara de prioridades.

Aumentar penas e tornar a execução penal mais rigorosa não resolve o problema. O investimento prioritário precisa ser feito em aumento da probabilidade de captura do criminoso e não em severidade da punição. O sistema em vigor está “falido” – conforme expressão usada pelo Ministro da Defesa Raul Jungmann, em evento no Rio de Janeiro realizado em 30 de janeiro de 2018 – porque não produz dissuasão. Há preocupante déficit de dissuasão (a polícia, os tribunais e as prisões não intimidam) e baixa capacidade de retirar criminosos de circulação.

Temos um sistema que vive de processar flagrantes, com grande dificuldade de solucionar crimes que demandam investigação e de fazer uma pesada máquina pública funcionar para que os crimes sejam solucionados, julgados e seus autores punidos em tempo razoável. Não se foca o crime. O fenômeno do crime precisa ser estudado, diagnosticado e enfrentado. Não se reduz a criminalidade apenas com segurança pública, justiça criminal e leis penais. Ela demanda definição de prioridades, diagnóstico e planejamento, policiamento ostensivo estratégico, investigação e inteligência, capacidade de aprisionamento, políticas educacionais e laborais.

A literatura especializada também aponta para a importância de se olhar para a arma de fogo e o grande tráfico (líderes e organizações), por serem fatores que contribuem para a geração de mais crimes.



A visão do papel do governo federal na segurança pública nos governos anteriores foi de subsidiariedade em relação aos governos estaduais. Essa visão precisa ser mudada. O papel central do governo federal no campo da segurança pública deve ser baseado no tripé indução, capacitação e financiamento das unidades federativas. Ou seja, indução aos entes federativos a executarem as políticas que funcionam, com base em evidências empíricas, e garantir um intercâmbio de tecnologia, conhecimento e capacitação tanto no que concerne ao treinamento das forças policiais quanto à gestão da segurança pública. Nesse contexto, o financiamento amarra a estrutura, criando os incentivos para a indução e a capacitação federativa.

O governo federal, por meio do papel estratégico e nevrálgico da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), precisa passar a ser o cérebro que pensa a segurança pública de forma agregada, nacionalmente. A Academia Nacional de Polícia, por sua vez, deve ser o centro difusor de conhecimento, de novos valores e de treinamento e capacitação para a gestão, padronização e uniformização de procedimentos e para a criação de novas lideranças policiais regionais e locais (polícias estaduais e guardas municipais). Além do investimento em capacitação, o governo federal precisa garantir o investimento em tecnologia, via transferências voluntárias (fundo a fundo – Fundos Penitenciários e Fundos de Segurança Pública) e aquisições diretas seguidas de doação às unidades federativas. O recebimento e continuidade dos recursos materiais e financeiros dependerão da execução das políticas definidas pelo governo federal e o cumprimento das metas.

Para a maioria das unidades federativas, o investimento em segurança pública é financiado, substancialmente, pelo governo federal, uma vez que os orçamentos estaduais encontram-se quase integralmente comprometidos com os gastos para custeio e pagamento de pessoal. O governo federal precisa otimizar o investimento, apontar a direção e garantir o resultado.

O Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH), abandonado pelos governos anteriores, precisa ser retomado, e as áreas críticas atualizadas e mapeadas devem constituir prioridade, não apenas para os investimentos em segurança pública, como também em educação e mercado de trabalho. Ao lado do crime violento, o crime de alto dano patrimonial também deve constituir prioridade, pois financia mais crimes e afeta a alocação de recursos públicos para a segurança pública quando envolve agentes públicos.

Esta deve ser a divisão federativa básica e prioritária do trabalho policial para a correção de rumos:

a) polícias estaduais: combate aos crimes violentos. Para os fins desta estratégia, são eles os crimes praticados com violência ou ameaça com arma de fogo (como homicídio, roubo, latrocínio, grande tráfico de drogas e de armas etc.);

b) polícia federal e polícia rodoviária federal: combate aos crimes de alto dano patrimonial. São eles os crimes que implicam grande volume de dinheiro (a partir de R\$ 30 mil, com base em critério adotado pela Receita Federal), a ponto de exigir operações de ocultação e dissimulação de valores, criar incentivos criminógenos relevantes em comunidades pobres e implicar redução dos investimentos em segurança pública quando praticados por agentes públicos (como corrupção, lavagem de dinheiro, peculato, roubo de cargas/veículos, tráfico de drogas e de armas etc.).

Assim, o sistema de segurança pública, em todas as esferas federativas, passa a priorizar o combate ao crime violento e ao crime cujo produto for superior a R\$ 30 mil.

As transferências voluntárias da União para estados, DF e municípios deverão ser aplicadas exclusivamente para a adoção da estratégia apontada, com prioridade para as áreas críticas.



Devem ser definidos critérios rigorosos e exigidas metas para avaliar a aplicação dos recursos, como condição para a continuidade dos repasses.

Os recursos destinados à segurança pública não serão contingenciados, para garantir a capacidade de financiamento das unidades federativas.

Todos os cargos de gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública precisam ser ocupados por servidores da carreira, e não por indicados políticos. A frequente mudança de gestores contribui para a descontinuidade das políticas de segurança, o que impede o desenho e a execução de uma política nacional de Estado para a segurança pública.

O exame da literatura especializada e da realidade nacional permite o desenho básico de uma estratégia para a redução da criminalidade no Brasil, com as seguintes medidas:

1. Definição da prioridade: redução dos homicídios, com foco de atuação em áreas críticas. Em segundo plano, redução dos crimes violentos e crimes de alto dano patrimonial. A prioridade definida reduz o custo de informação para todas as organizações envolvidas e direciona o emprego dos recursos e a coleta de dados.

Isso significa (a) retomada do PNRH e de sua meta de redução de 20% dos homicídios em quatro anos, sob coordenação da Senasp; (b) definição das áreas prioritárias conforme diagnóstico atualizado (áreas críticas, com taxas de homicídios mais elevadas); e (c) definição, tanto no plano policial, quanto no plano da prevenção do crime, de procedimentos padronizados voltados para a redução do homicídio, com acompanhamento regular para cada área crítica com o objetivo de avaliar se as estratégias desenvolvidas têm produzido efeito na redução dos crimes violentos.

2. Aumento da capacidade de aprisionamento, que permite ganhos de dissuasão e maior capacidade de retirada de criminosos de circulação, melhor qualidade do serviço prisional (o que reduz o poder das facções criminosas prisionais) e consequente redução da reincidência.

Isso significa (a) construção de presídios federais; (b) construção de presídios com transferência de gestão às unidades federativas, com prioridade para áreas críticas; e (c) financiamento federal para a construção de presídios pelas unidades federativas e ampliação/reforma dos existentes, com prioridade para áreas críticas;

Além disso, as novas vagas devem ser reservadas aos autores de crimes violentos e de crimes de alto dano patrimonial.

3. Redistribuição de recursos policiais ostensivos (polícias militares e guardas municipais) para priorização do policiamento estratégico (voltado para áreas críticas, pessoas de risco e resolução de problemas).

Isso significa (a) mapeamento das lotações dos policiais militares e guardas e canalização para a atividade fim; (b) aquisição direta pelo governo federal e doação às unidades federativas dos recursos materiais necessários (viaturas, coletes, armamento e munições, equipamentos de inteligência), com prioridade para as áreas críticas; (c) capacitação de policiais e guardas municipais na Academia Nacional de Polícia, ou localmente, via financiamento federal, e de cooperação entre as organizações; (d) adoção, em todas as unidades federativas, do modelo InfoCrim – inspirado no sistema nova-iorquino e que tem mostrado bons resultados em São Paulo, cujas taxas de homicídios vem caindo com regularidade –, para a informatização dos dados e avaliação constante do desempenho da polícia e das guardas; (e) capacitação e apoio técnico federal para definição dos dados relevantes, coleta, alimentação, padronização e unificação do banco de dados nacional (Sinesp); (f) atuação das guardas municipais na prevenção e apoio às



polícias militares; e (g) gratificação para policiais e guardas condicionada à redução dos crimes violentos em áreas críticas.

4. Aumento do investimento em investigação criminal, para melhorar os indicadores de esclarecimento de crimes violentos e interromper o efeito inercial de transferência de criminalidade para o futuro.

Isso significa (a) mapeamento das lotações dos policiais civis e peritos e canalização para a atividade fim; (b) informatização de todas as unidades de perícia, com prioridade para áreas críticas; (c) aquisição direta de recursos materiais necessários para doação às unidades federativas, com prioridade para áreas críticas; e (d) gratificação para policiais e peritos condicionada à redução dos crimes violentos em áreas críticas.

5. Desaprisionamento de autores de crimes praticados sem violência, sem uso de arma de fogo e de danos patrimoniais inferiores a R\$ 30 mil, com forte fiscalização e monitoramento de penas alternativas.

Isso significa (a) adoção de medidas legislativas e apoio a atos normativos que favoreçam táticas desencarceradoras (acordos de não-persecução penal, transação penal, penas alternativas, monitoramento eletrônico); (b) uso do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal para delegação aos estados de competência para legislar sobre questões específicas e dentro de certos limites no campo do direito penal e processual penal, com base em suas realidades locais, com o fim de descongestionar a justiça criminal (por exemplo, ampliação do conceito de crime de menor potencial ofensivo, substituição da prisão por pena alternativa para um rol maior de crimes do que o previsto na legislação federal etc.); e (c) aquisição direta de tornozeleiras eletrônicas para doação às unidades federativas e financiamento e apoio para fiscalização e monitoramento das penas alternativas.

6. Oferta de trabalho e estudo para todos os presos, com prioridade para áreas críticas, com o fim de reduzir o custo de oportunidade do crime, para que possam acumular capital humano, reduzir o tempo de pena (remição) e não terem incentivos para reincidência.

7. Incentivo fiscal para a contratação de jovens (fase da vida de maior envolvimento criminal), para reduzir o custo de oportunidade do crime, minimizar o efeito de deslocamento espacial do crime em resposta às mudanças no policiamento estratégico e reduzir o tamanho da economia informal.

Isso significa financiamento de programas de primeiro emprego.

8. Investimento na educação pré-escolar e fundamental, em razão do efeito inercial sobre a fase juvenil, da necessidade de acumulação de capital humano e aumento da produtividade do indivíduo e dos efeitos negativos sobre a desigualdade social, além de contribuir para o aumento da renda familiar e redução da economia informal.

Isso significa (a) construção de creches e unidades de pré-escola e transferência da gestão aos municípios e contratação de professores qualificados para atendimento de toda a demanda, com prioridade para áreas críticas; (b) mapeamento e identificação de todas as crianças que não estão envolvidas em nenhuma atividade educacional, com prioridade para áreas críticas; e (c) apoio aos estados para atendimento de toda a demanda da educação fundamental, com prioridade para áreas críticas.

9. Autonomia financeira da polícia federal para investimentos, para que possa desempenhar melhor seu papel de apoio à Senasp na capacitação e formação de novas lideranças policiais nacionalmente e de combate à corrupção.



Tais medidas são o ponto de partida para a redução da criminalidade no Brasil, e estão fundadas em evidências empíricas trazidas pela literatura especializada e nos números alarmantes de nossa realidade socioeconômica. Com o fim de reduzir a criminalidade e os custos crescentes que ela impõe à sociedade, exige-se do Estado que priorize a eficiência sobre qualquer outro critério, especialmente em tempos de crise fiscal.



Inclusão em Ordem do dia



Concluída a instrução da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2016, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 7, DE 2018

(nº 69/2018, na origem)

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56, § 5º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de fevereiro de 2018 - Extemporâneo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CTEC.



[Página da matéria](#)



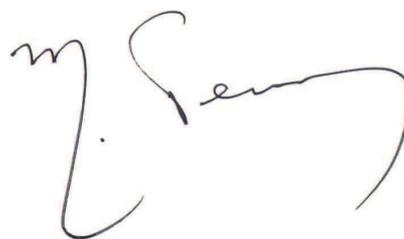
Mensagem nº 69

17 5 FEV 2018

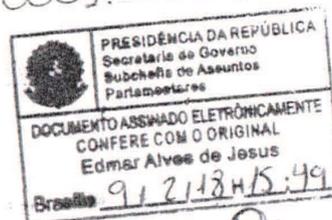
Senhor Presidente do Senado Federal,

Em cumprimento ao disposto no art. 56, § 5º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, encaminho a Vossa Excelência o Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao mês de fevereiro de 2018.

Brasília, 9 de fevereiro de 2018.



00003.000544/2018-16



EMI nº 00018/2018 MP MF

Brasília, 9 de Fevereiro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, determina que, em até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
2. Por seu turno, o art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário constante do Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.
3. Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 - LDO-2018 e, adicionalmente, avaliar o comportamento das despesas primárias para fins de cumprimento do limite dessas despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 - EC 95/2016, foi procedida avaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, nos termos do art. 56 da LDO-2018.
4. As projeções não sinalizam a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, para fins de cumprimento da meta de resultado primário do Governo Central prevista na LDO-2018, conforme tabela anexa a esta Exposição de Motivos.
5. Todavia, tendo em vista a majoração de determinadas despesas primárias obrigatórias e considerando que há receitas primárias previstas que ainda aguardam apreciação e aprovação do Congresso Nacional, o orçamento deverá sofrer readequações. Assim, em função dessas incertezas, o Poder Executivo procedeu ao bloqueio para empenho no montante de R\$ 16,2 bilhões, de acordo com o Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.
6. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias de Fevereiro de 2018, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 56 da LDO-2018, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Dyogo Henrique de Oliveira, Henrique de Campos Meirelles



Tabela anexa a EMI

R\$ milhões

Discriminação	LOA 2018 (a) ⁽¹⁾	Avaliação de Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.462.052,3	1.460.655,3	-1.397,1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	890.255,3	880.924,3	-9.331,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	405.337,6	403.283,8	-2.053,8
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	166.459,4	176.447,2	9.987,8
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	244.220,2	243.862,7	-357,5
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.217.832,1	1.216.792,6	-1.039,5
4. Despesas Primárias	1.373.365,2	1.371.597,6	-1.767,6
Obrigatória	1.243.880,5	1.242.683,0	-1.197,6
Discrecionárias	129.484,7	128.914,7	-570,0
5. Resultado Primário (3) - (4)	(155.533,1)	(154.805,1)	728,1
6. Meta Fiscal	(159.000,0)	(159.000,0)	0,0
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	3.466,9	4.194,9	728,1

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(1) Em função do limite de despesa estabelecido pelo Novo Regime Fiscal – NRF, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, e também do veto no valor de R\$ 1.500,0 milhões na programação da Complementação ao FUNDEB, a LOA-2018 foi aprovada com um valor de R\$ 3.466,9 milhões abaixo da meta fiscal de (-) R\$ 159.000,0 milhões estabelecida na LDO-2018.





RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

Brasília-DF
Fevereiro/2018



O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS** é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional

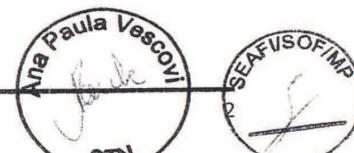
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

(*) *Coordenação Técnica*

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: programação orçamentária e financeira de 2018. **Secretaria de Orçamento Federal**. Brasília. Fevereiro de 2018.



MENSAGEM AOS MINISTROS

1. O art. 8º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, em até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
2. Já o art. 9º da LRF, por sua vez, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
3. Contudo, haja vista que houve necessidade de proceder uma completa avaliação das receitas e despesas primárias previstas para 2018, não apenas para fins de cumprimento da meta de resultado primário, como também para adequação ao Novo Regime Fiscal, implementado pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – EC 95/2016, é demonstrado no presente relatório o cenário fiscal do Governo Central que ensejou a edição do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, sobre a programação orçamentária e financeira, exigida pelo citado art. 8º da LRF.
4. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 5º do art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 – LDO-2018, que determina que o Poder Executivo, em caso de reavaliação de receitas e despesas realizada fora da avaliação bimestral, encaminhe ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções, em até sete dias úteis da edição do ato.
5. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e as memórias de cálculo das novas estimativas de receitas e das despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções não sinalizam a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, para fins de cumprimento do art. 9º da LRF, como será demonstrado.

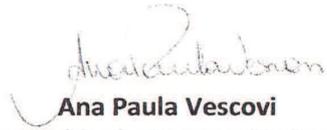
Ana Paula Vescoli
SEAFVSO/IMP
3



6. Contudo, recomendou-se que o montante de pelo menos R\$ 8.005,1 milhões não seja liberado imediatamente no âmbito do Poder Executivo, tendo em vista as receitas primárias a serem arrecadadas em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A, que ainda aguardam a apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 9.463/2018, em tramitação no Congresso Nacional. O referido montante corresponde à diferença entre a ampliação indicada neste Relatório de R\$ 4.194,9 milhões e a previsão de receita da desestatização da Eletrobrás no valor de R\$ 12.200,0 milhões.

Respeitosamente,


George Soares
Secretário de Orçamento Federal


Ana Paula Vescovi
Secretária do Tesouro Nacional



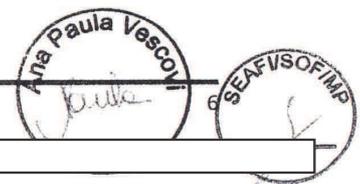
Índice

SIGLAS E ABREVIATURAS	7
1 SUMÁRIO EXECUTIVO	10
2 AVALIAÇÃO DO BIMESTRE	12
2.1 Parâmetros (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso II)	12
2.2 Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)	13
2.3 Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso III)	19
2.4 Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)	22
2.5 Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Inciso V)	24
2.6 Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios	24
3 DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES	25
3.1 Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira (LDO-2018, Art. 56, caput, §§ 1º e 2º)	25
3.2 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, art. 111 do ADCT e LDO-2018, arts. 59 a 65)	25
4 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL	27
5 ADEQUAÇÃO DAS FONTES PARA CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 167, INCISO III (REGRA DE OURO) E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ART. 42 (ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO)	29
ANEXO I - PARÂMETROS (LDO-2018, ART. 56, § 4º, INCISO II)	31
ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB/MF, EXCETO RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS E CPSS (LDO-2018, ART. 56, § 4º, INCISOS I E IV)	38
ANEXO III - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (LDO-2018, ART. 56, § 4º, INCISOS I E IV)	45
ANEXO IV - ESTIMATIVA ATUALIZADA DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO - 2018, ART. 56, § 4º, INCISO V)	47
ANEXO V – RECEITAS PRÓPRIAS E DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS	50
ANEXO VI - HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES	53
ANEXO VII - MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO	54
ANEXO VIII - DISPOSIÇÕES LEGAIS	55
ANEXO IX – DEMONSTRATIVO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	57



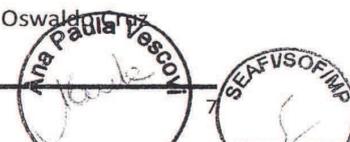
LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado desta Avaliação.....	11
Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos	12
Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central	14
Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual	15
Tabela 5: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final - Anual.....	17
Tabela 6: Variações nas estimativas das Despesas Primárias.....	19
Tabela 7: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo	22
Tabela 8: Receita do RGPS.....	23
Tabela 9: Déficit do RGPS.....	24
Tabela 10: Emendas Individuais 2018 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho	25
Tabela 11: Emendas Individuais 2018 por Poder, MPU e DPU.....	26
Tabela 12: Emendas de Bancada de execução obrigatória.....	27
Tabela 13: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016	28
Tabela 14: Suficiência da Regra de Ouro (Despesa de Capital – Receitas de Operações de Créditos).....	30



SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
ANA	Agência Nacional de Águas	CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil	CPSS	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
ANP	Agência Nacional do Petróleo	CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ANS	Agência Nacional de Saúde	DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	DF	Distrito Federal
ATAERO	Adicional de Tarifa Aeroportuária	DGN/SPG -MME	Departamento de Gás Natural/Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – Ministério de Minas e Energia
BCB	Banco Central do Brasil	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	DPVAT	Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
CATI	Comitê da Área de Tecnologia da Informação do MCTI	DOU	Diário Oficial da União
MCTI		DRU	Desvinculação de Recursos da União
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos	EBC	Empresa Brasil de Comunicação
CF	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	FACTI	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear	FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
CNMP:	Conselho Nacional do Ministério Público	FIES	Programa de Financiamento Estudantil
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética	FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		
CODE VASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		



FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	IPCA	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública	IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
FPE	Fundo de Participação dos Estados	IPI-EE	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
FPM	Fundo de Participação dos Municípios	IR	Imposto sobre a Renda
FRGPS	Fundo do Regime Geral da Previdência Social	ITR	Imposto Territorial Rural
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional	LOA	Lei Orçamentária Anual
FUNSET	Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito	LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
GRU	Guia de Recolhimento da União	LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	MIX IER	Índice Específico de Receita: parâmetro de projeção formado pela composição de 55% do IPCA e 45% do IGP-DI
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	MF	Ministério da Fazenda
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	MME	Ministério de Minas e Energia
IER	Índice Específico de Receita	MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	MPU	Ministério Público da União
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil	MPV	Medida Provisória
INB	Indústrias Nucleares do Brasil	PCH	Pequena Central Hidrelétrica
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social	PIB	Produto Interno Bruto
		PIS/ PASEP	Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
		PGFN/ CAF	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros
		PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
		PME	Pesquisa Mensal de Inquérito



PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPSA	Pré-Sal Petróleo S.A.
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPVs	Requisições de Pequeno Valor
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
Simples	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPE	Secretaria de Política Econômica
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAR	Tarifa Atualizada de Referência
TFVS	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UnB	Universidade de Brasília



1 SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi editado o Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Governo Central. Ademais, com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 – LDO 2018 e, adicionalmente, avaliar o comportamento das despesas primárias para fins de adequação ao Novo Regime Fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – EC 95/2016, foi procedida avaliação dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas do governo federal de 2017 e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

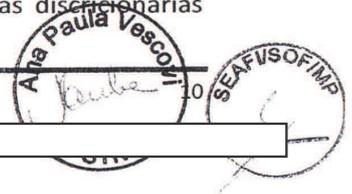
2. As atuais projeções indicam uma redução em relação à Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, a Lei Orçamentária de 2018 - LOA 2018, do total das receitas primárias federais previstas para o corrente ano no valor de R\$ 1.397,1 milhões. A Receita Administrada pela RFB apresenta estimativa abaixo da observada na LOA em R\$ 9.331,0 milhões, em função, principalmente, da não aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 806/2017, que alterava a forma de cobrança do Imposto de Renda sobre os Fundos de Investimento Fechados. Por sua vez, as Receitas não-administradas pela RFB apresentaram elevação na previsão de arrecadação de R\$ 9.987,8 milhões. Neste item, cabe destacar o aumento da receita de Exploração de Recursos Naturais em função da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

3. Em relação aos outros itens de receita não-administradas, destacam-se a elevação dos recursos provenientes de operação com ativos, em R\$ 2.420,0 milhões, e da estimativa de dividendos em R\$ 2.080,0 milhões, tendo em vista a reprogramação na distribuição de lucros de algumas estatais. Tais aumentos foram compensados parcialmente pela redução na estimativa com a Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor de R\$ 1.782,8 milhões, em virtude da suspensão da elevação na contribuição do servidor, e queda na projeção no conjunto das receitas próprias dos órgãos federais.

4. Ainda em relação à estimativa das receitas primárias, merece destaque a manutenção da arrecadação de R\$ 12.200,0 milhões esperada em virtude do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A., tendo em vista o envio do Projeto de Lei nº 9.463/2018 ao Congresso Nacional. Por prudência, haja vista que tal Projeto ainda aguarda apreciação e aprovação naquela Casa, foi proposto que o valor mencionado não fosse distribuído imediatamente, sendo acomodado na reserva do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.

5. Diante da combinação de todos os fatores acima descritos, a presente avaliação demonstra uma redução da receita líquida de transferências a estados e municípios de R\$ 1.039,5 milhões, em relação à projeção contida na LOA 2018.

6. No lado das despesas primárias obrigatórias, as mesmas apresentaram redução de R\$ 1.197,6 milhões em relação à LOA 2018. As despesas discricionárias



também apresentaram redução de R\$ 570,0 milhões, devido à alteração da classificação da despesa do Fundo Penitenciário – FUNPEN, em função de decisão judicial. Dentre as elevações na despesa obrigatória, a principal refere-se à necessidade de readequação orçamentária nas despesas com pessoal e encargos sociais, em função da suspensão dos efeitos da Medida Provisória nº 805/2017, que trata do adiamento do reajuste de servidores, o que eleva a previsão para esta despesa em R\$ 5.634,0 milhões. Adicionalmente, também houve acréscimo nas despesas com Ressarcimento ao RGPS pela desoneração (devido, principalmente, a não aprovação do Projeto de Lei nº 8.456/2017 até o presente momento), Complemento do FGTS, Sentenças Judiciais, Subsídios, FUNPEN e restos a pagar de créditos extraordinários (este não computado para fins de controle dos limites do Novo Regime Fiscal).

7. Por outro lado, sobretudo em função da redução do valor do salário-mínimo e do INPC em relação àqueles considerados na elaboração do PLOA 2018 e aprovação da LOA 2018 e ainda, a realização das despesas em 2017, a projeção dos gastos com benefícios previdenciários do RGPS e com Seguro-Desemprego e Abono Salarial sofreu redução acentuada, de R\$ 3.896,0 milhões e R\$ 5.690,7 milhões, respectivamente. Também houve decréscimo na previsão do impacto primário do Programa de Financiamento Estudantil – FIES, nas despesas com benefícios de prestação continuada da LOAS/RMV, nas despesas obrigatórias do Ministério da Saúde e na Complementação do Fundeb (também não computado nos limites do Novo Regime Fiscal).

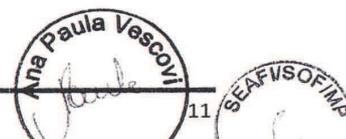
8. Desse modo, a partir dessa reavaliação de receitas e despesas primárias mostrou-se a possibilidade de ampliação nas despesas discricionárias, no montante abaixo especificado:

Tabela 1: Resultado desta Avaliação

Discriminação	R\$ milhões		
	LOA 2018 (a) ⁽¹⁾	Avaliação de Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.462.052,3	1.460.655,3	-1.397,1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	890.255,3	880.924,3	-9.331,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	405.337,6	403.283,8	-2.053,8
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	166.459,4	176.447,2	9.987,8
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	244.220,2	243.862,7	-357,5
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.217.832,1	1.216.792,6	-1.039,5
4. Despesas Primárias	1.373.365,2	1.371.597,6	-1.767,6
Obrigatória	1.243.880,5	1.242.683,0	-1.197,6
Discricionárias	129.484,7	128.914,7	-570,0
5. Resultado Primário (3) - (4)	(155.533,1)	(154.805,1)	728,1
6. Meta Fiscal	(159.000,0)	(159.000,0)	0,0
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	3.466,9	4.194,9	728,1

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(1) Em função do limite de despesa estabelecido pelo Novo Regime Fiscal – NRF, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, e também do veto no valor de R\$ 1.500,0 milhões na programação da Complementação ao FUNDEB, a LOA-2018 foi aprovada com um valor de R\$ 3.466,9 milhões abaixo da meta fiscal de (-) R\$ 159.000,0 milhões estabelecida na LDO-2018.



9. As estatísticas fiscais realizadas até dezembro de 2017 e as projeções de receitas e despesas primárias para o corrente ano, presentes neste Relatório, não indicaram a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira para fins de cumprimento da meta de resultado primário prevista na LDO 2018. No entanto, tendo em vista que a LOA 2018 foi aprovada compatível com os limites de que trata o art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal – NRF, há reduzido espaço para ampliação de despesas primárias discricionárias da LOA por meio de abertura de créditos adicionais.

2 AVALIAÇÃO DO BIMESTRE

2.1 Parâmetros (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso II)

Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos

PROJEÇÕES DE PARÂMETROS - 2018

Parâmetros	LOA 2018 (a)	Avaliação de Fevereiro (b)	Variação %
PIB real (%)	2,5	3,0	20,0
PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.165,30	7.125,49	-0,6
IPCA acum (%)	4,2	3,9	-7,1
INPC acumulado (%) de 2017	3,1	2,1	-32,3
IGP-DI acum (%)	4,3	4,5	5,5
Taxa Over - SELIC Média (%)	7,3	6,7	-6,9
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	3,29	3,30	0,3
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	52,2	68,2	30,6
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	965,00	954,00	-1,1
Massa Salarial Nominal (%)	6,1	6,3	2,8

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: SOF/MP.

10. As previsões para o PIB real e nominal não sofreram alterações significativas, enquanto observou-se o declínio da taxa de inflação do IPCA, agora projetado em 3,9%.

11. A projeção de massa salarial foi revisada para cima, em função da dinâmica mais favorável do salário real e do mercado de trabalho. Os demais parâmetros sofreram alterações pouco expressivas com relação àqueles considerados na LOA 2018.



2.2 Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)

12. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

13. A seguir, o comparativo geral das projeções de cada item de receita e de transferência em relação à LOA:



Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central

R\$ milhões

Discriminação	LOA 2018 (a)	Avaliação de Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
I. RECEITA TOTAL	1.462.052,3	1.460.655,3	(1.397,1)
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	890.255,3	880.924,3	(9.331,0)
Imposto de Importação	38.411,4	38.776,4	365,0
IPi	52.322,1	54.673,6	2.351,5
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	352.436,2	340.246,7	(12.189,6)
IOF	38.134,0	37.868,9	(265,2)
COFINS	243.079,4	244.221,2	1.141,7
PIS/PASEP	65.159,1	65.831,1	671,9
CSLL	72.242,9	72.080,3	(162,6)
CIDE - Combustíveis	6.377,6	5.999,4	(378,2)
Outras Administradas pela RFB/MF	22.092,5	21.226,8	(865,7)
Arrecadação Líquida para o RGPS	405.337,6	403.283,8	(2.053,8)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	166.459,4	176.447,2	9.987,8
Concessões e Permissões	18.894,4	20.244,4	1.350,0
Complemento do FGTS	5.459,7	5.550,4	90,7
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	15.932,6	14.149,8	(1.782,8)
Contribuição do Salário-Educação	21.691,7	21.356,6	(335,0)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	44.907,8	51.466,0	6.558,2
Dividendos e Participações	6.782,0	8.862,0	2.080,0
Operações com Ativos	2.529,7	4.949,7	2.420,0
Receita Própria (fontes 50, 63 e 81)	14.389,3	13.575,7	(813,7)
Demais Receitas	35.872,2	36.292,6	420,4
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	244.220,2	243.862,7	(357,5)
CIDE - Combustíveis	1.822,4	1.712,7	(109,7)
Compensações Financeiras	27.866,6	32.344,1	4.477,5
Contribuição do Salário-Educação	13.015,0	12.814,0	(201,0)
FPE/FPM/IPi-EE	191.128,7	186.838,3	(4.290,3)
Fundos Constitucionais	8.771,0	8.521,1	(249,9)
Repasse Total	12.142,7	11.847,6	(295,1)
Superávit Fundos	(3.371,7)	(3.326,5)	45,3
Demais	1.616,5	1.632,5	15,9
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.217.832,1	1.216.792,6	(1.039,5)

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF.

Elaboração: SOF/MP.



2.2.1 Receitas Administradas pela RFB/MF

14. Em relação à Lei Orçamentária de 2018, a revisão de receitas atual incorporou as mudanças que ocorreram nas projeções macroeconômicas para o ano, as alterações na legislação tributária desde que a LOA 2018 foi aprovada e a realização da arrecadação no período de outubro a dezembro de 2017 que, originalmente, eram estimativas de receita.

Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual

R\$ Milhões				
Receita	Projeção LOA	Variação por Parâmetros Econômicos	Variação por Outros Parâmetros	Projeção Final
Imposto de Importação	38.411,4	-590,6	955,6	38.776,4
IPI	52.322,1	1.191,1	1.160,4	54.673,6
Imposto sobre a Renda	352.436,2	-1.803,0	10.386,5	340.246,7
IOF	38.134,0	152,0	417,1	37.868,9
COFINS	243.079,4	1.046,6	95,2	244.221,2
PIS/PASEP	65.159,1	276,8	395,1	65.831,1
CSLL	72.242,9	310,6	473,2	72.080,3
CIDE - Combustíveis	6.377,6	-241,6	136,6	5.999,4
Outras Administradas pela RFB	22.092,5	148,2	1.014,0	21.226,8
Receita Administrada	890.255,3	490,1	-9.821,1	880.924,3
Arrecadação Líquida para o RGPS	393.790,7	-1.724,6	-1.114,3	390.951,8
Total	1.284.046,0	-1.234,5	-10.935,4	1.271.876,1

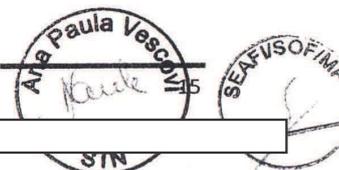
Fonte: RFB

15. As principais justificativas para as alterações ocorridas, nos dois momentos, são as seguintes:

16. **Imposto de Importação (+ R\$ 365,0 milhões):** a estimativa de arrecadação do imposto de importação refletiu, em parte, o aumento da base da projeção de arrecadação em razão da melhora da atividade econômica, no final de 2017, apesar da ligeira redução na expectativa do crescimento das importações, em 2018.

17. **IPI (+ R\$ 2.351,5 milhões):** a estimativa de arrecadação apresentou crescimento, em relação à LOA, de R\$ 2,35 bilhões. O crescimento é explicado pelo crescimento dos parâmetros econômicos, especialmente da produção industrial e da produção de veículos, assim como da melhora da arrecadação ao final de 2017.

18. **Imposto sobre a Renda (- R\$ 12.189,6 milhões):** a previsão de arrecadação do Imposto de Renda apresentou redução de R\$ 12,2 bilhões em relação à LOA. A principal justificativa para a redução é a não consideração, na estimativa presente, dos efeitos da Medida Provisória 806/17 considerados, originalmente, no PLOA no item relativo ao IRRF Capital. Adicionalmente, ressalta-se, que no caso do IRPJ, foi considerado o efeito da LC 160 que, contrabalança o crescimento da estimativa provocado pela melhora do crescimento do PIB previsto.



19. **IOF (- R\$ 265,2 milhões):** resultado decorrente da combinação do crescimento dos parâmetros (PIB) com a arrecadação realizada, no período de outubro a dezembro/17.
20. **COFINS (+ R\$ 1.141,7 milhões):** a diferença, em relação à LOA, decorre da melhora da arrecadação no final de 2017, do crescimento da expectativa dos parâmetros, especialmente do PIB e da redução da arrecadação em função do disposto na LC 160/17.
21. **PIS/PASEP (+ R\$ 671,9 milhões):** o aumento decorre da melhora da arrecadação no final de 2017, do crescimento da expectativa dos parâmetros, especialmente do PIB e da redução da arrecadação em função do disposto na LC 160/17.
22. **CSLL (- R\$ 162,6 milhões):** o desempenho, em relação à LOA 2018, foi motivado, principalmente, pela melhora nos parâmetros econômicos para 2018. Esse efeito, combinado com o desempenho da arrecadação de 2017 e o disposto na LC 160/17.
23. **CIDE (- R\$ 378,2 milhões):** a reestimativa levou em consideração, especialmente, a alteração dos parâmetros para 2018 que apresentaram ligeira redução frente aos parâmetros originais e o resultado realizado no ano de 2017.
24. **Outras Receitas Administradas (- R\$ 865,7 milhões):** a redução na estimativa decorre, especialmente, de maior limpeza da base, em decorrência de arrecadações atípicas ocorridas ao longo de 2017, principalmente, em razão do Parcelamento Especial – PERT e dos depósitos judiciais em garantia de juízo.
25. **Receita Previdenciária (- R\$ 2.053,8 milhões):** a principal alteração em relação à LOA foi a mudança da premissa original sobre a aprovação do PL 8.456/17 que trata da reoneração da folha de pagamentos para alguns setores: na nova premissa, perde-se um mês de fato gerador, resultando em redução, de R\$ 966 milhões, na estimativa de arrecadação da contribuição previdenciária.
26. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se nos Anexos II e III deste relatório.

2.2.2 Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, exceto arrecadação líquida do RGPS

As Receitas Não-Administradas pela RFB, em sua maioria, são estimadas tendo como base a arrecadação dos últimos 12 meses, com aplicação dos parâmetros macroeconômicos adequados. A seguir seguem as especificidades das variações observadas entre as estimativas constantes desta Avaliação e aquelas feitas por ocasião do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as quais foram mantidas pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual, com exceção da Contribuição para o Salário-Educação. Neste relatório foram considerados valores já arrecadados até o mês de dezembro de 2017 e estimativa para todo o exercício de 2018.

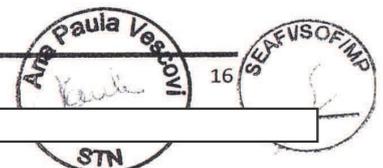


Tabela 5: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final - Anual

Receita	Projeção LOA 2018	Variação por Parâmetros Econômicos	Variação por Outros Parâmetros	R\$ Milhões
				Projeção Final
Receitas não Administradas RFB	166.459,4	7.155,6	2.832,2	176.447,2
Concessões e Permissões	18.894,40	-	1.350,0	20.244,40
Complemento do FGTS	5.459,70	90,7	-	5.550,4
Cont. Plano de Seg. do Servidor	15.932,60	- -	1.782,8	14.149,8
Contribuição do Salário-Educação	21.691,70	- -	335,0	21.356,7
Exploração de Recursos Naturais	44.907,80	7.064,9 -	506,7	51.466,0
Dividendos e Participações	6.782,00	-	2.080,0	8.862,0
Operações com Ativos	2.529,70	-	2.420,0	4.949,7
Receita Própria (fontes 50 & 81)	14.389,30	- -	813,7	13.575,6
Demais Receitas	35.872,20	-	420,4	36.292,6

Fonte: SOF/MP e STN/MF

27. **Concessões e Permissões (+ R\$ 1.350,0 milhões):** a diferença se explica principalmente pela inclusão de receitas do setor de petróleo, que incorporou as estimativas de arrecadação com a 15ª Rodada de Concessões e a 4ª Rodada de Partilha, bem como pela redução das receitas do setor de aeroportos após os processos de reprogramação das outorgas aprovados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

28. **Complemento do FGTS (+ R\$ 90,7 milhões):** o acréscimo de 1,7% decorreu da incorporação da arrecadação do segundo semestre de 2017 e da atualização dos parâmetros macroeconômicos. O crescimento real do PIB combinado com o índice de inflação específico para a receita (IER) passou de 6,42% no PLOA para 7,32% nesta Avaliação.

29. **CPSS (- R\$ 1.782,8 milhões):** a redução na estimativa desta contribuição reflete a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.809/DF, a qual suspendeu os efeitos da Medida Provisória nº 805, de 2017. Desse modo, a nova estimativa considera contribuição de 11% para ativos e para inativos que recebem acima do teto do RGPS e remunerações reajustadas.

30. **Contribuição do Salário-Educação (- R\$ 335,0 milhões):** a redução de 1,5% na estimativa em relação à LOA deve-se principalmente à redução na arrecadação no ano de 2017 em relação a 2016. Desse modo, embora o parâmetro de massa salarial nominal tenha sido revisto de 6,18% para 6,32%, a queda na arrecadação em 2017 implicou uma queda na estimativa para 2018.

31. **Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 6.558,2 milhões):** o aumento considerável na estimativa desse grupo de receitas deve-se quase que exclusivamente à estimativa das receitas do petróleo (royalties e participação especial). Tal revisão deveu-se principalmente ao novo valor previsto para o Brent, que passou de US\$ 53,83 o barril no PLOA para US\$ 68,19 nesta Avaliação, valor 26,7% maior. A estimativa de



comercialização do óleo prevista no PLOA, no valor de R\$ 506,7 milhões, foi retirada nesta Avaliação devido à incerteza se será possível concretizá-la neste exercício. Além disto, a estimativa de royalties pela exploração de recursos minerais cresceu R\$ 8,2 milhões (0,2%) em relação à LOA, resultado da revisão dos parâmetros de crescimento real do PIB e de inflação.

32. **Dividendos e Participações (+ R\$ 2.080,0 milhões):** a previsão de dividendos foi acrescida tendo em vista a expectativa de aumento de lucro líquido das empresas quando da previsão do PLOA 2018.

33. **Operações com Ativos (+ R\$ 2.420,0 milhões):** dois itens estão considerados neste grupo: a receita de "Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos", que cresceu R\$ 117,5 milhões em relação à LOA (11,6%), devido à arrecadação acima do esperado no segundo semestre de 2017, e a receita de "Alienação de Bens Intangíveis", que apresentou elevação de R\$ 2.302,5 milhões, conforme Nota Técnica SEI nº 1/2018/GEFRIF/COPEF/SUPEF/STN-MF, de 26 de janeiro de 2018.

34. **Receitas Próprias Primárias (- R\$ 813,7 milhões):** a projeção desse grupo de receitas incorporou a arrecadação do segundo semestre de 2017. Nesta avaliação as bases externas inseridas pelos órgãos setoriais no processo de elaboração do PLOA foram mantidas, razão pela qual não houve alteração nas receitas de convênios (fonte "81").

Os recursos próprios não-financeiros, "fontes 50 e 63", tiveram sua estimativa reduzida em R\$ 813,7 milhões (-6,1% de variação), resultado da combinação de acréscimos e reduções em diferentes unidades orçamentárias. As principais reduções e o principal acréscimo estão destacados no Anexo V deste Relatório.

35. **Demais Receitas Primárias (+ R\$ 420,4 milhões):** A projeção desse grupo de receitas incorporou a arrecadação do segundo semestre de 2017 e, assim como no caso do grupo das próprias, manteve as bases externas inseridas pelos órgãos setoriais no processo de elaboração do PLOA. Desse modo, a estimativa das receitas de doações foi mantida. As especificidades de cada item serão detalhadas no Anexo V deste Relatório.

2.2.3 Transferências por Repartição de Receita aos Estados, DF e Municípios

36. Nesse item, a variação negativa observada em relação à LOA 2018 reflete, de maneira geral, a alteração observada na projeção das receitas.

37. Para as transferências de Recursos Minerais estão considerados os efeitos da Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017, que aumentou o total de recursos destinados a Estados, Municípios e DF.

38. Destaca-se a inclusão do valor de R\$ 1,8 milhão nas transferências de Petróleo relativo ao pagamento de sentenças judiciais em favor dos municípios referente a correção monetária entre o período que o recurso entra no caixa da União e que é transferido aos respectivos beneficiários, conforme Ofício nº 015/2018/SPG-ANP, de 9 de janeiro de 2018.



2.3 Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso III)

39. As variações observadas nas estimativas das despesas primárias e as explicações de suas variações encontram-se a seguir:

Tabela 6: Variações nas estimativas das Despesas Primárias

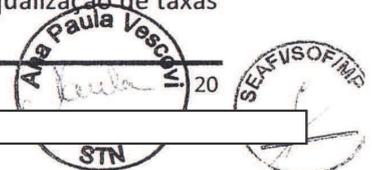
Descrição	R\$ milhões		
	LOA 2018 (a)	Avaliação de Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Benefícios da Previdência	596.268,4	592.372,4	(3.896,0)
Pessoal e Encargos Sociais	296.921,8	302.555,8	5.634,0
Abono e Seguro Desemprego	62.587,1	56.896,4	(5.690,7)
Anistiados	275,2	275,2	0,0
Aporte à CDE	0,0	0,0	0,0
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	723,9	723,9	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	55.958,8	55.903,7	(55,1)
Complemento do FGTS	5.459,7	5.550,4	90,7
Créditos Extraordinários	0,0	1.192,1	1.192,1
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.546,9	12.332,0	785,1
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Cédulas e Moedas	881,0	881,0	0,0
Complementação ao FUNDEB	14.054,3	13.731,4	(322,9)
Fundo Constitucional do DF	1.655,3	1.655,3	0,0
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.920,0	1.920,0	0,0
Reserva de Contingência	0,3	0,3	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	14.586,2	15.086,2	500,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	20.346,1	22.250,8	1.904,7
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	297,4	290,0	(7,4)
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	933,0	950,1	17,1
Impacto Primário do FIES	5.282,9	3.802,0	(1.480,9)
Financiamento de Campanha Eleitoral	1.716,2	1.716,2	0,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	137.577,8	137.709,4	131,6
Subtotal	1.228.992,3	1.227.794,7	(1.197,6)
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	14.888,3	14.888,3	0,0
Despesa Discricionária	129.484,7	128.914,7	(570,0)
Total	1.373.365,2	1.371.597,6	(1.767,6)

Fontes: SOF/MP; STN/MF
Elaboração: SOF/MP.

40. **Benefícios Previdenciários (- R\$ 3.896,0 milhões):** a redução nesta despesa deve-se às variações verificadas no Salário Mínimo e no INPC em relação ao estimado no encaminhamento do PLOA 2018, conforme quadro abaixo.

Item	Projetado	Realizado
Valor do Salário Mínimo	965,00	954,00
Reajuste dos Demais Benefícios (INPC)	3,10%	2,10%

41. **Pessoal e Encargos Sociais (+ R\$ 5.634,0 milhões):** As projeções para as despesas de pessoal, foram significativamente impactadas pela liminar que suspendeu os efeitos da Medida Provisória nº 805/2017, que tratava da postergação dos reajustes concedidos. Ainda nesse item, a despesa de pessoal do FCDF sofreu uma redução de R\$ 0,9 milhões devido à redução da estimativa de Contribuição dos Servidores de 14% para 11%, também em função da suspensão da MP nº 805/2017.
42. **Abono e Seguro-Desemprego (- R\$ 5.690,7 milhões):** ocorreu decréscimo na estimativa de acordo com a projeção encaminhada por meio da Nota Técnica nº 118/2018/CGSA/DGB/SPPE/MTb, de 31 de janeiro de 2018.
43. **Benefícios de Prestação Continuada de LOAS/RMV (- R\$ 55,1 milhões):** a estimativa leva em consideração dados realizados até dezembro de 2017 e também a redução do salário mínimo em relação ao previsto na LOA 2018.
44. **Complemento do FGTS (+ R\$ 90,7 milhões):** nesse caso o valor da receita correspondente é igual ao da despesa. Desse modo, a variação na estimativa dessa despesa reflete integralmente a variação da projeção da respectiva receita.
45. **Créditos Extraordinários (+ R\$ 1.192,1 milhões):** o aumento verificado corresponde à projeção de pagamento em 2018 dos Restos a Pagar inscritos nesta rubrica.
46. **Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (+ R\$ 785,1 milhões):** trata-se de reprojeção em função da não aprovação do PL 8.456/17 que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.
47. **Complementação ao FUNDEB (- R\$ 322,9 milhões):** a redução decorre do valor da reprogramação em conformidade com a Portaria Interministerial nº 10, de 28 de dezembro de 2017.
48. **Sentenças Judiciais e Precatórios OCC (+ R\$ 500,0 milhões):** previsão de pagamento de decisões judiciais em virtude do disposto no art. 3º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.
49. **Subsídios, Subvenções e PROAGRO (+ R\$ 1.904,7 milhões):** a ampliação decorre do fato do Congresso Nacional ter efetuado cancelamento de R\$ 3.500 milhões na LOA-2018 em relação ao PLOA-2018 encaminhado pelo Poder Executivo, em especial na ação 000K – Subvenção ao Programa de Sustentação do Investimento - PSI, onde houve cancelamento de R\$ 1.768,5 milhões, sendo que neste caso trata-se de obrigações já assumidas pela União e, por isso, a recomposição orçamentária é imprescindível. Além disso, observou-se a necessidade de se incluir as despesas financeiras com controle de fluxo que impactam o resultado primário, de que trata o § 4º do artigo 1º do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018. A elevação em R\$ 1.904,7 milhões é suficiente tendo em vista que a necessidade financeira atual foi reduzida frente à estimada quando da elaboração do PLOA 2018. Tal redução decorre do fato de que os valores executados no mês de janeiro foram menores que o previsto. Também houve revisões para menor nos cenários de taxas de juros (entre a elaboração do PLOA e o início de 2018) que impactam os programas que contam com subvenção econômica na forma de equalização de taxas



de juros (Custeio Agropecuário, Investimento Rural, Comercialização, PRONAF e PSI) e, ainda, as obrigações da ação de Alongamento de Crédito Rural (Securitização) foram reduzidas em decorrência do avanço no processo de análise de conformidade (principalmente prazos prescricionais).

50. **Transferências ANA e Multas ANEEL (+ R\$ 9,7 milhões):** nesse caso o valor da receita correspondente é igual ao da despesa. Desse modo, as variações nas estimativas dessas despesas refletem integralmente as variações das projeções das respectivas receitas.

51. **Impacto Primário do FIES (- R\$ 1.480,9 milhões):** a redução se deve: (i) à atualização da metodologia de previsão de curto prazo; (ii) à atualização do parâmetro de inadimplência; e (iii) aos valores realizados de impacto primário do Fies até dezembro de 2017. A metodologia de previsão anterior considerava os valores preditos diretamente das simulações do Fies realizada com base nos microdados administrativos providos pelo FNDE, sem qualquer tratamento prévio. A partir de 2018, as estimativas de curto prazo foram realizadas tendo como base a execução dos parâmetros envolvidos na metodologia descrita na Nota Técnica nº 22/2017/CESEF/SUPEF/STN/MF e 19/2017/CESEF/SUPEF/STN, e a projeção da evolução de variação desses parâmetros conforme as microsimações do Fies e os períodos sazonais característicos. O parâmetro de inadimplência maior que 360 dias considerado anteriormente era de 22,2%. Na projeção atual, considerou-se o índice de inadimplência de 17,3%, conforme tabela enviada pelo FNDE em ofício nº 27943/2017/Cgsup/Digef-FNDE, de 15/09/2017.

52. **Despesas Discricionárias (- R\$ 570,0 milhões):** a redução nesse item ocorre exclusivamente por reclassificação da despesa com o Fundo Penitenciário – FUNPEN em relação ao programado na LOA 2018 e passou a ser classificada como Despesa Obrigatória com Controle de Fluxo. A alteração ocorreu em função da decisão judicial do Supremo Tribunal Federal – STF da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347, de 2015, que determinou à União que não sejam realizados novos contingenciamentos neste Fundo.

53. **Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo (+ R\$ 131,6 milhões):**

Despesas do Ministério da Saúde (- R\$ 1.130,0 milhões): reprogramação nas ações de Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade e Promoção da Atenção Básica em Saúde, conforme detalhado na Nota Técnica nº 5/2018--SPO/SE/MS, de 31 de janeiro de 2018, do Ministério da Saúde.

FUNPEN (+ R\$ 1.261,6 milhões): este valor é composto da reclassificação de RP 2 para RP 1, tratada no parágrafo 40, no valor de R\$ 570,0 milhões. Soma-se a esse valor o saldo não empenhado em 2017, de R\$ 205,6 milhões e R\$ 486,0 milhões, referentes à estimativa de Superávit Financeiro do Fundo, em função da ADPF 347, de 2015, que determinou à União a liberação do saldo acumulado do FUNPEN para a utilização na finalidade para o qual foi criado, e também da alteração na Lei Complementar nº 79, de 1994 promovida pela Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, que vedou contingenciamento de recursos do FUNPEN.

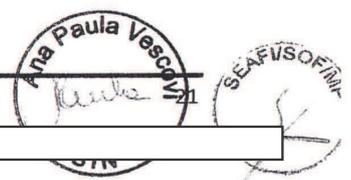
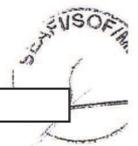


Tabela 7: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo

Ação	R\$ milhões		
	LOA 2018 (a)	Avaliação de Fevereiro (b)	Diferença
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	47.900,0	46.870,0	-1.030,0
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	28.200,0	28.200,0	0,0
Promoção da Atenção Básica em Saúde	17.396,9	17.296,9	-100,0
Benefícios ao Servidor	13.512,2	13.512,2	0,0
Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	7.320,0	7.320,0	0,0
Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	4.827,0	4.827,0	0,0
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	4.147,0	4.147,0	0,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2.480,0	2.480,0	0,0
Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico	1.500,0	1.500,0	0,0
Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.492,5	1.492,5	0,0
Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1.436,6	1.436,6	0,0
Pagamento de indenização às concessionárias de energia elétrica pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados (Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013)	1.285,2	1.285,2	0,0
Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	1.169,0	1.169,0	0,0
Ressarcimento de Recursos Pagos pelas Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009)	1.081,3	1.081,3	0,0
Movimentação de Militares	1.003,4	1.003,4	0,0
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	800,0	800,0	0,0
Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	468,0	468,0	0,0
Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	465,7	465,7	0,0
Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	335,0	335,0	0,0
Manutenção e Suprimento de Fardamento	292,4	292,4	0,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	265,0	265,0	0,0
Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)	98,6	98,6	0,0
Transferências à CBC e à FENACLUBES	64,0	64,0	0,0
Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	28,0	28,0	0,0
Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	5,0	5,0	0,0
Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação	5,0	5,0	0,0
FUNPEN	0,0	1.261,6	1.261,6
TOTAL	137.577,8	137.709,4	131,6

2.4 Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)

54. A previsão de arrecadação líquida do RGPS foi reduzida em R\$ 2.053,8 milhões em relação à LOA 2018, devido à inclusão de dados realizados de 2017 e parâmetros macroeconômicos atualizados. A memória de cálculo da variação em questão encontra-se no Anexo III deste relatório.



55. Em relação às estimativas de receita, apresenta-se seu detalhamento a seguir:

Tabela 8: Receita do RGPS

R\$ milhões

Mês	Arrecadação	SIMPLES	REFIS	Transferência	Ressarcimento Desonerações RGPS	Arrecadação Líquida
jan/18	29.042	3.635	11	-5.747	1.053	27.994
fev/18	29.142	2.901	42	-3.405	990	29.671
mar/18	29.588	2.990	10	-3.408	1.054	30.234
abr/18	30.021	3.239	11	-3.494	2.691	32.469
mai/18	30.749	3.206	10	-3.541	1.065	31.489
jun/18	31.820	3.417	9	-3.636	1.253	32.864
jul/18	31.819	3.410	10	-3.625	1.071	32.685
ago/18	32.459	3.513	10	-3.613	1.036	33.404
set/18	31.792	3.615	37	-3.612	1.179	33.011
out/18	32.164	3.566	9	-3.521	310	32.528
nov/18	32.988	3.635	6	-3.602	296	33.323
dez/18	53.201	3.676	10	-3.606	333	53.613
TOTAL	394.785	40.803	175	-44.811	12.332	403.284

Fonte: RFB/MF

56. Com respeito à estimativa da despesa relativa aos benefícios previdenciários, a variação de R\$ 3.896,0 milhões observada em relação à LOA 2018 se deve à redução do salário mínimo e do INPC, conforme explicado no parágrafo 40.

57. A conjunção das variações observadas nas estimativas da arrecadação líquida do RGPS e nas despesas com benefícios previdenciários, acima apresentadas, redundaram em uma projeção de redução de R\$ 1.842,1 milhões no déficit do RGPS, conforme abaixo:

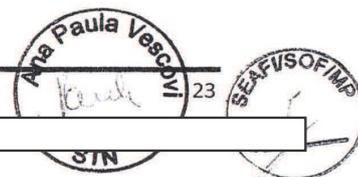


Tabela 9: Déficit do RGPS

Discriminação	R\$ milhões		
	LOA 2018 (a)	Avaliação de Fevereiro (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	405.337,6	403.283,8	(2.053,8)
Benefícios Previdenciários	596.268,4	592.372,4	(3.896,0)
Déficit	190.930,8	189.088,6	(1.842,1)

Elaboração: SOF/MP

2.5 Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Inciso V)

58. O Anexo IV deste Relatório apresenta essa Memória de Cálculo.

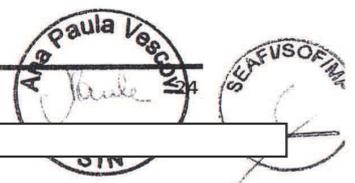
2.6 Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios

59. Dada a possibilidade, prevista no § 3º, art. 2º da LDO-2017, de haver, durante a execução orçamentária de 2017, compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Federal e as metas estimadas para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, comenta-se, a seguir, a situação fiscal atual desses entes subnacionais.

60. Durante o exercício de 2017 os Governos Regionais acumularam superávit primário de R\$ 8,8 bilhões. A meta prevista na LDO-2017 era de um déficit de R\$ 1,1 bilhão. Dessa forma, a meta da LDO foi cumprida. Esses valores são apurados segundo a metodologia “abaixo da linha” e incluem as respectivas empresas estatais.

61. Para 2018 a meta de resultado primário para os Governos Regionais é de superávit de R\$ 1,2 bilhão¹, e a estimativa atual sugere que os entes subnacionais juntamente com suas estatais encerrarão o ano com um superávit de R\$ 4,6 bilhões. Estão incorporados neste cálculo os efeitos dos Regimes de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro e de outros dois estados.

¹ Anexo IV da Lei nº 13.473/2017 – LDO-2018



3 DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES

3.1 Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira (LDO-2018, Art. 56, *caput*, §§ 1º e 2º)

62. De acordo com o § 5º do art. 56 da LDO 2018, aplica-se somente ao Poder Executivo eventual limitação de empenho e movimentação financeira fora do prazo estabelecido para avaliação de receitas e despesas do art. 9º da LRF.

63. No entanto, conforme demonstrado neste relatório, a revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas primárias obrigatórias indicou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de movimentação financeira, em R\$ 4.194,9 milhões, em relação aos limites estabelecidos na LOA 2018.

64. Contudo, em função dos limites estabelecidos pela EC 95/2016, não existe espaço para abertura de créditos adicionais para os Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, uma vez que o PLOA-2018 foi elaborado com a compensação prevista nos §§ 7º e 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, situação mantida na LOA.

3.2 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, art. 111 do ADCT e LDO-2018, arts. 59 a 65)

65. Conforme o art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, as Emendas Individuais – EI corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017 corrigidos pelo IPCA, sendo a metade desse percentual destinada a “Ações e Serviços Públicos de Saúde” - ASPS.

66. O montante de execução obrigatória para o exercício de 2017 foi R\$ 8.519,1 milhões, que corrigido pelo IPCA de 3,00%, totaliza R\$ 8.774,7 milhões.

Tabela 10: Emendas Individuais 2018 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho

Poderes	Emendas Impositivas 2017 (A)	Execução Obrigatória 2018 (B) = (A) x 3%	R\$ 1,00	
			LOA 2018 (C)	
TOTAL	8.519.154.894	8.774.729.541	8.773.929.275	

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

67. Considerando esses dados, os valores das EI aprovados na LOA-2018 comparados aos valores de execução obrigatória dessas emendas, abertos por Poder, MPU e DPU, estão abaixo demonstrados:

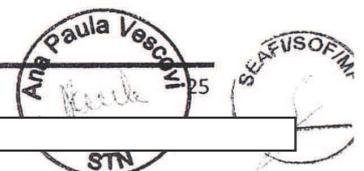


Tabela 11: Emendas Individuais 2018 por Poder, MPU e DPU

Poderes	R\$ 1,00	
	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)
Legislativo	0	0
Judiciário	5.170.000	5.170.472
MPU	0	0
DPU	0	0
Executivo	8.768.759.275	8.769.559.069
TOTAL	8.773.929.275	8.774.729.541

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

68. Conforme o § 17 do art. 166 da Constituição Federal, se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas relativas às alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, inciso II, § 4º, art. 6º da LDO-2018, que são aquelas marcadas com os identificadores de resultado primário (RP) 2, 3, 6 e 7, tanto no PLOA como na LOA-2018. A efetivação dessa limitação se dará por meio da publicação dos atos próprios dos Poderes, MPU e DPU previstos no caput do art. 9º da LRF. Procedimentos análogos são realizados no caso de ampliação.

69. Tendo em vista o resultado da presente avaliação, que não indica contingenciamento, as emendas individuais estão liberadas para execução no mesmo montante aprovado na LOA 2018.

70. A LDO-2018 traz também, em seu art. 65, a obrigatoriedade de execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual, constantes da Seção I do Anexo VII e aprovadas na LOA 2018, em valor ao montante de execução obrigatórias em 2017 corrigidos de acordo com o inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

71. Essas emendas também se sujeitam à mesma regra de limitação de empenho das Emendas Individuais, ou seja, podem ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. Analogamente para o caso de ampliação.

72. Feitos esses cálculos para as emendas de bancada, obtém-se o resultado abaixo:

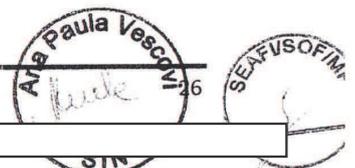


Tabela 12: Emendas de Bancada de execução obrigatória

R\$ 1,00

Poderes	Emendas de Bancada Impositivas 2017	Execução Obrigatória 2018	LOA-2018
	(A)	(B) = (A) * 3%	(C)
Executivo	4.259.577.447	4.387.364.770	3.071.155.338

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

73. De forma similar ao ocorrido com as emendas individuais, as emendas de bancada estão liberadas para execução no mesmo montante aprovado na LOA 2018.

4 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL

Demonstração da compatibilidade dos créditos adicionais abertos com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal

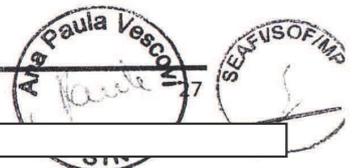
74. O art. 4º da LOA-2018, § 2º determina que em observância aos limites de despesa primária autorizada a que se refere o § 1º deste artigo, a abertura de créditos suplementares para o atendimento de despesas primárias à conta de fontes financeiras impõe o cancelamento de despesas primárias em valor correspondente, que deverá ser demonstrado em anexo específico, sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste artigo.

75. Não foram efetivados créditos pelo Poder Executivo em 2018, assim os limites de que trata o art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - EC 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal – NRF, estão em conformidade com a LOA 2018.

76. Vale ainda salientar que os Poderes Legislativo, Judiciário, o MPU e a DPU exercem seus próprios controles na abertura de créditos adicionais, de tal forma a cumprirem os limites estabelecidos pela EC nº 95. Assim sendo, poderão elaborar atos ou demonstrativos próprios para evidenciar a gestão orçamentária compatível com os tetos individualizados pelo Novo Regime Fiscal.

Demonstração da compatibilidade do resultado desta avaliação com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal - NRF

77. A LOA 2018 foi aprovada respeitando o limite estabelecido no Novo Regime Fiscal de R\$ 1.347,9 bilhões. Contudo, tendo em vista as reestimativas apresentadas no presente relatório em relação a determinadas despesas primárias obrigatórias que estão submetidas ao citado limite, o Poder Executivo oportunamente tomará as providências necessárias para adequação orçamentária de tal forma que as



dotações autorizadas permaneçam compatíveis com o Novo Regime Fiscal, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 107 do ADCT:

“§ 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo.”

Tabela 13: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016

Discriminação	LOA 2018	Avaliação de Fevereiro de 2018
I. TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS (inclusive Transf. Por Repartição de Receita)	1.617.904,9	1.615.779,8
II. DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES (art. 107, § 6º, da EC 95/2016)	270.029,8	270.792,8
Transf. Por Repartição de Receita	235.500,0	235.394,7
FCDF	13.517,6	13.516,7
Pleitos Eleitorais	1.331,7	1.331,7
Complementação ao FUNDEB	14.054,3	13.731,4
Aumento de Capital em Estatais	5.626,1	5.626,1
Créditos Extraordinários		1.192,1
III. DESPESAS PRIMÁRIAS SUJEITAS A LIMITES [I - II]	1.347.875,2	1.344.987,1
Despesas Primárias	1.331.516,0	1.318.229,1
Pessoal	284.758,7	290.393,7
<i>Orçamentário</i>	<i>285.684,7</i>	<i>291.319,6</i>
<i>(-) Float</i>	<i>926,0</i>	<i>926,0</i>
Demais	1.046.757,3	1.027.835,4
Demais Operações que afetam o resultado primário	16.359,1	14.628,4
<i>Fabricação de cédulas e moedas</i>	<i>881,0</i>	<i>881,0</i>
<i>Subsídios aos fundos constitucionais</i>	<i>8.771,0</i>	<i>8.521,1</i>
<i>Operações Net Lending</i>	<i>1.424,2</i>	<i>1.424,2</i>
<i>Fundos FDA/FDNE</i>		
<i>Impacto primário das operações do FIES</i>	<i>5.282,9</i>	<i>3.802,0</i>
IV. LIMITE EC 95 [2017 x 1,03]	1.347.880,7	1.347.880,7
V. ESTIMATIVA ANUAL DE EXCESSO (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE (-) CONFORME AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE QUE TRATA ART. 9º DA LRF [IV - III]	5,5	2.893,6

78. Com base nas atualizações constantes neste relatório, indica-se uma margem (excesso em relação ao limite) das despesas primárias em R\$ 2.893,6 milhões. Importante mencionar que a execução orçamentária e financeira do exercício deve compatibilizar as restrições impostas pela a regra do resultado primário, conforme

disposição no art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e Anexo de Metas Fiscais da LDO e pela “regra do teto da despesa” constante no art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95. Ao longo do exercício de 2018, uma eventual margem na regra do resultado primário oriundo do aumento de realizações ou reestimativas das receitas poderá não implicar necessariamente a expansão dos limites de execução das despesas primárias, uma vez que o total está limitado ao valor de R\$ 1.347.880,7 milhões pela “regra do teto da despesa” (ressalvados os § 6º e § 11 do art. 107 do ADCT).

5 ADEQUAÇÃO DAS FONTES PARA CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 167, INCISO III (REGRA DE OURO) E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ART. 42 (ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO)

79. A Constituição Federal no seu Art. 167, inciso III, estabeleceu a chamada “regra de ouro” que veda “a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”. A Regra de Ouro repercute na programação financeira do governo por meio da gestão das disponibilidades para financiamento das despesas. Outro normativo no ordenamento jurídico brasileiro que trata de gerenciamento de disponibilidades é o art. 42 da LRF que veda o “titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”. Em 2018, será necessário acompanhamento e compatibilização da gestão financeira para o cumprimento dos dois normativos.

80. A regra de ouro não chegou a ser restrição à execução da política fiscal do Governo Central até o exercício 2015, uma vez que a apuração de resultados primários positivos até o ano de 2013 resultava na maior disponibilidade de fontes de receitas primárias para financiar as despesas correntes, não necessitando, dessa forma, a realização e alocação de receitas de operações de crédito para este fim. Esse quadro foi alterado com deterioração das condições fiscais do Governo Central a partir do exercício de 2014. Em 2016 e em 2017, foram necessários os retornos dos títulos públicos transferidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES no montante de R\$ 100 bilhões e R\$ 50 bilhões, respectivamente, para o equacionamento dessa regra ao final do exercício.

81. Para o exercício de 2018, estima-se uma insuficiência para o cumprimento da regra de ouro em R\$ 208,6 bilhões conforme descrito na tabela abaixo.



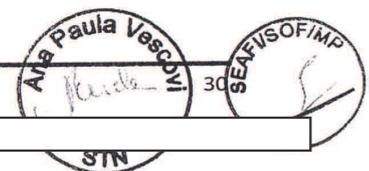
Tabela 14: Suficiência da Regra de Ouro (Despesa de Capital – Receitas de Operações de Créditos)

Discriminação	2017	2018*
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	870,2	984,1
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	949,2	906,1
(-) Variação de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	79,0	-78,0
Despesas de Capital (II)	899,0	775,5
Investimentos	45,1	44,0
Inversões Financeiras	70,9	82,4
Amortizações	783,0	649,1
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	28,8	-208,6

* A projeção de insuficiência de R\$ 208 bilhões não considera o impacto das medidas que estão sendo tomadas para o seu equacionamento.

Fonte: Tesouro Nacional

82. O equacionamento da insuficiência da Regra de Ouro no exercício de 2018 requer que o Governo Central promova uma série de medidas de gerenciamento financeiro ao longo do ano para reduzir a necessidade de realização de operações de crédito e aumento das disponibilidades de fontes livres para financiar as despesas correntes. Dentre as medidas, indica-se: viabilização do retorno de aportes de títulos públicos no BNDES, cancelamento de restos a pagar, extinção de fundos públicos e desvinculação de algumas fontes financeiras. A execução dessas medidas evitará que a regra imponha contingenciamento às despesas públicas por falta de fontes para o seu financiamento.



ANEXO I - Parâmetros (LDO-2018, art. 56, § 4º, Inciso II)
 Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF

Parâmetros Macroeconômicos

31-jan-18

Ano	PIB	
	Var.% Nom	Var. % Real
2017	5,8	1,1
2018	7,6	3,0

Ano	Atividade Industrial (Var. % Média)							
	Transformação (Prod.)		Bebidas (Prod.)		Fumo (Vendas Internas)		Veículos (Vends. Int. Atc.)	
	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.
2017	1,8	2,2	4,4	1,6	-2,8	-7,7	4,3	12,3
2018	7,5	7,3	7,8	3,2	4,0	-8,0	2,5	6,8

Ano	Massa Salarial	
	Nominal	Real
2017	5,3	1,8
2018	6,5	2,7

Ano	IPCA (Var. %)		INPC (Var. %)		IGP-DI (Var. %)	
	Média	Acum.	Média	Acum.	Média	Acum.
2017	3,4	2,9	3,0	2,1	1,0	-0,4
2018	3,6	3,9	3,2	4,0	3,5	4,5

Ano	Preço Médio Petróleo	Importação sem Combustível
	US\$/b	US\$ milhões
2017	54,6	132.826
2018	68,2	150.997

Ano	Câmbio R\$/US\$ (Média)	Taxa Over SELIC % a.a.	Aplic. Fin. Média	TJLP % a.a.
	Ano	Acum. Ano	R\$ milhões	Variação Média
2017	3,2	9,9	5.384.601	-5,0
2018	3,3	6,7	5.981.217	-5,3

Ano	Gasolina A -75% das vendas de gasolina C (1.000.000 m³)		Óleo Diesel (1.000.000 m³)	
	Média Diária	Ano	Média Diária	Ano
2017	89.014	32,5	150.381	54,9
2018	89.747	32,8	160.494	58,6



Produção Industrial

Período	Indústria - Transformação			Indústria - Bebidas			Fumo			Veículos		
	Produção Física	Preços	Faturamento	Produção Física	Preços	Faturamento	Vendas Domésticas	Preços	Faturamento	Vendas Internas	Preços	Faturamento
jan/17	74,70	325,46	304,84	93,50	321,29	438,78	39,80	361,92	139,40	130,407	189,61	227,33
fev/17	73,50	325,32	299,82	87,00	320,20	406,91	36,30	361,25	126,92	121,303	189,97	211,86
mar/17	83,70	323,21	339,22	92,70	321,81	435,74	40,53	361,71	141,90	168,248	189,21	292,68
abr/17	77,40	321,93	312,44	76,90	321,19	360,77	37,27	362,18	130,66	139,361	189,67	243,01
mai/17	88,50	323,06	358,50	84,70	321,96	398,32	37,10	362,21	130,06	174,445	189,73	304,28
jun/17	86,60	321,03	348,60	82,20	316,71	380,25	35,69	367,70	127,03	174,408	189,90	304,49
jul/17	90,60	318,24	361,53	84,50	315,33	389,19	36,53	368,10	130,15	164,043	190,25	286,93
ago/17	95,80	318,63	382,75	91,90	315,28	423,21	38,57	367,69	137,26	193,057	190,62	338,34
set/17	91,80	321,65	370,25	96,90	325,98	461,38	37,08	367,51	131,90	178,894	190,92	314,01
out/17	94,00	324,22	382,15	104,80	329,93	505,05	39,78	360,30	138,74	181,919	191,70	320,62
nov/17	89,30	329,09	368,49	104,30	333,03	507,35	37,19	360,56	129,78	182,631	192,02	322,41
dez/17	77,59	333,02	323,98	116,13	335,34	568,81	41,93	362,79	147,24	186,858	192,65	330,96
jan/18	82,42	336,32	347,59	97,22	337,51	479,28	36,69	365,28	129,70	168,709	193,14	299,58
fev/18	83,53	339,14	355,21	88,77	339,56	440,29	33,45	367,71	119,05	146,842	193,56	261,31
mar/18	94,09	341,61	403,02	93,34	341,55	465,67	37,34	370,09	133,75	176,895	194,11	315,69
abr/18	86,38	343,74	372,33	85,85	343,42	430,61	34,33	372,35	123,71	167,075	194,52	298,80
mai/18	94,96	345,80	411,77	87,80	345,42	443,00	34,16	374,74	123,88	174,701	195,03	313,26
jun/18	89,59	347,85	390,79	82,15	347,49	416,94	32,85	377,21	119,93	173,671	195,45	312,08
jul/18	94,93	349,58	416,10	85,97	349,23	438,52	33,61	379,35	123,40	186,848	195,49	335,82
ago/18	98,87	351,04	435,20	92,59	350,88	474,55	35,47	381,37	130,94	189,211	195,58	340,23
set/18	93,08	352,80	411,76	97,46	352,99	502,47	34,09	383,89	126,68	181,575	196,10	327,37
out/18	100,43	354,72	446,68	108,29	355,16	561,77	36,57	386,48	136,79	179,335	196,29	323,64
nov/18	95,78	356,62	428,28	110,22	357,20	575,05	34,17	388,94	128,63	181,652	196,39	327,98
dez/18	83,71	358,57	376,38	122,11	359,31	640,84	38,52	391,47	145,95	205,422	196,85	371,77

Variação Média Anual (%)												
2017	2,2	1,8	4,0	1,6	4,4	6,2	-7,7	-2,8	-10,3	12,3	4,3	17,0
2018	7,3	7,5	15,5	3,2	7,8	11,2	-8,0	-4,0	-4,3	6,8	2,5	9,5

Ária Paula Vescoli

32

SEAFV/SQ/IA



Trabalho

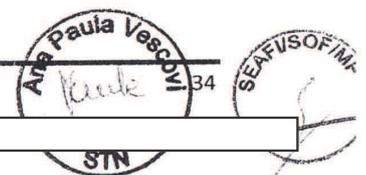
	Massa Nominal (R\$ milhões)	Massa Real (R\$ milhões)
jan/17	66.531	68.224
fev/17	66.902	68.387
mar/17	66.912	68.182
abr/17	66.772	67.870
mai/17	66.882	67.880
jun/17	67.495	68.295
jul/17	67.514	68.480
ago/17	67.927	68.728
set/17	67.766	68.432
out/17	68.205	68.737
nov/17	68.828	69.060
dez/17	69.641	69.641
jan/18	69.502	69.046
fev/18	69.659	68.916
mar/18	70.216	69.209
abr/18	71.315	69.897
mai/18	71.831	70.121
jun/18	72.295	70.552
jul/18	72.280	70.561
ago/18	72.035	70.291
set/18	72.345	70.383
out/18	73.115	70.888
nov/18	73.698	71.130
dez/18	74.139	71.262

	Variação Média Anual (%)	
2017	3,03	-0,35
2018	6,32	2,50



Inflação

Período	IPCA		INPC		IGP-DI	
	Var. %	Índice	Var. %	Índice	Var. %	Índice
jan/17	0,38	471,6221	0,42	482,02	0,43	611,87
fev/17	0,33	473,1785	0,24	483,18	0,06	612,26
mar/17	0,25	474,3610	0,32	484,72	-0,38	609,95
abr/17	0,14	475,0251	0,08	485,11	-1,24	602,37
mai/17	0,31	476,4978	0,36	486,86	-0,51	599,28
jun/17	-0,23	475,4019	-0,30	485,40	-0,96	593,52
jul/17	0,24	476,5431	0,17	486,22	-0,30	591,77
ago/17	0,19	477,4482	-0,03	486,08	0,24	593,18
set/17	0,16	478,2116	-0,02	485,98	0,62	596,85
out/17	0,42	480,2206	0,37	487,78	0,10	597,44
nov/17	0,28	481,5654	0,18	488,66	0,80	602,23
dez/17	0,44	483,6846	0,26	489,93	0,74	606,68
jan/18	0,60	486,5674	0,66	493,16	0,56	610,08
fev/18	0,44	488,7246	0,41	495,21	0,48	613,01
mar/18	0,27	490,0465	0,37	497,06	0,27	614,65
abr/18	0,48	492,3816	0,57	499,87	0,50	617,73
mai/18	0,24	493,5738	0,40	501,87	0,55	621,15
jun/18	0,11	494,1121	0,03	502,03	0,02	621,24
jul/18	-0,08	493,7220	-0,03	501,87	-0,09	620,69
ago/18	0,15	494,4519	0,04	502,08	0,67	624,82
set/18	0,34	496,1260	0,30	503,58	0,63	628,78
out/18	0,35	497,8471	0,35	505,32	0,40	631,28
nov/18	0,38	499,7266	0,45	507,62	0,53	634,60
dez/18	0,61	502,7789	0,41	509,71	-0,10	633,96
	Acum	Média	Acum	Média	Acum	Média
2017	2,9	3,4	2,1	3,0	-0,4	1,0
2018	3,9	3,6	4,0	3,2	4,5	3,5



Taxa de Juros, de Câmbio e Aplicação Financeira

Período	Selic % a.a.	TJLP % a.a	Câmbio	Aplic. Financ.
			R\$/US\$ Média	M4 - (M1 + Poup) R\$ milhões
jan/17	13,2	7,50	3,197	5.167.047
fev/17	12,8	7,50	3,104	5.186.641
mar/17	12,2	7,50	3,13	5.272.385
abr/17	11,6	7,00	3,14	5.295.401
mai/17	11,2	7,00	3,21	5.334.112
jun/17	10,2	7,00	3,30	5.352.031
jul/17	10,0	7,00	3,21	5.371.675
ago/17	9,2	7,00	3,15	5.451.519
set/17	8,4	7,00	3,13	5.483.837
out/17	8,0	7,00	3,19	5.535.524
nov/17	7,4	7,00	3,26	5.554.815
dez/17	7,0	7,00	3,28	5.610.223
jan/18	7,0	6,75	3,27	5.665.352
fev/18	6,8	6,75	3,25	5.718.713
mar/18	6,7	6,75	3,25	5.786.435
abr/18	6,7	6,75	3,27	5.835.789
mai/18	6,7	6,75	3,29	5.894.211
jun/18	6,7	6,75	3,30	5.944.930
jul/18	6,7	6,75	3,30	6.002.666
ago/18	6,7	6,75	3,31	6.073.601
set/18	6,7	6,75	3,34	6.127.745
out/18	6,7	6,75	3,34	6.188.504
nov/18	6,7	6,75	3,33	6.235.368
dez/18	6,7	6,75	3,34	6.301.293
		Variação Média	Câmbio Médio	Variação Média
2017	9,94	-5,00	3,19	9,93
2018	6,72	-5,26	3,30	11,08

Área Paula Vescoli
Lucia

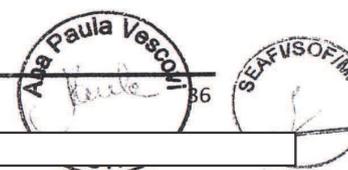
35

SEAF/SOF/MP

Importações (US\$ milhões)

Período	Importações Subtotal Sem Combustíveis US\$ Milhões	Petróleo - Brent US\$/barril média de período
jan/17	11.122	54,68
fev/17	9.337	55,56
mar/17	11.595	52,71
abr/17	9.474	52,88
mai/17	10.787	52,03
jun/17	10.954	48,27
jul/17	10.950	47,81
ago/17	12.360	47,81
set/17	12.175	58,01
out/17	11.932	60,16
nov/17	11.538	57,82
dez/17	10.602	66,87
jan/18	11.667	71,61
fev/18	10.965	69,83
mar/18	12.783	69,39
abr/18	11.132	69,00
mai/18	13.562	68,65
jun/18	12.081	68,30
jul/18	13.211	67,95
ago/18	14.288	67,57
set/18	12.529	67,15
out/18	14.212	66,75
nov/18	13.091	66,34
dez/18	11.475	65,81

	Total	Var %	Total	Var %
2017	132.826	6,14	54,55	21,52
2018	150.997	13,68	68,19	25,01

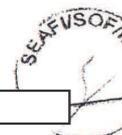


Combustíveis

	Gasolina A -75% das vendas de gasolina C (1.000.000 m³)		Óleo Diesel (1.000.000 m³)	
jan/17	2,717		3,959	
fev/17	2,589		4,035	
mar/17	2,883		4,852	
abr/17	2,665		4,147	
mai/17	2,763		4,615	
jun/17	2,746		4,677	
jul/17	2,708		4,821	
ago/17	2,698		5,002	
set/17	2,555		4,857	
out/17	2,583		4,916	
nov/17	2,508		4,641	
dez/17	3,075		4,368	
jan/18	2,670		4,336	
fev/18	2,545		4,290	
mar/18	2,704		4,943	
abr/18	2,690		4,726	
mai/18	2,718		4,842	
jun/18	2,686		4,874	
jul/18	2,707		4,998	
ago/18	2,758		5,297	
set/18	2,739		5,163	
out/18	2,827		5,398	
nov/18	2,660		5,015	
dez/18	3,053		4,698	
	Média Diária	Ano	Média Diária	Ano
2017	89.014	32,49	150.381	54,89
2018	89.747	32,76	160.494	58,58
	Variação Média Anual (%)			
2017		3,46		1,12
2018		0,82		6,73



 Alia Paula Vescov



 SEAFVSO/IN



**ANEXO II - Memória de Cálculo das Receitas Administradas pela RFB/MF,
exceto Receitas Previdenciárias e CPSS (LDO-2018, art. 56, § 4º, Incisos I e
IV)**

**ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2017 (Exceto Receitas Previdenciárias)
NOTA METODOLÓGICA – 31/01/2018**

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada, para o ano de 2018, tomando-se por base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2017, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 31/01/18 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 31/01/18 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2018 em relação a 2017, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):	3,57%
PIB:	3,00%
Taxa Média de Câmbio:.....	3,33%
Taxa de Juros (Over):.....	-32,77%
Massa Salarial:.....	6,29%

A arrecadação-base 2017 foi ajustada em função, principalmente, da ocorrência de receitas atípicas verificadas durante o período base.

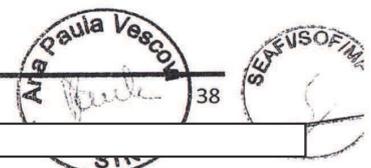
À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

Aplicando-se os ajustes acima, obtém-se uma previsão para o fluxo normal de R\$ 900.890 milhões. Acrescentou-se a esse valor R\$ 15.600 milhões de receitas extraordinárias e retirou-se R\$ 2.769 milhões a título de medidas adicionais e R\$ 536 milhões em razão de compatibilização das estimativas da RFB com as da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para as receitas da dívida ativa. Assim o valor da previsão da arrecadação administrada pela RFB, exceto receitas previdenciárias, para o ano de 2018, está estruturado na tabela abaixo.

PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - 2018

UNIDADE: R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1) PREVISÃO (VALORES BRUTOS)	913.184
1.1) PREVISÃO FLUXO ORIGINAL	900.890



1.2) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	15.600
1.3) MEDIDAS ADICIONAIS	(2.769)
1.4) COMPATIBILIZAÇÃO PGFN	(536)
2) RESTITUIÇÕES	(32.260)
3) PREVISÃO (VALORES LÍQUIDOS) [1]-[2]	880.924

A seguir, o detalhamento da planilha básica que consolida as planilhas mensais por tributo.

RECEITAS	ARRECAÇÃO BASE - 2017 [1]	ARRECAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2018 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS [8]	MEDIDAS ADICIONAIS [9]	COMP. PGFN [10]	TOTAL [11]
				PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]					
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	32.525	-	32.525	1,0337	1,1372	0,9950	38.043	765	-	(3)	38.805
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	26	-	-	1,0360	1,0290	1,0000	28	-	-	(5)	23
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	48.474	(160)	48.314	-	-	-	54.164	1.060	-	(15,2)	55.071
I.P.I. - FUMO	5.118	233	5.351	1,0000	0,9205	1,0000	4.925	118	-	-	5.043
I.P.I. - BEBIDAS	2.841	-	2.841	1,0000	1,0379	1,0000	2.949	70	-	-	3.018
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	4.281	-	4.281	1,0250	1,0605	1,0000	4.654	95	-	-	4.749
I.P.I. - VINCULADO A IMPORTAÇÃO	14.043	-	14.043	1,0337	1,1377	1,0000	16.514	317	-	-	16.830
I.P.I. - OUTROS	22.192	(293)	21.799	1,0760	1,0711	1,0000	25.122	460	-	(15,7)	25.431
IMPOSTO SOBRE A RENDA	359.698	(6.187)	353.511	-	-	-	359.605	6.350	(645)	515	365.825
I.R. - PESSOA FÍSICA	32.205	(570)	31.635	1,0285	1,0133	1,0000	32.967	580	-	426	33.973
I.R. - PESSOA JURÍDICA	120.220	(3.817)	116.403	1,0315	1,0290	0,9861	121.828	2.529	-	331	124.688
I.R. - RETIDO NA FONTE	207.273	(1.800)	205.473	-	-	-	204.809	3.242	(645)	(24,2)	207.164
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	111.214	-	111.214	1,0638	1,0000	1,0000	118.312	1.812	(645)	-	119.479
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	58.632	-	58.632	0,7637	1,0855	1,0000	48.605	830	-	-	49.435
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	26.466	(1.800)	24.666	1,0274	1,0347	1,0000	26.221	390	-	-	26.611
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	10.961	-	10.961	1,0338	1,0301	1,0000	11.672	210	-	(24,2)	11.639
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	34.543	-	34.543	1,0359	1,0298	1,0110	37.257	621	-	(0)	37.878
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.370	-	1.370	1,0242	1,0000	1,0000	1.403	21	-	(0)	1.424
CONVENIADO	1.233	-	1.233	1,0242	1,0000	1,0000	1.263	18	-	(0)	1.281
NÃO CONVENIADO	137	-	137	1,0242	1,0000	1,0000	140	2	-	(0)	142
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	218.858	(1.333)	217.475	1,0340	1,0301	1,0571	244.865	4.070	(2.174)	(63,7)	246.179
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	58.476	(248)	58.228	1,0338	1,0302	1,0563	65.505	1.082	-	(134)	66.453
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	69.248	(1.200)	68.048	1,0312	1,0287	0,9853	71.125	1.867	-	(12,1)	72.371
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5.790	-	5.790	1,0000	1,0369	1,0000	6.003	-	-	(4)	5.999
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	485	-	485	1,0375	1,0292	1,0000	518	10	-	-	529
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	39.990	(18.738)	21.252	-	-	-	22.375	254	-	-	22.628
RECEITAS DE LOTERIAS	4.897	570	5.467	1,0365	1,0000	1,0000	5.667	-	-	-	5.667
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	2.842	-	2.842	1,0337	1,0299	1,0000	3.026	51	-	-	3.077
DEMAIS	32.251	(10.299)	21.952	1,0358	1,0300	0,9901	13.662	203	-	-	13.865
TOTAL	869.483	(27.906)	841.551				900.890	15.600	(2.769)	(536)	913.184

DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2018.

A) CORREÇÃO DE BASE:

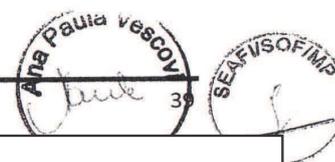
1) IPI-Fumo (+R\$ 233 milhões)

- a. Correção da base, do mês de janeiro/18, em razão da antecipação de saídas em 2016 que afetaram a arrecadação de 2017;

2) IPI-Outros (-R\$ 393 milhões)

- Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;

3) IRPF (-R\$ 570 milhões)



- a. Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;
- 4) **IRPJ: (-R\$ 3.817 milhões)**
- Arrecadação atípica, referente à recolhimentos efetuados por instituições financeiras, em código de estimativa mensal, no valor de R\$ 1,5 bilhão, no mês de janeiro de 2017.
 - Exclusão da arrecadação relativa ao RERCT (Regime de Regularização Cambial e Tributária) e PERT;
- 5) **IRRF-Rendimentos Residentes no Exterior: (-R\$ 1.800 milhões)**
- Arrecadação atípica, nos meses de abril e dezembro de 2017, nos itens juros e comissões em geral e de aplicações financeiras de domiciliados no exterior, respectivamente;
- 6) **COFINS: (-R\$ 1.383 milhões)**
- Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;
- 7) **PIS/PASEP: (-R\$ 248 milhões)**
- Arrecadação atípica em decorrência de recolhimentos de parcelamentos da dívida ativa, relacionados com o PERT;
- 8) **CSLL: (-R\$ 1.200 milhões)**
- Arrecadação atípica, referente à recolhimentos efetuados por instituições financeiras, em código de estimativa mensal, no valor de R\$ 1,0 bilhão, no mês de janeiro de 2017;
 - Arrecadação atípica, referente a parcelamentos da dívida ativa, como parte dos recolhimentos relativos ao PERT.
- 9) **Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: (+R\$ 570 milhões)**
- Compatibilização com a previsão efetuada pela Caixa Econômica Federal.
- 10) **Outras Receitas Administradas-Demais: (-R\$ 19.299 milhões)**
- Exclusão das arrecadações dos parcelamentos especiais PRT e PERT, da arrecadação base.
 - Exclusão da arrecadação relativa ao RERCT (Regime de Regularização Cambial e Tributária - multa), classificada em "Outras Receitas Administradas".
- B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).**
- 1) **Imposto de Importação: 1,0337; Imposto de Exportação: 1,0360; IPI-Vinculado à Importação: 1,0337; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0337**

Ana Paula Vescoy
Ana Paula Vescoy

40

SEAF/SO/IM

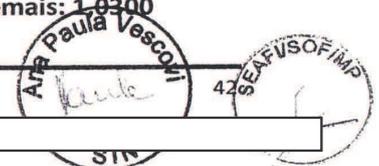


- Variação da taxa média de câmbio.
- 2) **IPI-Fumo; IPI-Bebidas e CIDE-Combustíveis: 1,0000**
- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.
- 3) **IPI-Automóveis: 1,0250**
- Índice de preço específico do setor.
- 4) **IPI-Outros: 1,0760**
- Índice de preço da indústria de transformação.
- 5) **IRPF: 1,0285**
- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2017. Incorpora variação de preço e de quantidade;
 - Ganhos em Bolsa: sem variação;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2018.
- 6) **IRPJ: 1,0315 e CSLL: 1,0312**
- Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2017;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2018.
- 7) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0638**
- Setor privado: crescimento da massa salarial;
 - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.
- 8) **IRRF-Rendimentos do Capital: 0,7637**
- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros “over”;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - SWAP: Câmbio;
 - Demais: Índice Ponderado (IER).
- 9) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0274**
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Demais: Câmbio.
- 10) **IRRF-Outros Rendimentos: 1,0338; IOF: 1,0359; ITR: 1,0242; COFINS: 1,0340; PIS/PASEP: 1,0338; FUNDAF: 1,0375; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0365 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0358**
- Índice Ponderado (IER).



C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

- 1) I. Importação: 1,1372 e IPI-Vinculado à Importação: 1,1377**
 - Variação, em dólar, das importações.
- 2) IPI-Fumo: 0,9205**
 - Vendas de cigarros ao mercado interno.
- 3) IPI-Bebidas: 1,0379**
 - Produção física de bebidas.
- 4) IPI-Automóveis: 1,0605**
 - Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.
- 5) IPI-Outros: 1,0711**
 - Produção física da indústria de transformação.
- 6) IRPF: 1,0133**
 - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2017 já considerado no efeito-preço;
 - Ganhos em Bolsa: Sem variação;
 - Demais: PIB de 2018.
- 7) IRPJ: 1,0290 e CSLL: 1,0287**
 - Declaração de ajuste: PIB de 2017;
 - Demais: PIB de 2018.
- 8) IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000**
 - Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.
- 9) IRRF-Rendimentos do Capital: 1,0855**
 - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 10) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0347**
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 11) I. Exportação: 1,0290; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0301; IOF: 1,0298; COFINS: 1,0301; PIS/PASEP: 1,0302; CIDE-Combustíveis: 1,0369; FUNDAP: 1,0292; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0299 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0300**



- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) Imposto de Importação: 0,9950

- Alteração do Repetro que possibilita que fornecedores intermediários importem insumos com suspensão tributária (Lei 13.586/17).

2) IRPJ: 0,9861 e CSLL: 0,9853

- Lei complementar 160 – artigos 9º e 10º;

3) IOF: 1,0110

- Alteração da tributação das cooperativas de crédito (Decreto 9.017/17);

4) COFINS: 1,0571 e PIS/PASEP: 1,0563

- Alteração das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool (Decreto 9.101/17);
- Lei complementar 160 – artigos 9º e 10º;
- Manutenção da alíquota do Reintegra em 2%, em 2018 (Decreto 9.148/17).

5) Outras Receitas Administradas-Demais: 0,9911

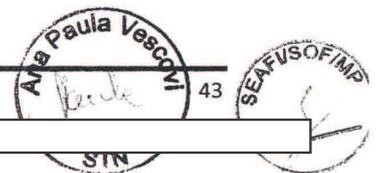
- Incorporação do impacto do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária - Lei 13.496/17 - no fluxo de arrecadação de parcelamentos especiais de 2018, estimado em – R\$ 127,7 milhões.

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de **R\$ 15.600 milhões**.

As receitas extraordinárias, como regra, decorrem da recuperação de arrecadação referente a fatos geradores passados, em função da atuação direta da administração tributária, seja pela aplicação de autos de infração ou pela cobrança de débitos em atraso.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.



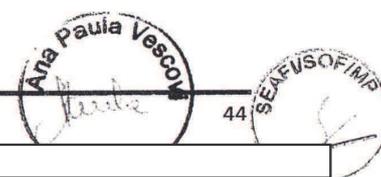
F) MEDIDAS ADICIONAIS

A estimativa de arrecadação incorporou uma redução de **R\$ 2.769 Milhões** como reflexo, na arrecadação tributária, em 2018, da possível aprovação do PL 8.456/17 e da Medida Provisória 805 que se encontram em tramitação no Congresso Nacional. O impacto na arrecadação dependerá da forma como se dará o processo de tramitação das alterações propostas no Congresso Nacional assim como da manutenção das premissas originais.

MEDIDA	VALOR (R\$ Milhões)
1) Projeto de Lei 8.456, de 2017, que altera a contribuição previdenciária sobre a receita bruta: O projeto revoga o adicional de 1,5% da Cofins sobre determinados produtos importados.	
Impacto na Cofins	-2.124
3) Medida Provisória 805, de outubro de 2017, que dispõem da alteração da alíquota da CPSS de 11% para 14%.	
Impacto no IRRF Trabalho (preços de 2018)	-645

G) COMPATIBILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS DA RFB COM AS DA PGFN

Algumas das estimativas de receita elaboradas pela RFB também o são pela PGFN. Em virtude de diferenças metodológicas, nem todas as estimativas elaboradas pela RFB são compatibilizáveis, como no caso dos parcelamentos especiais. Nos casos em que as estimativas eram compatibilizáveis, a RFB compatibilizou a projeção pela diferença entre as estimativas efetuadas pela PGFN e pela RFB.



ANEXO III - Memória de Cálculo das Receitas Previdenciárias – Secretaria da Receita Federal do Brasil (LDO-2018, Art. 56, § 4º, Incisos I e IV)

ESTIMATIVA DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2017 (Receitas Previdenciárias) NOTA METODOLÓGICA – 31/01/2018

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação das contribuições previdenciárias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB foi elaborada, para o ano de 2018, tomando-se por base a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a dezembro de 2017, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 31/01/18 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 31/01/18 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2018 em relação a 2017, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):	3,57%
PIB:	3,00%
Massa Salarial:.....	6,29%
Salário Mínimo:	1,81%

A arrecadação-base 2017 foi ajustada em função, principalmente, da ocorrência de receitas atípicas verificadas durante o período base.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês, indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária: IER - Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI), crescimento do PIB, variação da massa salarial, aumento do salário mínimo e do teto previdenciário e desonerações.

O valor da previsão de arrecadação bruta², das contribuições previdenciárias, para o ano de 2018, em consonância com as premissas citadas anteriormente, resultou em um montante de **R\$ 432.992 milhões**, sendo **R\$ 360.872 milhões** referente a contribuição incidente sobre a folha de pagamento, **R\$ 64.715 milhões** referente a contribuição incidente sobre a receita bruta e **R\$ 7.405 milhões** a título de medidas adicionais. Excluídas a arrecadação de Outras Entidades (Terceiros), as restituições de contribuição e os ressarcimentos de arrecadação (**R\$ 42.041 milhões**), a arrecadação líquida correspondente é de **R\$ 390.952 milhões**.

A seguir, o detalhamento da planilha básica que consolida as planilhas mensais por tributo.

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	ARRECAÇÃO BASE - 2017 [2]	ARRECAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2018 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS [8]	MEDIDAS ADICIONAIS [9]	COMP. PGFN [10]	TOTAL [11]
				PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]					
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [C]	400.536	-	400.536	1,0576	1,0044	1,0002	425.587	-	7.405	-	432.992

² Não são computadas as receitas patrimoniais.

Ana Paula Vescov
45
SEAFIS/IMP



DETALHAMENTO

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o ano de 2018.

A) EFEITO PREÇO: 1,0576 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial. Incorpora variação de preço e de quantidade;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: índice ponderado (IER).

B) EFEITO QUANTIDADE: 1,0044 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

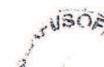
- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial já considerado no efeito preço;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: PIB.

C) EFEITO LEGISLAÇÃO: 1,0002 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

Contribuição incidente sobre folha de pagamento: aumento do salário mínimo e do teto previdenciário.

D) MEDIDAS ADICIONAIS COM EFEITO NA ARRECADAÇÃO

A estimativa de arrecadação da receita previdenciária incorporou **R\$ 7.405 milhões** como reflexo, na arrecadação tributária, em 2018, da possível aprovação do PL 8.456/17 que se encontra em tramitação na Câmara Federal. Esse projeto de lei, de iniciativa do poder executivo, tem como objetivo reverter, parcialmente, os efeitos da desoneração da folha de pagamentos. A concretização dessa arrecadação irá depender da forma como se dará o processo de tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional assim como da manutenção das premissas constantes da proposta original.



ANEXO IV - Estimativa Atualizada do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO - 2018, Art. 56, § 4º, Inciso V)



O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o “regime de competência”, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica “Ajuste Critério Competência/Caixa”, onde são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber”, “Contas a Pagar” e “Receitas e Despesas Financeiras”.

Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

No que se refere à despesa, os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2018. A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais. Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc. Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de



dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, excetuados os bens de arrendamento mercantil e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado. Ademais, consideram-se investimentos também as benfeitorias realizadas em bens da União e as benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante na LOA 2018.

A projeção do resultado primário de responsabilidade das empresas estatais remanescentes, para 2018, está demonstrada na tabela a seguir:

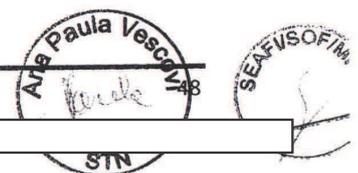
RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS – 2018

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	% PIB
I - Receitas	41.423	0,58
II - Despesas	39.693	0,56
Investimentos	2.901	0,04
Demais Despesas(*)	36.792	0,52
III - Ajuste Competência/Caixa	(98)	0,00
IV - Juros	1.095	0,02
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II+III-IV)	536	0,01

PIB considerado: R\$ 7.125.486 milhões
 Obs. Valores positivos indicam "superávit".
 (*) Inclui Ajuste Metodológico

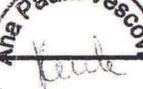
Observa-se que, embora a meta de déficit primário das empresas estatais federais, prevista no art. 2º da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 (LDO 2018), seja de R\$ 3,5 bilhões, a projeção atualizada é de superávit primário de R\$ 536 milhões. Esse resultado foi calculado considerando a projeção realizada pelas empresas na elaboração do Programa de Dispêndios Globais de 2018.

Além do quadro acima, que atende a LDO, com a projeção de Resultado Primário das Estatais de forma consolidada. O quadro a seguir discrimina, a partir do Programa de Dispêndios Globais, o Resultado Primário por empresa estatal.



Programação de Resultado Primário por Empresa - 2018

R\$1,00	
Empresa	Projeção
INFRAERO	-25.517.912
CEAGESP	-2.839.248
CEASAMINAS	-4.859.090
CASEMG	-775.906
EMGEA	-836.940.000
ECT	75.650.058
TELEBRAS	-33.655.269
CMB	-38.939.798
SERPRO	2.302.000
EMGEPRON	1.479.333.870
DATAPREV	76.313.769
HEMOBRAS	34.419.983
CDC	-7.952.503
CODEBA	-88.576.588
CODOMAR	-3.968.798
CDP	-4.049.644
CODERN	3.750.153
CDRJ	-9.229.563
CODESA	-13.829.240
CODESP	-30.823.275
ABGF	-13.410.833
PPSA	-9.059.693
CORREIOSPAR	-11.010.659
Total	536.331.814

Ana Paula Vescoi


49

SEAFVSOF/In




ANEXO V – Receitas Próprias e Demais Receitas Primárias

Receitas Próprias Primárias (- R\$ 813,7 milhões):

Ana Paula Vescoli
Ana Paula Vescoli

50

SEARVISO/FMA



00100.018477/2018-16

Natureza de Receita		Unidade Orçamentária		LOA	Avaliação Atual	Diferença	Alteração
19220211	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	40901	FAT	771.789.425	34.274.124	-737.515.301	O cenário do PLOA refletia uma arrecadação de R\$ 765,9 milhões em julho de 2016, que estava sendo replicada para 2017 e 2018. Porém, a arrecadação efetiva em 2017 ficou em R\$ 34,1 milhões, a qual é a base para a nova estimativa. Inclusive ainda em 2017 essa estimativa foi revista, adotando um modelo de projeção capaz de minimizar as incertezas típicas deste tipo de receita.
16400211	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	71905	Fdo. Garant. Exportação - MF	471.936.863	253.758.247	-218.178.616	A arrecadação em 2016 foi quase o dobro da registrada em 2017, razão pela qual o PLOA, que teve como base a arrecadação do segundo semestre de 2016, trazia uma estimativa consideravelmente superior.
16100411	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	32265	ANP	347.643.085	141.989.650	-205.653.435	Para ambas receitas a arrecadação em 2017 correspondeu a menos da metade da registrada em 2016, razão pela qual o PLOA, que teve como base a arrecadação do segundo semestre de 2016, trazia uma estimativa consideravelmente superior.
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	20415	EBC	81.785.644	47.228.584	-34.557.060	
16100311	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	44201	Ibama	26.115.540	0	-26.115.540	A arrecadação em 2017 registrou apenas R\$ 12 mil, razão pela qual a estimativa para 2018 está zerada, tendo em vista tratar-se de valor irrelevante para fins orçamentários.
00111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	25201	Banco Central do Brasil	240.922.840	355.847.007	+ 114.924.167	A arrecadação efetiva em 2017 superou a de 2016 em mais que o dobro, justificando o acréscimo na atual estimativa em relação ao PLOA.



Demais Receitas (+ R\$ 420,4 milhões)

Cota-Parte Adicional Frete Renovação Marinha Mercante (+ R\$ 185,2 milhões), Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia (+ R\$ 144,2 milhões), Pensões Militares (+ R\$ 110,4 milhões), Outras Contribuições Econômicas (+ R\$ 74,5 milhões), Taxas por Serviços Públicos (+ R\$ 70,3 milhões), Outras Contribuições Sociais (+ R\$ 10,5 milhões), Rendas da SPU (+ R\$ 1,9 milhão) e ATAERO (+ R\$ 1,9 milhão): as variações decorreram da incorporação dos valores arrecadados no segundo semestre de 2016 e da revisão dos parâmetros de projeção.

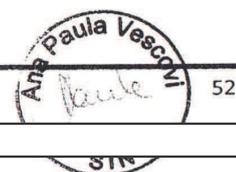
DPVAT (- 442,5 milhões): a queda na estimativa reflete a redução de 35% no valor do prêmio do seguro, exceto para motocicletas, estabelecida pela Resolução CNSP nº 351, de 20 de dezembro de 2017.

Honorários Advocatícios (- R\$ 30,8 milhões): a tendência é que essa receita não seja mais arrecadada em função da publicação da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, que deu caráter privado a tais verbas. Ainda verifica-se o registro de arrecadação de pequenos valores em favor do poder público, e por isso mantém-se uma estimativa de R\$ 3,1 milhões.

Alienação de Bens (- R\$ 5,3 milhões): a redução na estimativa reflete queda na arrecadação de 2017 comparativamente a 2016, cujo segundo semestre havia servido de base para a estimativa constante do PLOA.

Outras (+ R\$ 323,5 milhões): os principais acréscimos ocorreram nas seguintes receitas:

- a) 19901211 – “Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa – Principal” na UO 25104 – PGFN (+ R\$ 204,2 milhões): como o registro de arrecadação dessa receita tem sido feito de maneira irregular, havendo diversos meses sem registro e em seguida o registro acumulado, a estimativa por ocasião do PLOA ficou prejudicada e subestimada;
- b) 19909914 – “Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros” (+ R\$ 61,1 milhões) e 19230111 – “Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde – Principal” na UO 36901 – FNS (+ R\$ 60,5 milhões): os acréscimos refletem aumento de arrecadação em relação ao previsto no segundo semestre de 2016, impactando as novas estimativas.



ANEXO VI - Histórico das Avaliações

Discriminação	R\$ milhões		
	PLOA-2018	LOA 2018	Avaliação de Fevereiro
I. RECEITA TOTAL	1.456.469	1.462.052	1.460.655
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	886.689	890.255	880.924
I.1.1. Imposto de Importação	38.228	38.411	38.776
I.1.2. IPI	52.107	52.322	54.674
I.1.3. Imposto sobre a Renda	351.342	352.436	340.247
I.1.4. IOF	37.951	38.134	37.869
I.1.5. COFINS	241.889	243.079	244.221
I.1.6. PIS/PASEP	64.843	65.159	65.831
I.1.7. CSLL	71.905	72.243	72.080
I.1.8. CIDE - Combustíveis	6.346	6.378	5.999
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.078	22.092	21.227
I.2. Incentivos Fiscais	0	0	0
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	403.426	405.338	403.284
I.3.1. Projeção Normal	391.879	393.791	390.952
I.3.2. Ressarc. de desonerações previdenciárias	11.547	11.547	12.332
I.4. Outras Receitas	166.354	166.459	176.447
I.4.1. Concessões e Permissões	18.894	18.894	20.244
I.4.2. Complemento do FGTS	5.460	5.460	5.550
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	15.933	15.933	14.150
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	21.586	21.692	21.357
I.4.5. Cota-Parte de Compensações Financeiras	44.908	44.908	51.466
I.4.6. Dividendos e Participações	6.782	6.782	8.862
I.4.7. Operações com Ativos	2.530	2.530	4.950
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	14.389	14.389	13.576
I.4.9. Demais Receitas	35.872	35.872	36.293
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	243.524	244.220	243.863
II.1. Cide combustíveis	1.813	1.822	1.713
II.2. Compensações Financeiras	27.867	27.867	32.344
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.952	13.015	12.814
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	190.505	191.129	186.838
II.5. Fundos Constitucionais	8.771	8.771	8.521
II.6. Demais	1.617	1.617	1.632
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.212.945	1.217.832	1.216.793
IV. DESPESAS	1.371.945	1.373.365	1.371.598
IV.1. Benefícios da Previdência	596.268	596.268	592.372
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	296.924	296.922	302.556
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	228.569	213.113	210.045
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	62.587	62.587	56.896
IV.3.2. Anistiados	275	275	275
IV.3.3. Auxílio à CDE	0	0	0
IV.3.4. Benefícios de Leg. Especial e Indenizações	724	724	724
IV.3.5. Benefícios LOAS/RMV	55.959	55.959	55.904
IV.3.6. Complemento do FGTS	5.460	5.460	5.550
IV.3.7. Créditos Extraordinários	0	0	1.192
IV.3.8. Comp. ao RGPS pelas desonerações da folha	11.547	11.547	12.332
IV.3.9. Convênios/Doações (Poder Executivo)	0	0	0
IV.3.10. Fabricação de Cédulas e Moedas	881	881	881
IV.3.11. Fundef / Fundeb - Complementação	14.054	14.054	13.731
IV.3.12. Fundo Constitucional do DF	1.655	1.655	1.655
IV.3.13. Fundos FDA, FDNE e FDCO	0	0	0
IV.3.14. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	14.636	14.888	14.888
IV.3.15. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.900	1.920	1.920
IV.3.16. Reserva de Contingência	13.945	0	0
IV.3.17. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	14.586	14.586	15.086
IV.3.18. Subsídios, Subvenções e Proagro	23.846	20.346	22.251
IV.3.19. Transf. ANA-Receitas Uso Recursos Hídricos	297	297	290
IV.3.20. Transferência Multas ANEEL	933	933	950
IV.3.21. Impacto Primário do FIES	5.283	5.283	3.802
IV.3.22. Financiamento de Campanha Eleitoral	0	1.716	1.716
IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	137.629	137.578	137.709
IV.5. Despesas Discricionárias	112.554	129.485	128.915
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-159.000	-155.533	-154.805
VI.1. Resultado do Tesouro	33.842	35.398	34.284
VI.2. Resultado da Previdência Social	-192.842	-190.931	-189.089
VI. AJUSTE METODOLÓGICO	0	0	0
VII. DISCREPANCIA ESTATÍSTICA	0	0	0
VIII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI+VII)	-159.000	-155.533	-154.805

Ana Paula Vescovi

53

SEAF/SOF/MA

ANEXO VII - Mínimos Constitucionais de Saúde e de Educação**Mínimo Constitucional de Saúde (EC 86/2015)
Avaliação Extemporânea de Fevereiro de 2018**

Discriminação	R\$ milhões
A. Mínimo ASPS de 2017 ⁽¹⁾	109.088,1
B. Percentual de Aplicação (IPCA 12 meses) ⁽²⁾	3,00%
C. Valor do Mínimo para 2018 (C) = (A)*(1+B)	112.360,8
D. Reposição RAP Cancelado	-
E. Total Despesas (ASPS) ⁽³⁾	119.311,0
F. Excesso (+) ou Frustração (-) em relação ao mínimo (F) = (C)+(D)-(E)	6.950,2

Fonte/Elaboração: SOF/MP

(1) 15% da RCL realizada em 2017, que foi de R\$ 727.254,3 milhões, conforme Portaria STN nº 69, 29/01/2018

(2) De acordo com o art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

(3) Este valor ainda não considera o cancelamento de R\$ 1.130,0 milhões indicado no presente relatório, página 18.

**Mínimo Constitucional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Avaliação Extemporânea de Fevereiro de 2018**

Discriminação	R\$ milhões Dotação Atual 2018
A. DESPESA MDE (DO MÍNIMO CONSTITUC.) (B+C)	64.094,9
B. DESPESAS NÃO SUJEITAS A LIMITES	53.516,2
Pessoal e Encargos	46.028,3
Benefícios ao Servidor	2.787,5
Complementação da União ao FUNDEB	4.216,3
Outras Despesas Obrigatórias MEC	484,1
C. DESPESAS SUJEITAS A LIMITES	10.578,7
D. MÍNIMO CONSTITUCIONAL MDE 2017 ⁽¹⁾	48.981,0
E. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (IPCA 12 meses) ⁽²⁾	3%
F. VALOR MÍNIMO PARA 2018	50.450,4
E. EXCESSO (+) OU FRUSTRAÇÃO (-) EM RELAÇÃO AO MÍNIMO (F-A)	13.644,5

(1) 18% dos impostos arrecadados em 2017 líquidos de transferência, conforme Portaria STN nº 69, 29/01/2018

(2) De acordo com o art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias



ANEXO VIII - Disposições Legais

O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, LDO-2018, por sua vez, estabelece, em seu art. 56, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

Adicionalmente, o § 4º do citado art. 56 determina ao Poder Executivo divulgar na internet e encaminhar ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II - a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais;

III - a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV - os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do resultado primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos referentes às empresas que responderem pela variação;

VI - a justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores;

VII - detalhamento das dotações relativas às despesas obrigatórias com controle de fluxo financeiro, com a identificação dos respectivos órgãos, programas, ações e valores envolvidos; e



ANEXO IX – Demonstrativo Transferências Constitucionais

R\$ milhões

Discriminação	LOA (a)	Avaliação (b)	Espaço para Crédito (a) - (b)
I. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	244.220,3	243.862,8	(357,5)
II.1. Cide combustíveis	1.822,4	1.712,7	(109,7)
0999 - Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis	1.849,5	1.739,8	(109,7)
Float	(27,1)	(27,1)	-
II.2. Compensações Financeiras	27.866,6	32.344,1	4.477,5
0A53 - Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)	22.736,9	27.131,2	4.394,3
PO Pagamento Sentença de Correção Monetária	-	1,8	1,8
0223 - Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art. 1º)	663,1	663,1	-
0546 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de	1.505,3	1.512,1	6,7
0547 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001,	2.961,4	3.036,1	74,7
II.3. Contribuição do Salário Educação	13.015,0	12.814,0	(201,0)
0369 - Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)	13.015,0	12.814,0	(201,0)
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	191.128,7	186.838,4	(4.290,3)
0044 - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)	69.625,7	67.926,3	(1.699,4)
0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)	80.954,7	78.984,1	(1.970,7)
0046 - Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159)	4.186,8	4.373,9	187,1
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -	36.653,8	35.846,5	(807,3)
FLOAT	(292,30)	(292,30)	-
II.5. Subsídio aos Fundos Constitucionais	8.771,0	8.521,1	(249,9)
0029 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste	2.428,5	2.369,5	(59,0)
0030 - Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste	3.642,8	3.554,3	(88,5)
0031 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste	3.642,8	3.554,3	(88,5)
0534 - Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO)	2.428,5	2.369,5	(59,0)
Superávit Fundos	-3.371,7	-3.326,5	45,3
II.5. Demais	1.616,5	1.632,5	15,9
006M - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.051,4	1.066,1	14,7
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -	262,8	266,5	3,7
00H6 - Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989)	33,6	33,5	(0,1)
0169 - Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 9.615, de 1998)	165,9	165,9	-
0C03 - Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)	2,7	2,7	-
00PX - Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio	100,2	97,8	(2,4)



57



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2018

Requer, nos termos do art. 40, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior como representante do Senado Federal, da Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar por ocasião da 72ª Assembleia Geral da ONU, na cidade de Nova York, Estados Unidos, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2018. Comunica, em cumprimento ao artigo 39, inciso I, c/c o art. 13 do Regimento Interno, que estará ausente no período de 21 a 26 de fevereiro para o desempenho da referida missão.

AUTORIA: Senador Gladson Cameli (PP/AC)

DESPACHO: Deferido



[Página da matéria](#)



Deferido nos
Termos do art. 41
do RISF.

Em 15/02/18

REQUERIMENTO Nº 23, de 2018

Excelentíssimo Senhor **Presidente**,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 40 inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, da Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar por ocasião da 72ª Assembleia Geral da ONU, que se realizará em Nova York, Estado Unidos, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2018.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I, c/c o Artigo 13 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 21 a 26 de fevereiro do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Senador Gladson Cameli
PP-AC

Recebi em
9.2.2018
Jilder





SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 03 /2018-PRESID

Brasília, 08 de FEVEREIRO de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CIRO NOGUEIRA**
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Referência: Documento nº 00100.014148/2018-31

Senhor Presidente,

Nos termos da solicitação do Ofício nº 001/18, autorizo a participação do Senador **Gladson Cameli** na Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar por ocasião da 72ª Assembleia Geral da ONU, a ser realizada nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2018, na cidade de Nova York, EUA, nos termos da alínea "a" inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



Término de Prazo



Encerrou-se no dia 9 de fevereiro o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2017.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-MARROCOS





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2017 DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - MARROCOS, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 14h30, NO PLENÁRIO Nº 07, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DESTINADA À DELIBERAÇÃO DE TEMAS RELEVANTES PARA A DIPLOMACIA PARLAMENTAR ENTRE O BRASIL E O REINO DO MARROCOS.

Às quatorze e trinta horas do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, na sede do Senado Federal, no plenário nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Parlamentares membros do **GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - MARROCOS**, de acordo com a lista de presença anexa, contando também com a participação do Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil, o Excelentíssimo Senhor NABIL ADGHOGHI e do Senador FERNANDO COLLOR, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Os trabalhos foram abertos pelo Presidente do Grupo, o Senador CRISTOVAM BUARQUE, que deu consecução à seguinte pauta: 1) Ratificar, conforme documento aprovado pelo Grupo Parlamentar de Amizade entre a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e o Senado Federal da República Federativa do Brasil, presidido por Sua Excelência o Sr. ABDELLATIF ADBOUH, o Plano de Ação e o intercâmbio de Visitas Parlamentares; 2) Deliberar sobre o Programa de Trabalho do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos (Senado Federal); 3) Acolher considerações acerca das relações bilaterais por convidados presentes, representando o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Por último, o Presidente determinou à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento que adotasse as providências necessárias aos registros e publicação no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 16h00; e eu, Silvânia Alves de Azevedo, Silvânia Alves de Azevedo, Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Presidente, com a lista de presença da reunião, que passa a fazer parte integrante desta Ata. Encaminhe-se à publicação no Diário do Senado Federal.

Brasília, 07 de dezembro de 2017.

Senador Cristovam Buarque
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Marrocos





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
GPARBMAR, 07/12/2017 às 14h30 - 02ª, Reunião
Grupo Parlamentar Brasil - Marrocos

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTES
ACIR GURGACZ	PRESENTE	
ANA AMÉLIA		
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	
CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE	
FERNANDO COLLOR	PRESENTE	
JORGE VIANA		
JOSÉ AGRIPINO		
ROBERTO REQUIÃO		
WILDER MORAIS		

Não Membros Presentes

CIDINHO SANTOS
JOSÉ PIMENTEL
PAULO PAIM
VICENTINHO ALVES
LASIER MARTINS





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 1

07/12/2017

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um! Em primeiro lugar, quero fazer dois agradecimentos especiais: ao Embaixador Abdellatif Abdouh e ao Presidente Collor, que foi o inspirador desse grupo, depois de uma viagem que fez ao Marrocos. Eu fui privilegiado quando ele me consultou para saber se eu aceitaria estar aqui coordenando esse Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Marrocos. É claro que eu aceitei na hora pela amizade que tenho pelo Marrocos já faz muitos anos, através de sucessivos embaixadores que aqui estiveram.

Nesta função de coordenador deste grupo, declaro aberta a 2ª Reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, que, nesta tarde, assume o título de Brasil-Marrocos Rumo a uma Parceria Global.

Os objetivos são:

1- Ratificar, conforme documento aprovado pelo Grupo Parlamentar de Amizade entre a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e o Senado Federal da República Federativa do Brasil, presidido por S. Exª o Sr. Embaixador Abdellatif Abdouh, o Plano de Ação e o intercâmbio de Visitas Parlamentares;

2- Deliberar sobre o Programa de Trabalho do Grupo Parlamentar; e

3- Considerações acerca das relações bilaterais por nossos convidados, que aqui estão representando os Ministérios das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação, Cultura, Turismo e Indústria e Comércio.

Abriria, dando a palavra a cada um, para poder dizer uma palavra ou outra, duas ou três, ou quantas quiser, sobre a pasta respectiva e a relação com o Marrocos.

Agradeço a presença do Embaixador do Cazaquistão, que aqui nos prestigia, e informo que, além da honra de termos o Embaixador do Cazaquistão, temos também, aqui, obviamente, o Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, Diretor do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores; que participa também o Marcelo Baumbach, que é Secretário de Assuntos Estratégicos da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE); a Ministra Carla Barroso, que deverá estar chegando ainda, que é Assessora Especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Educação; o Sr. José Guilherme Leal, que é auditor fiscal federal de agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A todos agradeço a presença.

Então, passando à pauta, que é ratificar, conforme documento aprovado pelo Grupo Parlamentar de Amizade entre a Câmara dos Conselheiros do Reino e o Senado da República, o Plano de Ação.

Precisamos fazer a leitura do documento.

Introdução

Em conformidade com as decisões da Mesa Diretora da Câmara dos Conselheiros voltadas a dinamizar a atuação dos grupos de amizade parlamentares com vários parlamentos do mundo, o Grupo de Amizade entre a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e o Senado Federal da República Federativa do Brasil, presidido por Sua Excelência o Sr. Abdellatif Abdouh (Grupo Parlamentar de Equidade e Igualdade do Partido Istiqlal), foi formado sob a liderança dos excelentíssimos conselheiros:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 2

07/12/2017

- Sr. Rachid El Menyari (Grupo Parlamentar União Marroquina do Trabalho – UMT), Vice-Presidente;
- Sr. Mohamed Razama (Grupo Parlamentar União Nacional dos Independentes – RNI), Relator; Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Fronteiras e Territórios Marroquinos Ocupados na Câmara dos Conselheiros;
- Sr. Ibrahim El Chkili (Grupo Parlamentar Autenticidade e Modernidade – PAM), membro do grupo;
- Sr. Abdekrim El Mehdi (Grupo Parlamentar Confederação Geral das Empresas do Marrocos – CGEM), membro do grupo;

Vê-se, Sr. Presidente Collor, que é um grupo do mais alto nível de que fazem parte esses conselheiros do Marrocos do Grupo Parlamentar de Amizade com o Brasil.

INTERCÂMBIO DE VISITAS PARLAMENTARES

- A visita de trabalho do Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Brasil e ex-Presidente da República, realizada de 18 a 26 de julho de 2017 no Marrocos, foi uma oportunidade para abordar detidamente com vários líderes parlamentares e governamentais temas de interesse comum. A questão do fortalecimento da cooperação econômica e comercial entre os dois países mostrou-se de suma relevância para ambas as partes, tendo em vista o potencial econômico do Marrocos e do Brasil e sua abertura aos mercados regionais [respectivamente, África e América Latina] no contexto do fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

- Esses assuntos foram retomados e aprofundados pelas duas partes ao fim do almoço de trabalho oferecido pelo Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros responsável pela diplomacia parlamentar e comunicação (Sua Excelência o Sr. Abdessamad Kayouh), o Presidente Abdouh e o Vice-Presidente do Grupo Menyari, na presença de Sua Excelência o Sr. José Humberto de Brito Cruz, Embaixador do Brasil em Rabat. Tal evento deu-se por ocasião da participação do Senador Collor numa conferência temática organizada pela Academia do Reino, além das conversas mantidas com o presidente da Câmara dos Representantes, o Sr. El Habib Elmalki, durante a semana de 20 a 23 de novembro de 2017.

Eu peço licença para ler uma proposta de Projeto de Plano de Ação. Nesse projeto de plano de ação, o que nós temos é que:

Nas comunicações mantidas entre o Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros responsável pela diplomacia parlamentar e comunicação, Sua Excelência o Sr. Conselheiro Abdessamad Kayouh, e Sua Excelência o Sr. Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Brasil, em 20 de julho de 2017, na presença do Presidente e de membros do Grupo Parlamentar de Amizade Marrocos-Brasil na Câmara dos Conselheiros, as duas partes discutiram uma série de assuntos a partir dos quais se pode esboçar um plano de ação de cooperação entre o Grupo de Amizade Marrocos-Brasil e seu congêneres no Senado brasileiro:

- Permanecer na linha da bem-sucedida visita histórica de Sua Majestade o Rei Mohammed VI à República do Brasil em 2004 e de suas perspectivas promissoras de um fortalecimento acentuado das relações marroquino-brasileiras em várias áreas;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 3

07/12/2017

E aqui estamos para discutir a possibilidade de ouvir sugestões sobre essas áreas dos senhores representantes dos Ministros.

- Destacar a importância da cooperação parlamentar no fortalecimento e na manutenção das relações de parceria entre a Câmara dos Conselheiros do Marrocos e o Senado do Brasil, contribuindo assim para consolidar as relações de amizade existentes entre os dois países e os dois povos;
- Estabelecer, conforme acordado, uma comissão mista composta pelos dois Presidentes das comissões de relações exteriores e dos Presidentes dos grupos parlamentares de amizade de ambas as Casas a fim de acompanhar a implementação das ações de cooperação mutuamente acordadas e contribuir essencialmente para dar um impulso concreto e significativo a esta cooperação parlamentar;
- Priorizar a ação dos dois grupos parlamentares de amizade entre as duas instituições legislativas, como ponte entre as duas Casas, com ênfase no acompanhamento e na implantação de mecanismos de cooperação parlamentar;
- Fortalecer a coordenação e a comunicação entre os dois grupos respectivos por meio de consultas destinadas essencialmente a fazer perdurar suas atividades conjuntas, levando em consideração: a posição geoestratégica dos dois países, sua abertura para novos mercados na ótica da cooperação Sul-Sul e fortalecer as relações econômicas e comerciais entre as duas partes, promovendo parcerias inovadoras que se beneficiem das animadoras oportunidades de investimento entre os dois países;
- Incentivar o intercâmbio de experiências entre os integrantes dos dois grupos de amizade em questões relacionadas à cooperação parlamentar: Legislação e Controle, Diplomacia Parlamentar e Avaliação de Políticas Públicas, por meio de visitas periódicas destinadas a fortalecer os laços de amizade e cooperação com base em uma história comum, respeito profundo e compreensão mútua;
- Organizar um seminário sobre formas de fortalecer as relações marroquino-brasileiras, particularmente econômicas e comerciais, com a presença de representantes do Parlamento brasileiro e de especialistas nacionais e internacionais, em coordenação com os setores governamentais envolvidos e a Embaixada do Brasil em Rabat;
- Realizar consultas extensas entre as duas instituições sobre uma série de questões regionais e internacionais em fóruns parlamentares internacionais para promover a paz e a segurança internacionais e alcançar o desenvolvimento sustentável;
- Institucionalizar a cooperação entre as duas partes por meio da assinatura de um memorando de entendimento e cooperação entre a Câmara dos Conselheiros do Marrocos e o Senado do Brasil, abrangendo todas as propostas mencionadas no plano de ação que os dois grupos de amizade parlamentares decidam implantar de comum acordo.

Isso é um projeto de um plano que temos como intenção.

Dito isso, quero abrir a palavra inicialmente...

Com esse Projeto de Ação em mãos que recebemos da nossa contraparte no Reino do Marrocos, no Conselho, eu coloco em discussão se há alguém que queira fazer algum comentário.

Lamentavelmente, nas quintas-feiras à tarde é difícil termos Senadores presentes.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 4

07/12/2017

Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTC - AL) – Ex^{mo} Sr. Presidente do Grupo Parlamentar da Amizade Brasil-Marrocos, Senador Cristovam Buarque, Ex^{mo} Sr. Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil, que nos dá a honra de sua presença aqui, Embaixador Adghoghi, S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos, acaba de ler a sugestão de um Plano de Ação enviado pelo nosso homólogo na Câmara dos Conselheiros do Marrocos. Câmara dos Conselheiros, que é o equivalente ao Senado Federal no Reino do Marrocos.

Então, é a proposta que eles fazem, os nossos companheiros, Conselheiros da Chambre des Conseillers do Marrocos.

S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, Presidente deste Grupo, coloca à deliberação do Plenário, aqui formado pelos Srs. Senadores que compõem o Grupo de Amizade Brasil-Marrocos.

Coloca em deliberação e, em seguida, em votação.

Gostaria de agregar a isso que acabou de ler S. Ex^a o Presidente Cristovam Buarque, que, quando lá estive, em visita ao Reino do Marrocos, fomos recebidos pelo grupo já formado no Reino do Marrocos, na Chambre des Conseillers do Marrocos, pelo Grupo de Amizade Brasil-Marrocos.

Conversamos bastante sobre as nossas relações, sobre o que é que nós poderíamos incrementar, em que áreas poderíamos avançar mais. Notadamente tratamos muito da questão do Acordo Mercosul-Marrocos. Mas várias outras áreas foram abrangidas na relação bilateral, também, do Brasil e do Reino do Marrocos.

Eles ficaram de mandar esse trabalho, que agora foi lido pelo Presidente Cristovam Buarque. Nós também teremos a oportunidade de aprovar ou não o nosso programa de trabalho, a nossa sugestão, que depois seguirá para eles para que também deliberarem a respeito.

Por isso, gostaria de aditar que essa proposta desse Plano de Ação que a Chambre des Conseillers nos oferece é um plano de ação que foi tratado com a presença, inclusive, do Embaixador do Brasil em Rabat, do Embaixador Brito, que participou desses entendimentos, com o conhecimento, passo a passo, do Embaixador do Marrocos no Brasil, Embaixador Adghoghi. Então, todos são conhecedores desse assunto, do teor desse documento.

Por isso, se me permite o Sr. Presidente Cristovam Buarque, gostaria de encaminhar favoravelmente à aprovação desse plano de ação apresentado pelo Grupo de Amizade Marrocos-Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PPS - DF) – Antes de passar para a aprovação pelos Senadores presentes, quero dizer que uma satisfação que eu tenho ao ler a proposta é a repetição, a ênfase, na ideia de cooperação Sul-Sul.

Nesse sentido eu creio, Sr. Embaixador, Presidente Collor, que nós deveríamos comunicar ao assessor do Secretário-Geral das Nações Unidas que se dedica à cooperação Sul-Sul, para dizer que aqui temos um grupo. Trata-se de uma pessoa muito ligada ao Brasil porque foi o representante do PNUD aqui em Brasília por muitos anos. Esteve aqui, inclusive, faz 15 dias, visitando o Brasil, o Chediek. Gostaria de dizer a ele: creio que vai haver uma certa satisfação de que há um grupo de Parlamentares com essa preocupação na cooperação Sul-Sul.

Segundo, não agora, mas depois de conversa com o Presidente Collor, que é o grande entusiasta dessa relação e com o Embaixador, poderemos trabalhar um cronograma, para não ficarmos apenas nas intenções.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 5

07/12/2017

Creio que não é difícil trabalhar, por exemplo, o cronograma do item 5 ou 6, não lembro o número, que fala em visitas periódicas, como também é possível o item seguinte, de organizar um seminário sobre forma de fortalecer as relações marroquino-brasileiras. Eu creio que a ideia desse seminário nós podemos discutir logo depois, para tentarmos ter uma data no próximo ano ou no primeiro semestre para fazermos isso. Como o Presidente Collor esteve no Marrocos, provavelmente eu creio que podemos reivindicar que esse seminário seja aqui, trazendo os Parlamentares que venham do Marrocos.

Então, são esses dois pontos: comunicar isso à entidade, ao órgão, ao assessor que cuida de Sul-Sul nas Nações Unidas, e trabalharmos, a partir de hoje à noite, que vamos estar juntos, ou na próxima semana, a definição de um cronograma de ações.

Eu ponho, então, em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. *(Pausa.)*

Está aprovado, e agora, o plano, inicialmente, elaborado no Marrocos, passa a ser um plano dos dois países, dos dois blocos parlamentares.

Pergunto se o Embaixador quer fazer uso da palavra.

O SR. NABIL ADGHOGHI – Sim, por favor.

Muito obrigado, Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Sr. Senador Cristovam Buarque, Sr. Embaixador Luiz Henrique, grande amigo, também Gisela, grande amiga, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores. Eu gostaria de reiterar meus agradecimentos a todos os Senadores que aceitaram fazer parte, integrar, de fato, esse Grupo de Amizade Brasil-Marrocos dentro do Senado Federal do Brasil, e expressar minha plena satisfação pela adoção hoje do plano de ação sugerido pela Chambre des Conseillers do Reino do Marrocos, para esboçar um *roadmap*, um cronograma, como o Sr. Presidente disse agora há pouco, para aproximar as duas instituições legislativas de Marrocos e Brasil.

Hoje em dia, senhores, a relação entre nossos dois países se destaca por duas ou três peculiaridades muito importantes: a primeira é o compartilhamento entre os nossos dois países de valores de democracia, de abertura, de tolerância para com os direitos humanos, isso é muito importante. A segunda é a visão convergente entre nossos dois países, duas diplomacias, *mutatis mutandis*, pela agenda do desenvolvimento sustentável, pela prevalência do multilateralismo, sobretudo no comércio internacional, pela proteção do meio ambiente, como o Marrocos teve a oportunidade de expressar quando organizou a COP 22, e pela promoção da *pro-gendre*, de *gender approach*, do papel da mulher. E, também, esse é um fato muito importante, foi dito agora há pouco, é que nossos dois países têm a mesma convicção de que uma parceria Sul-Sul de uma nova geração, o novo conceito do Sul-Sul poderia ser muito útil para o equilíbrio geopolítico mundial.

Por esses motivos, temos – Marrocos e o Brasil – o potencial de construir uma parceria global, como, aliás, foi adotado como emblema do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. Essa é a palavra-chave. Bom, talvez se diga, hoje em dia, que é uma palavra muito usada, e até se perde a substância daquela parceria estratégica. Todo mundo quer construir parceria estratégica com todo mundo. Mas o Marrocos e o Brasil temos a lucidez de construir uma parceria global que abrange muitos setores e que tem potencial. Depois, a gente vai conversar sobre o marco jurídico, sobre a implicação de cada vez mais atores nessa parceria.

Isso é o que distingue, hoje em dia, a relação entre o Marrocos e o Brasil, porque não é refém somente dos governos ou refém dos atores privados ou de outros setores. Cada vez são mais os atores que se envolvem nessa parceria. Isso eu acho que é um fato, um capital muito





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 6

07/12/2017

precioso que temos que potencializar entre os dois países para esboçar, para imaginar uma parceria Sul-Sul inovadora, como falei antes.

É um fato muito importante porque também, devido às prerrogativas cada vez mais crescentes do parlamento marroquino, tanto a Chambre des Conseillers quanto a Chambre de Représentants, a câmara baixa, têm mais prerrogativas na formulação das políticas públicas, no controle das políticas públicas e também na ratificação dos tratados, dos convênios internacionais.

É muito importante que a diplomacia parlamentar esteja presente nessa parceria, porque vai permitir que os Srs. Senadores e os Conselheiros, os seus homólogos, no Marrocos, se apropriem, cada vez mais, da agenda bilateral, eu diria, para cobrar mais dos governos dos dois países, em termos de acordos, de implementação de convênios assinados. Isso é muito importante para criar essa interação entre os governos e os legislativos, porque é bom assinar acordos, mas é muito melhor implementá-los. Nós temos mania nas chancelarias de assinar acordos demais com muitos países, mas o mais importante é implementá-los.

Eu acho que Marrocos e Brasil temos esse potencial, essa determinação, esse engajamento dos governos de dar prosseguimento, de operacionalizar tudo que vai ser assinado entre os dois países.

Nesse respeito, acredito que o Presidente Fernando Collor de Mello percebeu o compromisso claro por parte da Chambre des Conseillers du Maroc, durante a visita oficial que o senhor efetuou em julho passado, e também em novembro passado, quando o senhor foi convidado pela Académie du Royaume du Maroc para fazer a palestra inaugural de um ciclo de conferência sobre a América do Sul como horizonte do pensamento para o Marrocos. Isso demonstra o interesse crescente do Marrocos para se abrir ao Brasil e à América Latina.

Senador Presidente, também estão aguardando a confirmação da sua ida a Marrocos no mês de abril, mas, como eu falei, *a priori*, eu me permiti já confirmar a sua participação.

De uma maneira geral, Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu acho que o ano de 2017, já que estamos no mês de dezembro, foi um ano bastante rico e promissor no sentido de fortalecer a relação bilateral entre Marrocos e Brasil. Além da dimensão parlamentar, marcada pela visita de S. Ex^a na criação do grupo de amizade no Senado Federal e na criação de um grupo homólogo na Chambre des Conseillers; além dessa dimensão parlamentar, como eu falei, as duas chancelarias realizaram consultas políticas quando os Embaixadores Abreu e Sobreira visitaram o Marrocos em maio de 2017.

Outro fato que ocorreu, depois de uma parada, um *stand-by* de nove anos, foi que Marrocos e Mercosul retomaram negociações em novembro passado aqui, em Brasília – aproveitamos o Presidente *pro tempore* do Mercosul para retomar essas negociações. O objetivo é chegar a um acordo daqui a um ano, um ano e meio, um acordo de livre de comércio. Como o Sr. Fernando Collor disse, para a mídia marroquina e na Académie du Royaume du Maroc, não podemos ficar dando as costas. Essa é uma palavra muito importante, porque temos todo o potencial para erguer esse Atlântico Sul como novo polo de crescimento dentro da economia mundial.

Como falei antes, também trabalhamos bastante para ampliar e enriquecer o marco jurídico, com a finalização de muitos acordos e convênios prontos, a serem assinados durante a próxima visita do Chanceler marroquino aqui ou em outra oportunidade. Mas, de qualquer jeito, no decorrer de 2018, haverá um acordo em matéria de cooperação e facilitação de investimentos; um acordo em matéria de defesa; um acordo em matéria de bitributação dos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 7

07/12/2017

serviços aéreos e marítimos; um *package* de acordos em matéria de cooperação judiciária – extradição, transferência de pessoas.

E, também, para destacar essa vocação global da nossa parceria, estamos envolvendo a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) com sua homóloga marroquina para acrescentarem uma cooperação técnica bilateral, mas também para pensarem, juntas, em parcerias, em cooperação triangular, tripartite, junto aos países da África Ocidental, onde o Brasil tem uma presença destacada e também onde o Marrocos tem bastantes interesses. Há espaço para as duas agências trabalharem juntas com a África.

Também um dos projetos mais promissores na área de cooperação técnica é um MoU (Memorandum of Understanding) entre a Embrapa e o Ministério da Agricultura do Marrocos para desenvolver e trocar *expertises*, sobretudo na agricultura da região semiárida.

Também, por outro lado, a dimensão de defesa é muito presente porque, além desse acordo que já está pronto, uma comitiva marroquina de alto nível participou do lado da França, que aconteceu no Rio de Janeiro no mês de maio passado.

Há duas semanas, uma comitiva brasileira participou do evento internacional em Marraquexe sobre a área pesqueira, aproveitamos justamente da ida da comitiva brasileira para fazer o *go-between*, para organizar um encontro dos brasileiros, do Sr. Dayvison de Souza.

Ah, o.k. Foi virtual, um encontro que organizei, muito obrigado por nos honrar, na área pesqueira por que o Marrocos possui uma indústria pesqueira bastante evoluída. Eu acho que os dois setores vão buscar como trabalhar juntos.

Na esfera acadêmica, além da participação de S. Exª na *Academie Du Royaume Du Maroc* no ciclo de conferências, com a participação de S. Exª e também do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que me deu um acordo de princípios para participar desses eventos, estamos trabalhando para aproximar a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) com o *Institut Royal des Etudes Stratégiques*, um *think tank* institucional, que depende do gabinete real para trabalharem juntos sobre um livro coletivo. Um livro que terá vários acadêmicos e universitários que vão pensar, refletir sobre a relação Marrocos/Brasil no horizonte até 2030, daqui a uns 15 anos, como o Brasil/Marrocos poderiam enxergar esse horizonte.

A partir de uma perspectiva estratégica, o Marrocos se envolve para desenvolver uma parceria com o Brasil. Esse ano de 2017 foi um ano muito importante para nós porque acabamos de reintegrar a União Africana, depois de 30 anos e pouco em que ficamos de fora, apesar de que o Marrocos foi o país fundador da Organização da Unidade Africana, e agora voltamos. E, semana que vem, *a priori*, o Marrocos virará o décimo sexto membro da Ecowas, o bloco econômico da África Ocidental, o bloco econômico mais, para nós, importante porque tem um potencial muito grande de integração econômica e comercial.

Marrocos também lançou, Sua Majestade o Rei Mohammed VI, esse projeto de gasoduto Nigéria–Marrocos, que vai modificar, vai mudar o mapa energético-econômico da África Ocidental.

Também fizemos uma parceria na área de adubos e fertilizantes com Etiópia no valor de US\$2,5 bilhões, para que a Etiópia chegue à autossuficiência em termos de adubos e fertilizantes até o ano de 2023.

Outro aspecto muito importante e decisivo este ano foi que o Marrocos virou o primeiro país da África Ocidental a integrar a iniciativa chinesa One Belt One Road (OBOR). Isso é um fato muito importante. Ontem, eu li que a China está convidando a América Latina e o Brasil para integrar esse esquema de facilitação de comércio através de fortalecimento das infraestruturas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 8

07/12/2017

É uma iniciativa que nós achamos que vai modificar muito o mapa geoeconômico mundial daqui uns 15, 20 anos.

O fato de o Marrocos integrar essa iniciativa chinesa vai fortalecer a nossa vocação afro-atlântica, porque, durante 30 anos, o Marrocos se definia como um país euromediterrâneo, que dava a primazia, a prioridade para relações com a União Europeia, com o Mediterrâneo. Agora, além dessa vertente euromediterrânea – como o porta-avião, é muito difícil de mudar –, nossa vocação é de acrescentar mais nossa abertura africana, para a África, o nosso continente de pertencimento, mas também junto ao Atlântico Sul. É aí que reside o interesse estratégico para que o Marrocos e o Brasil, juntos, imaginem uma fisionomia nova para a geoeconomia do Atlântico Sul.

Foram essas considerações, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito.

Mais uma vez, para mim, como Embaixador de Sua Majestade o Rei aqui no Brasil, é um grande motivo de satisfação ver o Senado Federal se interessar e se envolver para fortalecer essa parceria. O lado bom é que eu vou pressionar amigavelmente a Chambre des Conseillers do Reino do Marrocos de seguir a mesma dinâmica para essa apropriação da agenda bilateral para fazer um cronograma bem visível para que 2018 seja marcado por visitas, trocas de visitas, por uma apropriação cada vez maior do Paramentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Somos nós que agradecemos, Embaixador Nabil.

Cumprimento a Ministra Carla Barroso, que está presente e que representa o Ministério da Educação.

Eu passo a palavra agora ao Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTC - AL) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, Sr. Embaixador do Marrocos no Brasil, Embaixador Adghoghi, senhoras, senhores, eu passarei agora a fazer a leitura do programa de trabalho sugerido pelo grupo que desenvolveu essas ideias, para oferecer aqui ao Plenário desta reunião, aos Srs. Senadores que compõem o Grupo de Amizade Brasil-Marrocos. É o seguinte o programa de trabalho:

Atividades a serem desenvolvidas.

Acompanhamento legislativo da tramitação de iniciativas de interesse para a relação Brasil-Marrocos, em particular as propostas de decretos legislativos para aprovação congressual de acordos bilaterais assinados pelos dois governos.

Isso vai na linha do que acabou de dizer S. Ex^a o Embaixador do Marrocos. Por exemplo, nós receberemos aqui, Sr. Presidente Cristovam Buarque, senhoras e senhores, muito possivelmente o Primeiro-Ministro, Chefe de Governo El Othmani, do Marrocos, por ocasião da realização do 8º Fórum Mundial da Água. E estamos também na expectativa da visita, Sr. Presidente, aqui ao Brasil, do Sr. Nasser Burita, Ministro das Relações Exteriores do Marrocos também ao Brasil. Ele viria no último dia 9, mas infelizmente não foi possível. Então são duas visitas muito importantes.

E isso, antes de prosseguir na leitura do programa de trabalho, eu colocaria para o Sr. Presidente Cristovam Buarque que talvez neste momento, na vinda de uma dessas duas autoridades, seguramente em março, o Primeiro-Ministro ou um representante, um alto representante do governo marroquino estará aqui presente, por ocasião do 8º Fórum Mundial da Água, que é um assunto que interessa muito ao Marrocos. Inclusive a Academia Real do





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 9

07/12/2017

Marrocos já fez um ano inteiro, se dedicou um ano inteiro ao estudo, à avaliação do fator água para o desenvolvimento mundial. Então, talvez neste momento fosse aquele que nós poderíamos também trazer, junto com o Primeiro-Ministro, o grupo, senão todos os integrantes do Grupo Parlamentar Marrocos-Brasil, mas pelo menos uns três ou quatro representantes, para que nós pudéssemos fazer aqui logo uma reunião conjunta dos dois grupos de amizade, dos dois lados do Atlântico.

Bom, em segundo lugar, propor a adoção de declaração ou votos de felicitação do Presidente do Senado a seu homólogo marroquino em datas relevantes para o Marrocos. No caso, a festa mais relevante para o Reino do Marrocos é a Festa do Trono, celebrada no dia 30 de julho.

Depois, terceiro ponto, uma reunião conjunta, no Brasil, com os membros do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil, da Câmara de Conselheiros do Marrocos.

Seria essa a sugestão de aproveitar a vinda do Primeiro-Ministro do Marrocos aqui ao Brasil, especificamente à Brasília.

Quarta atividade a ser desenvolvida segundo o programa de trabalho: visita de cooperação Parlamentar ao Marrocos em data a ser mutuamente acordada com os membros do grupo marroquino.

Depois, outra atividade. Seminário sobre oportunidades – como já foi, inclusive, sugerido aqui pelo Presidente da Comissão, Cristovam Buarque – de comércio, investimentos que se abrem a empresas brasileiras no Marrocos, possivelmente em cooperação com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que poderia participar e, naturalmente, a Embaixada do Marrocos no Brasil.

Apoiar a realização de estudos sobre temas de interesse para a relação entre o Brasil e o Marrocos. Por exemplo, rotas marítimas entre portos dos dois países, levantamento das já existentes e identificação de novas necessidades.

Isso aproveitando a questão, a discussão, em torno do Atlântico Sul, que é uma área que nós deixamos, tanto do lado da África quanto do lado da América do Sul e América Latina, um pouco de lado nas últimas décadas. Eu acho que é o momento, e foi isso que eu disse no Marrocos, ao que se referiu o Sr. Embaixador, que já estava na hora de nós deixarmos de dar as costas, a América do Sul, a América Latina, para a África e não procurarmos fazer com que o Atlântico Sul seja uma argamassa, um elo, uma vinculação, para melhorar o nosso comércio, para melhorar as nossas atividades multilaterais. Enfim, é a sugestão que é feita sobre as rotas marítimas entre os portos dos dois países, um levantamento das já existentes e a identificação de novas necessidades, é parte integrante desse interesse.

Depois, atividades para a promoção e valorização do patrimônio de memória cultural compartilhada entre os habitantes de Mazagão, no Amapá e de El Jadida, que é a antiga cidade de Mazagão no Marrocos. Quer dizer, essa cidade... O Marquês de Pombal, em priscas eras, exportou todos aqui para o Brasil; eles se instalaram no Amapá e fundaram a cidade que se chama Mazagão, que é a antiga cidade de Mazagão, no Marrocos, que agora se chama El Jadida.

Promoção do intercâmbio de experiências legislativas entre o Senado Federal brasileiro e a Câmara de Conselheiros do Marrocos.

Promoção de iniciativas voltadas para a difusão do conhecimento... Isso aí diz muito de perto respeito ao Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque. Promoção de iniciativas voltadas para a difusão do conhecimento recíproco entre os dois países, como exemplo, a publicação pela Gráfica do Senado de tradução para o português de um ou mais livros clássicos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 10

07/12/2017

da história do Marrocos, uma seleção de títulos que poderia ser feita em consulta com a Embaixada do Marrocos no Brasil.

E, do mesmo modo, poderia, como essa aqui é uma agenda proposta por nós, isso vai, também, à deliberação depois da Chambre des Conseillers, e talvez a Chambre des Conseillers pudesse fazer o mesmo lá no Marrocos em relação à história do Brasil. Nós sugeriríamos, o Presidente da Comissão sugeriria alguns títulos, e eles traduziriam para o árabe e divulgariam no Marrocos.

A promoção de inclusão de informações – este é um outro item da proposta de trabalho – relativas ao Marrocos na programação da TV Senado. Exemplo: um documentário sobre a história do Marrocos. Iniciativas como essa poderiam ser realizadas com coordenação com a Embaixada do Marrocos, aqui em Brasília.

Organização de exposição de arte, pintura, fotografia marroquina em espaço nobre no prédio do Senado Federal, como já fazemos aqui. Há tantas exposições. Poderíamos fazer, organizar uma exposição de arte, pintura, fotografia marroquina, enfim, artesanato no Salão Nobre, num espaço nobre do Senado Federal.

A última sugestão é que as atividades de promoção cultural contem sempre com o apoio e a participação da Embaixada do Marrocos no Brasil.

Então, Sr. Presidente da Comissão Brasil-Marrocos, Senador Cristovam Buarque, esse é o programa de trabalho, com as atividades sugeridas para que sejam desenvolvidas pelo Grupo de Amizade não somente do Brasil, mas também do Marrocos.

Eu peço a V. Ex^a que leve isso à deliberação do Plenário, para, sendo aprovado, encaminharmos depois à Chambre des Conseillers para que faça também essa leitura lá e delibere sobre essas atividades a serem desenvolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado, Senador Collor.

Eu creio que podemos fazer a votação disso em breve, contando, inclusive, agora, com a presença do Senador Anastasia.

Mas, antes, vou passar a palavra aos nossos convidados, aos que quiserem fazer uso da palavra.

Começo pelo Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes. E eu tenho a honra, Senador Collor, de dizer que foi meu aluno no Instituto Rio Branco.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Muito obrigado, Presidente.

Ex^{mo} Sr. Presidente Fernando Collor, Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente deste Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Marrocos, Ex^{mo} Sr. Nabil Adghoghi, Embaixador do Reino do Marrocos em Brasília, meu caro amigo, caros Embaixadores, Senador Anastasia, caros colegas, todos, para mim é uma grande honra poder apresentar aqui a visão do Itamaraty sobre as relações do Brasil com o Marrocos por ocasião desta segunda reunião do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Marrocos.

Em primeiro lugar, é importante registrar que as bases do nosso relacionamento com o Marrocos são muito antigas e vêm ainda do século XIX. Em 1863, o Brasil criou o Consulado do Brasil em Tânger. E, em 1906, pouco tempo depois, criou-se a primeira Embaixada não residente do Brasil no Marrocos. E o primeiro diplomata brasileiro pôde apresentar credenciais ao Sultão Moulay Abdelaziz do Marrocos daquela época.

Mais adiante, quando da independência do Marrocos, em 1956, o Brasil e o Marrocos trataram de restabelecer os contatos diplomáticos e imediatamente restabeleceram as relações diplomáticas. E, em 1961, abriu-se a primeira Embaixada do Brasil em Rabat, residente dessa vez.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 11

07/12/2017

Bom, esses laços tradicionais representam o importante ativo para o relacionamento na medida em que fornece um enquadramento histórico para os esforços de aproximação entre os dois países. Quando representantes do Brasil e do Marrocos se reúnem em qualquer âmbito, em qualquer nível, percebem imediatamente a grande afinidade que existe de posições, de visões, de princípios entre os dois países. A amizade é natural.

Nós temos, com base nessa sólida amizade, conseguido manter um fluxo de visitas de alto nível entre os dois países muito intenso. Praticamente todos os anos recebemos ou enviamos ao Marrocos autoridades do mais alto nível, de todos os Poderes institucionais. E temos conseguido também manter um intercâmbio comercial significativo, em volume significativo entre os dois países, e o diálogo político tem sido mantido também com grande fluidez.

Gostaria de citar como dois marcos recentes, relativamente recentes, do nosso relacionamento bilateral a histórica visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, em 2004, ocasião em que se acordou com o Marrocos a retomada das negociações entre o Marrocos e o Mercosul, entre outras muitas iniciativas que foram anunciadas durante aquela visita.

E mais recentemente ainda, no ano passado, a visita do então Chanceler Mauro Vieira a Rabat, a partir de quando foram lançadas diversas iniciativas bilaterais nas negociações de acordos bilaterais, que hoje, em particular nos domínios da defesa e da cooperação jurídica, como já havia mencionado o Embaixador, e que são áreas de interesse mútuo prioritário.

Durante essa visita do Ministro Mauro Vieira, o Marrocos formalizou pela primeira vez o apoio do país ao pleito brasileiro por assento permanente em um Conselho de Segurança da ONU reformado.

Em seguida a essa visita e como seguimento da visita, as duas chancelarias têm mantido sempre, em estreita coordenação, iniciativas e ações que possam dar continuidade ao aprofundamento das já excelentes relações que unem o Brasil ao Marrocos. Eu pude constatar, verificar essa coincidência de visões quando participei, conforme havia mencionado o Embaixador Adghoghi, de reunião do mecanismo de consultas políticas Brasil-Marrocos, no início do ano em Rabat.

Um âmbito que tem apresentado especial progresso no âmbito do relacionamento bilateral é o interparlamentar. Esta reunião aqui... E eu aproveito para transmitir meus cumprimentos aos integrantes do grupo pela aprovação tanto do plano de ação, quanto desse programa de trabalho, que, como não poderia deixar de ser, vai trazer contribuição muito especial para o aprofundamento e o aperfeiçoamento das nossas relações bilaterais. Especialmente eu gostaria de sublinhar esse primeiro ponto do programa de trabalho, que é o acompanhamento da tramitação dos acordos que devem ser proximamente, conforme já anunciou o Embaixador, assinados entre o Brasil e o Marrocos. Há pelo menos dois ou três que podem ser assinados imediatamente, por ocasião de uma próxima visita de alta autoridade, seja lá ou aqui. Esperamos que possa ser na próxima visita do Chanceler Burrita ao Brasil.

Mas também há outros, inúmeros, quase dez acordos que estão em negociação entre o Brasil e o Marrocos e que podem ser concluídos a qualquer momento em todas as áreas de nosso interesse mútuo.

Um aspecto que não chegou a ser mencionado aqui, mas que é importantíssimo também é o do relacionamento entre as sociedades do Brasil e do Marrocos. Um fator muito positivo para promover esses contatos tem sido os voos que a Royal Air Maroc tem mantido com frequência entre o Brasil e, inicialmente, apenas São Paulo, mas agora também o Rio de Janeiro e, desde 2013, que certamente tem contribuído muito para esse intercâmbio de turistas entre o Brasil.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 12

07/12/2017

Não só os voos, mas também o fato de que nós não exigimos entre nós, reciprocamente, vistos para turistas. Então, isso facilita muito os deslocamentos e as visitas de turistas. Só para citar o exemplo mais recente: no ano passado o Marrocos recebeu cerca de 32 mil turistas brasileiros e milhares de turistas marroquinos, eu acho que cerca de cinco, seis mil estiveram no Brasil no mesmo período no ano passado.

Um outro domínio que precisa ser desenvolvido para traduzir justamente a excelência das relações políticas entre os dois países é o domínio econômico-comercial. Nós tivemos, no triênio 2011/2013, níveis de intercâmbio comercial de cerca de US\$2 bilhões por ano, o que tornou o Brasil o terceiro principal cliente das exportações marroquinas e pôs o Marrocos na terceira posição entre os parceiros comerciais brasileiros na África.

Houve, enfim, por fatores exógenos a nossas relações, diminuição desse fluxo de comércio nos últimos anos por conta de redução dos preços internacionais de *commodities* como fosfato e o açúcar e até mesmo por conta da crise, da nossa profunda recessão aqui no Brasil. Mas, aos poucos, esse comércio começa a se recuperar e é importante mencionar que só nos dez primeiros meses deste ano alcançamos novamente a cifra de US\$1,2 bilhão no comércio bilateral, o que já se nos aproxima de novo dos patamares daquele triênio que foi muito especial entre nós no campo econômico-comercial.

Eu não quero me estender muito, mas eu gostaria de chamar atenção para três ações que estão em andamento e que podem contribuir para a intensificação dessas relações na área econômico-comercial. A primeira é a intensificação do número de missões empresariais, de seminários e eventos empresariais que têm sido promovidos entre 2013 e 2017. Nós mandamos para o Marrocos quatro missões comerciais e empresariais que participaram de diversas atividades e, certamente, terão muitas oportunidades a explorar por conta do intercâmbio de entendimentos com seus colegas no Marrocos.

Outra medida, e essa já foi mencionada aqui, é a retomada das negociações entre o Marrocos e o Mercosul para a conclusão de um acordo de livre comércio.

Como disse o Embaixador, nós já tivemos uma primeira reunião no contexto dessa nova etapa aqui em Brasília no mês de novembro, que acaba de terminar.

E a terceira medida também para contribuir para esse avanço no relacionamento econômico comercial é a conclusão das negociações para a assinatura do acordo de cooperação e facilitação de investimentos, também já mencionado pelo Embaixador e que, dependendo do momento em que seja assinado, esperamos que seja muito proximamente, poderá tornar o Marrocos o nosso primeiro parceiro árabe a vir assinar esse novo modelo de acordo de investimentos.

Enfim, as visitas no ano que vem foram mencionadas pelo Presidente Fernando Collor, temos realmente a expectativa de receber aqui não só o Chanceler do Marrocos, como também uma delegação de alto nível, provavelmente, como disse o Presidente, chefiada pelo Primeiro-Ministro, que virá participar do 8º Fórum Mundial da Água.

São ocasiões que certamente propiciarão a ocasião para a assinatura desses acordos já negociados. Enfim, teremos também ainda muitas ocasiões para continuar e concluir as negociações dos demais acordos já aqui citados.

Eu tenho certeza de que com a concretização de todas essas iniciativas juntamente com a maturação das ações já em curso nesse domínio econômico-comercial teremos bons motivos para considerar que o relacionamento do Brasil com o Marrocos se encontra de fato no caminho de tornar-se uma verdadeira parceria global.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 13

07/12/2017

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado, Embaixador.

Um relatório e tanto das nossas relações.

Eu consulto o Embaixador Marcelo Baumbach se quer fazer uso da palavra e, ao mesmo tempo, convido o Senador Anastasia para nos fazer companhia na mesa.

Tem certeza? Está bom, Senador, mas se quiser usar a palavra, a qualquer momento, inclusive agora.

Embaixador, o senhor permite que o Senador fale antes? O Senador Anastasia, dentre todos nós, talvez seja o que melhor conhece de história.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSDB - MG) – De forma alguma.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Cristovam. Agradeço muito a gentileza.

Peço escusas ao eminente Embaixador, já tinha falado pela manhã ao Presidente Collor que esta quinta-feira está um pouco atípica, tendo em vista o próximo encerramento da Sessão Legislativa. Então, muitos eventos se concentraram nessas duas últimas semanas, mas não poderia deixar de passar aqui para saudar, cumprimentar o nosso Presidente Collor pelo relatório, perfeito, feito de maneira clara como água, translúcido, como aliás caracteriza o trabalho de S. Ex^a como sempre, muito pormenorizado, detalhado e cuidadoso. Então, o Grupo de Amizade tem aqui um programa de trabalho muito bem posto. E, após ouvir o Embaixador no seu relato completo, então, acho de fato que não há muito a aditar ao que foi dito.

Então, somente renovar o meu empenho pessoal em nosso trabalho, em estarmos juntos no Grupo Trabalho, aproximando ainda mais Brasil e Marrocos, cuja amizade, como aqui foi dito, já é mais que centenária.

Então, fico muito feliz em aplaudir a iniciativa, cumprimentando o Presidente Cristovam, que é nosso grande mestre, aliás, professor do Rio Branco, por isso mesmo nosso professor permanente nas artes e nos assuntos diplomáticos.

Muito obrigado.

Cumprimento o Embaixador, a todas as senhoras e os senhores.

E continuo trabalhando firme no Grupo Parlamentar entre o Brasil e o Marrocos, sob a Presidência do Senador Cristovam, mas sempre com a orientação do Presidente Collor, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e o faz com o denodo e o brilho que lhe são característicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PPS - DF) – Obrigado, Senador Anastasia.

Embaixador Marcelo.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Muito obrigado, Ex^{mo} Senador Cristovam Buarque. Ex^{mo} Senador Fernando Collor, S. Ex^a Embaixador Nabil Adghoghi, serei muito breve, até porque a explanação do Embaixador Adghoghi foi muito completa, muito profunda, e também a do Embaixador Sobreira Lopes, apresentando os dois lados da perspectiva sobre essa relação entre Brasil e Marrocos.

Vou, portanto, ser muito breve e não vou colocar nenhum tema novo, mas fazer um comentário sobre quatro áreas específicas que nós reputamos importantes nas relações com o Marrocos, do ponto de vista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Acho que uma área que muitas vezes é negligenciada – mas, Senador Cristovam Buarque, o senhor é sempre um propositor de maior atenção – é a área da cooperação educacional. Nós já tivemos uma cooperação educacional muito robusta com o Marrocos. Muitos alunos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 14

07/12/2017

marroquinos já vieram estudar no Brasil. Nós temos dois programas ambiciosos de cooperação educacional no Brasil, o PEC-G e o PEC-PG, dos quais participam alunos de muitos países.

Acho que essa cooperação na área da educação é fundamental pelos dividendos que ela gera em termos de conhecimento recíproco. Um estrangeiro que vem estudar no Brasil, que aprende a falar português, a exemplo do excelente português do Embaixador, é alguém que vai conhecer e entender o Brasil melhor e ter condições de se tornar um multiplicador nessa relação. Então, acho que uma das vertentes à qual nós temos de dar atenção, segundo nosso pensamento lá na SAE, é essa vertente da cooperação educacional.

Então, incorporar... Aliás, parabeno os Senadores pela aprovação do plano de ação. Acho que é um plano de ação ambicioso. Se ele for cumprido vai contribuir de maneira substancial para essa relação. O papel do Senado Federal é sabido, é muito importante, é vital na condução das relações exteriores do País. Portanto, esse plano de ação tem grande importância.

Então essa é a primeira área, a área da educação. Outra área que já foi mencionada aqui, mas que eu acho que vale sempre a pena voltar a falar sobre ela, é a área comercial. As tratativas com o Mercosul, a retomada das tratativas com o Mercosul é uma notícia alvissareira. Vale lembrar que o Marrocos é a quinta economia da África, se não me engano. Tem os dados certos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO BAUMBACH – É a terceira? Melhor ainda, então! É a terceira economia da África.

Quer dizer, é um parceiro importante, é um parceiro relevante.

Estamos com uma grande convergência de opinião nessa área. O Brasil busca liberalizar a sua economia. O Marrocos também segue no caminho da liberalização, e penso que nunca é demais reforçar a importância da conclusão de acordos nessa área, da continuação das tratativas com o Mercosul, do acordo de investimentos. Tudo isso vai ajudar-nos internamente no Brasil e certamente ser benéfico para o Marrocos.

E o nosso Senado Federal tem um papel importante a desempenhar em toda essa questão dos acordos internacionais e das tratativas nessa área.

O terceiro aspecto é o da defesa. O Marrocos faz, de certa forma, parte do nosso entorno estratégico, porque, para nós, é extremamente importante o que acontece no Atlântico, declarado como zona de paz e cooperação.

O Brasil dá muita importância a isso. Isso é importante sob vários ângulos para nós. E eu tenho a impressão de que, como o próprio embaixador mencionou, o Marrocos também está num movimento convergente de valorizar mais essa área também. Estamos aprendendo, cada vez mais, que temos que olhar para o lado também, não apenas lá para cima, para a Europa.

Então, uma cooperação robusta na área de defesa – aí, evidentemente, nós não falamos em construir canhão, mas falamos em diálogo, em estabelecimento de mecanismos de conhecimento mútuo, de entendimento, nessa área de defesa, para realmente reforçarmos essa questão de tornar essa região cada vez mais pacífica e cada vez mais apta a uma cooperação para o que importa, que é o desenvolvimento.

E o último assunto – e, com isso, encerro –, e não é um assunto menos importante, é a questão da cooperação trilateral. Já estivemos servindo no exterior. O Presidente Fernando Collor presidiu a minha sabatina para o Suriname – aliás, presidiu a minha formatura no Rio Branco também.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 15

07/12/2017

Sabemos, então, que, no momento em que a nossa cooperação no Brasil enfrenta dificuldades de ordem orçamentária, problemas muito sérios, a mobilização, a sinergia com outros países, pode ser vital, para que as coisas consigam acontecer.

Nós temos exemplos com outros países, como o Chile, a Nova Zelândia, e penso que o Marrocos, pela sua posição na África, pelo seu conhecimento na região, pelos seus contatos, pode ser um catalizador para essa cooperação na África, que é uma prioridade brasileira.

Então, vejo esse vetor como importantíssimo. Como é que nós podemos juntar forças para potencializar os efeitos da nossa cooperação Sul-Sul e vencer as barreiras que se encontram no momento.

Era isso.

Muito obrigado novamente.

Felicitações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado ao Embaixador.

Passo a palavra ao Sr. José Guilherme Leal, que é Auditor-fiscal federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aqui tem um papel importante, porque um dos itens da nossa relação é o setor de comércio de laticínios, não é isso?

O SR. JOSÉ GUILHERME LEAL – Obrigado, Senador Cristovam. Quero cumprimentar o Senador Fernando Collor, Embaixador Nabil, todos os presentes, Senador Anastasia.

Eu estou representando o Secretário de Defesa Agropecuária, Luís Rangel, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. Nós queríamos colocar aqui o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Defesa Agropecuária à disposição desse trabalho que está hoje sendo consolidado, para que a gente possa contribuir nas questões que envolvem os acordos internacionais em termos dos controles sanitários, fitossanitários, de qualidade dos produtos e inspeção dos produtos de origem animal, vegetal e insumos, para facilitação do comércio, intensificação do comércio de produtos agropecuários e também de insumos.

Foi falado aqui de vários produtos, nós temos como de grande importância a importação de rocha fosfatada e fertilizantes fosfatados do Marrocos para a nossa agropecuária. O Brasil é dos grandes produtores agropecuários, um país que cultiva em áreas extensas que têm baixa fertilidade, do ponto de vista químico, então, o fornecimento desses fertilizantes, ao longo desses anos, tem contribuído para o desenvolvimento da nossa agropecuária. A gente entende que inclusive pode ser intensificado, do ponto de vista de que não somos autossuficientes em fertilizantes fosfatados.

Em relação às oportunidades que também estão colocadas no plano de trabalho, a gente entende que alguns produtos, como o azeite de oliva, que tem tido um crescimento constante no Brasil, existe uma produção importante no Marrocos, e isso pode ser trabalhado, assim também como a possibilidade de intercâmbio técnico. Nós estamos iniciando de forma mais expressiva a produção de oliveiras aqui, como já existe uma tradição no Marrocos até em termos de cultivares, isso pode também ser colocado.

Então, colocamos a nossa Secretaria à disposição, para que se possa detalhar e estabelecer os requisitos necessários para a facilitação do comércio dos produtos agropecuários.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado, Dr. José Guilherme Leal.

Passo a palavra ao Sr. Dayvison Franklin de Souza, que creio que chegou há pouco do Marrocos.

O SR. DAYVISON FRANKLIN DE SOUZA – É verdade.

Obrigado, Senador Cristovam Buarque.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 16

07/12/2017

Presidente Fernando Collor, que, além de conhecedor dos problemas e desafios da pesca, também é um grande auxílio nosso, inclusive com emendas parlamentares que podem nos ajudar a reerguer o setor pesqueiro; Sr. Embaixador Nabil, eu realmente acabei de vir desse país maravilhoso, ainda estou com saudade da comida, do povo, enfim, de tudo que nós aprendemos nesse imenso país. Em seu nome, eu quero saudar todo o corpo diplomático tanto brasileiro como marroquino que se encontra aqui, bem como todos os funcionários.

Como foi salientado em suas palavras, são amplas as ações que podem acontecer em nosso País. Nós temos também um setor tão importante que é o pesqueiro e aquícola. Nessa reunião de que vim agora do Comitê Internacional de Conservação da Pesca do Atum no Atlântico, nossos países juntos elegeram o novo secretário executivo desse órgão, um africano. E isso é extremamente importante, porque o Brasil e os países africanos fizeram uma verdadeira revolução nas cotas de pesca do atum.

Estamos falando de um negócio bilionário. Nossos países, estrategicamente, estão muito bem posicionados. Tive uma reunião com a secretária nacional do setor de pesca e aquicultura, inclusive articulado pela Embaixada, sua Embaixada aqui no Brasil e a Embaixada brasileira, muito profícua, para que possamos adentrar também esse assunto do agronegócio, como aquele que tem sido, no mundo inteiro, destacado como o que mais tem crescido. É estratégico para nós – eu ouvi o Embaixador – e é também extremamente importante que, nas ações estratégicas entre os nossos países, a pesca e a aquicultura também sejam um ponto primordial, a exemplo da reunião que tivemos ontem na Camex. Apesar de o Brasil ter um grande desafio com o fomento, com o crescimento da produção pesqueira e aquícola, existem áreas, existem lacunas em que nós temos de ter esse cuidado nas relações internacionais, principalmente com o comércio. Eu destaco a sardinha. O Brasil hoje tem alguns problemas, nós temos alguns problemas sérios com a nossa indústria desabastecida. Então, estamos hoje procurando uma abertura maior para a importação da sardinha. E, com certeza, Marrocos, que já tem um grande papel, o fará ainda mais forte nessa abertura.

Então, desde já, quero falar que é nosso desejo, da Secretaria e de todo o nosso corpo técnico do País fortalecer essas ações. Algo que podemos trabalhar, inclusive muito fortemente, é com a pesca do atum. Eu tenho certeza de que, nesse trabalho, nesse Grupo de Amizade Brasil-Marrocos, esse setor, que é o que mais cresce no mundo dentro do agronegócio – já é a proteína mais comercializada no mundo –, ainda é um grande desafio para os nossos dois países.

E nós temos algo, e Marrocos também: juntos podemos, com os dois países, construir uma nova história para a pesca e a aquicultura na nossa relação.

Então, muito obrigado. E que Deus nos ajude nesse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado.

Passo a palavra à Ministra Carla, que quer fazer uso da palavra, representando o Ministro da Educação.

A SRª CARLA BARROSO CARNEIRO – Boa tarde, Sr. Senador. Boa tarde, Sr. Fernando Collor, Sr. Senador Anastasia, meus colegas Embaixadores.

Eu trouxe, então, algumas propostas que acho que a gente poderia eventualmente explorar em um relacionamento bilateral.

Uma delas tem a ver com a articulação no que diz respeito à Agenda 2030. Como o senhor bem sabe, o ODS 4, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, diz respeito à educação.

O Brasil é o representante do Grulac no comitê diretivo do ODS 4, na Unesco. Nesse comitê diretivo, o que está sendo estudado são dois temas: os indicadores, que vão levar à





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 17

07/12/2017

análise da consecução ou não desses objetivos, e o outro, que eu suponho seja igualmente importante para os nossos dois países, que tem a ver com financiamento, o financiamento à educação – inclusive, financiamento internacional à educação quando for o caso.

Então, essa seria uma primeira proposta, Embaixador, que eu faria, de que houvesse uma articulação. A gente está à disposição no Ministério da Educação. No Ministério da Educação é a Secretária Executiva que foi eleita para o comitê diretivo. E nós, então, estamos à disposição. A próxima reunião acontece em fevereiro do ano que vem em Paris.

O segundo tema tem a ver com o que já falou o Embaixador Baumbach, que é PEC-G e o PEC-PG. Então, o Brasil tem, há mais de 50 anos, estes dois programas: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação é financiado pelo Ministério das Relações Exteriores, e o de pós-graduação, pela Capes, que é uma das autarquias do MEC, e pela SESu, que é a Secretaria de Educação Superior do MEC.

Ocorre que, embora o Marrocos seja um dos países que pode se candidatar às vagas no marco do programa, ele não tem se candidatado. Então, recentemente nós recebemos, em 2016, uma candidatura de um estudante marroquino, que veio e ficou um ano estudando português no CefetMinas. Se ele passar na prova de português, começará a estudar, no ano que vem, Letras, Português e Inglês, na PUC de Minas.

Então, essa é uma oportunidade que nós temos. Existem vagas disponíveis, o que não existe é um número grande de candidaturas. E aí vem a terceira proposta: por que a gente não tem mais candidaturas? Porque, para se candidatar, os estudantes têm de comprovar que falam português. O Brasil tem uma comprovação internacional dessa fluência, que se chama Celpe-Bras, que é como o Toefl ou Ielts, no que diz respeito ao inglês. No que diz respeito ao português brasileiro, de modalidade brasileira, é o Celpe-Bras. E não há posto aplicador do Celpe-Bras no Marrocos. Então, o que acontece? O candidato tem de vir ao Brasil cursar português, fazer a prova no Brasil e, se passar, começar as aulas. Portanto, uma proposta que eu tomo a liberdade de fazer ao senhor, Embaixador, é que procuremos identificar em conjunto um posto aplicador possível do Celpe-Bras no Marrocos.

Eu estive conversando com os nossos colegas da embaixada lá, ontem, e eles me mencionaram uma universidade que se chama Mohammed V, que eventualmente poderia ser um posto aplicador do Celpe-Bras, o que, sem dúvida nenhuma, aumentaria a possibilidade de termos mais candidatos do Marrocos.

Outro tema que me foi mencionado pelos nossos colegas na nossa Embaixada em Rabat, é o eleitorado. Atualmente não existem eleitorados brasileiros no Marrocos. Esse é um programa que é levado em conjunto pela Capes, que é uma das autarquias do MEC, e pelo Ministério das Relações Exteriores. Atualmente ele está sendo reformulado por questões orçamentárias, mas nada impede que nós busquemos identificar também um possível local onde esse eleitorado e possíveis candidatos – porque a candidatura é feita individualmente – possam ser estabelecidos, para que, eventualmente, quando esse programa que puder ser retomado, a gente possa lançar um eleitorado para o Marrocos.

E o último tema que eu gostaria de mencionar é que o Brasil atualmente está na presidência *pro tempore* da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A reunião de ministros da educação vai acontecer em Salvador, em março do ano que vem. Um dos temas que o Ministério da Educação erigiu como prioritário na sua presidência *pro tempore* foi o ensino da Língua Portuguesa. E nós temos um desafio no ensino da Língua Portuguesa na CPLP:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 18

07/12/2017

embora ela seja o pináculo ali da CPLP, a Língua Portuguesa tem diferentes estatutos dentro dos países da CPLP. Em alguns lugares, ela é a única língua, é a língua oficial; em outros, ela está em um processo de multilinguismo, como a gente chama; e, em outros lugares, ela é uma língua segunda. Então, nós trabalhamos com isso e estamos buscando, junto com o IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa), instituir formatos para que possamos estabelecer currículos comuns para o ensino do português nessas diferentes situações.

Segundo eu conversei com os nossos colegas da embaixada ontem, eles me disseram que existe um desafio parecido no Marrocos, que tem a ver com o fato de que a língua clássica que é estudada nos colégios nem sempre reflete a língua cotidiana das crianças, e que isso gera uma dificuldade no aprendizado e, depois, nos resultados. Então, eu tomaria a liberdade, se o senhor julgar que é o caso, de, eventualmente, buscarmos também explorar algum tipo de trabalho conjunto nesse sentido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado, Ministra.

Eu passo agora à parte final do nosso encontro, que é a aprovação pelos Senadores presentes do programa que foi lido pelo Presidente Senador Collor, e a abertura de um documento que será enviado ao Presidente, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que diz o seguinte:

Considerando a aprovação pelo Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos do Senado Federal do plano de ação proposto pelo grupo congênera da Câmara de Conselheiros de Marrocos, assim como o também aprovado programa de trabalho sugerido pela parte brasileira, e tendo em vista a sugestão pelo lado marroquino da assinatura de um memorando de entendimento e cooperação entre o Senado Federal brasileiro e a Câmara de Conselheiros marroquina, proponho aos membros do Conselho Parlamentar Brasil-Marrocos a deliberação da seguinte minuta de memorando de entendimento e cooperação entre as duas Casas, a ser assinada pelos respectivos Presidentes, Presidente do Senado e Presidente da Câmara dos Conselheiros de Marrocos, em local e data a serem acordados.

A minuta tem oito artigos em três capítulos, e eu a dou como lida, porque é um documento razoavelmente longo, que dá todos os dados de como será a função. Se for aprovada, como eu espero aqui, ela será enviada ao Presidente Eunício para que ele a envie à sua contraparte no Marrocos.

Então, eu submeto aos Srs. Senadores.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovados o programa e a minuta do memorando de entendimento e cooperação.

Eu quero agora agradecer, mais uma vez, a participação de todos os presentes...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTC - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Senador, com muito prazer.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTC - AL) – Eu não sei se cabe pela ordem no...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Cabe pela ordem, sim.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTC - AL. Pela ordem.) – Desculpe-me, mas eu gostaria, antes do encerramento dos trabalhos por V. Ex^a, de solicitar a V. Ex^a que permita que seja incluído na ata dos trabalhos de hoje o artigo que foi escrito por S. Ex^a o Embaixador Adghoghi no jornal *O Globo*, no mês de novembro passado, sob o título "Olhar para o Marrocos e o mundo. Acordo de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARBMAR (02ª Reunião)

CN - 19

07/12/2017

livre comércio com o Mercosul vai permitir uma maior articulação empresarial dentro da África." Então, eu pediria a V. Ex^a que determinasse a inclusão na ata dos nossos trabalhos desse artigo assinado pelo Embaixador do Marrocos no Brasil, o Embaixador Adghoghi.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Presidente Collor, eu não apenas acato, como agradeço a sua iniciativa pela inclusão desse artigo do Embaixador Nabil Adghoghi.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a participação de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, representantes dos ministérios e todos aqui presentes, principalmente ao Embaixador Nabil, ao Embaixador Luís Henrique, ao Embaixador Marcelo Baumbach, ao Sr. José Guilherme Leal, ao Sr. Dayvison Franklin, à Ministra Carla Barroso e a cada um dos que aqui estiveram.

Antes do encerramento, eu gostaria de propor a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião para fins de publicidade no *Diário do Senado Federal*.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estejam de acordo com a dispensa da leitura permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.)



Olhar para o Marrocos e o Mundo
NABIL ADGHOGHI
Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil
17 de outubro de 2017

O Marrocos e o Mercosul iniciaram, segunda-feira, em Brasília, negociações oficiais em vista de alcançar um acordo de livre comércio. Tal acordo reforçará o compromisso do Mercosul com mais abertura e mais interação com os novos padrões desenhados pela globalização; caminho que a presidência *pro-tempore* do Brasil está reforçando através de uma abertura tanto para o Polo Ásia-Pacífico quanto para Europa, com o encerramento das negociações com o Associação Europeia de Livre Comércio (Efta) e a aceleração das discussões com a União Europeia.

Esse acordo permitirá, por outro lado, ao Marrocos seguir adiante na escolha estratégica que fez, há anos, pela inserção na globalização e a internacionalização de sua economia, e que lhe permite se posicionar, hoje em dia, como um hub econômico ligado por acordos de livre comércio com a União Europeia, os Estados Unidos, a Efta, os países de Golfo Árabe (CCG), a Turquia... e que se tornará, em breve, membro da Ecowas, o bloco econômico que reúne 16 países da África ocidental.

Portanto, o potencial de um acordo de livre-comércio entre o Marrocos e o Mercosul não deve ser identificado através, única e exclusivamente, do crescimento dos fluxos comerciais entre as duas partes. Tal prisma não deveria produzir muito entusiasmo dentro das comunidades empresariais, devido às pequenas “margens de progresso” que o comércio bilateral poderia alcançar dentro de um regime de livre comércio.

Cabe-nos, ao contrário, avaliar o potencial desse novo marco jurídico através das oportunidades que o Marrocos poderia oferecer aos operadores econômicos do Mercosul junto aos mercados árabes, africanos e europeus. Isso porque, na nova geoeconomia, é cada vez mais decisivo e mais crucial mobilizar os potenciais ganhos que mercados poderiam oferecer junto a outras regiões.

Ao invés de se contentar com uma análise estática dos fluxos comerciais entre ambas as partes, deve-se fazer uma projeção dinâmica dos lucros potenciais em termos de comércio, de investimentos e de agregação nas cadeias de valor.

Dessa maneira, o Marrocos ambiciona se posicionar como um hub aberto sobre diversas zonas econômicas, especialmente na África, já que a política africana do Marrocos, sob a liderança da Sua Majestade o Rei Mohammed VI, está ganhando um novo



patamar, que se verifica no seu âmbito geográfico, na natureza de seus projetos e se reflete também no desempenho de setor privado marroquino nos setores bancários, de seguros, de transporte aéreo, de telecomunicações, de habitação, de indústria farmacêutica... Em 2016, o Marrocos foi o país africano que mais investiu no continente, com cerca de US\$ 4 bilhões.

Uma dinâmica tão promissora quanto vigorosa se nota igualmente na avaliação da presença do Brasil na África. Como bem destacou o chanceler brasileiro, o ministro Aloysio Nunes Ferreira, a parceria do Brasil com a África não é apenas uma decorrência das afinidades históricas, humanas e culturais, mas um imperativo na construção de uma ordem mundial mais equilibrada e mais justa. Em 2016, o Brasil registrou um superávit de US\$ 3,2 bilhões no intercâmbio comercial com os países africanos.

Consideramos, portanto, no Marrocos que um acordo de livre comércio com o Mercosul vai permitir uma maior articulação empresarial dentro da África, no intercâmbio comercial e nos fluxos de investimentos diretos. Julgamos, também, que esse acordo vai dar às relações bilaterais entre Marrocos e Brasil um novo impulso, cujo marco jurídico vai se enriquecer, nos próximos meses, com um Acordo de Cooperação e de Facilitação de Investimentos; um convênio em matéria de dupla tributação setorial e um acordo em matéria de serviços aéreos. Especificamente, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos favorecerá a triangulação de investimentos e permitirá às empresas brasileiras e marroquinas montarem operações conjuntas na África e nos outros países árabes.

Por fim, esse acordo abrirá novas oportunidades de ações conjuntas para potencializar o Atlântico Sul, a fim de torná-lo um espaço seguro e próspero, com mais fluxos comerciais, mais parcerias na agricultura e na pesca e mais conectividade logística entre os dois lados do oceano.

Essa dinâmica, tanto regional (com o Mercosul) quanto bilateral (entre Marrocos e Brasil), permitirá de fato ao Atlântico Sul emergir como um novo polo da economia mundial, onde possamos experimentar um regionalismo aberto e concretizar uma nova filosofia do comércio internacional, que seja mais equilibrada, mais equitativa e benéfica para todos.





Reino do Marrocos
Parlamento
Câmara dos Conselheiros

**GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE
CÂMARA DOS CONSELHEIROS DO MARROCOS – SENADO DO BRASIL**

INTRODUÇÃO

Em conformidade com as decisões da Mesa Diretora da Câmara dos Conselheiros voltadas a dinamizar a atuação dos grupos de amizade parlamentares com vários parlamentos do mundo, o Grupo de Amizade entre a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e o Senado Federal da República Federativa do Brasil, presidido por Sua Excelência o **Sr. Abdellatif Abdouh** (Grupo Parlamentar de Equidade e Igualdade do Partido Istiqlal), foi formado sob a liderança dos excelentíssimos conselheiros:

- **Sr. Rachid El Menyari** (Grupo Parlamentar União Marroquina do Trabalho – UMT), Vice-Presidente;
- **Sr. Mohamed Razama** (Grupo Parlamentar União Nacional dos Independentes – RNI), Relator; Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Fronteiras e Territórios Marroquinos Ocupados na Câmara dos Conselheiros;
- **Sr. Ibrahim El Chkili** (Grupo Parlamentar Autenticidade e Modernidade – PAM), membro do grupo;
- **Sr. Abdekrim El Mehdi** (Grupo Parlamentar Confederação Geral das Empresas do Marrocos – CGEM), membro do grupo;

INTERCÂMBIO DE VISITAS PARLAMENTARES

- A visita de trabalho do Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Brasil e ex-Presidente da República, realizada de 18 a 26 de julho de 2017 no Marrocos, foi uma oportunidade para abordar detidamente com vários líderes parlamentares e governamentais temas de interesse comum. A questão do fortalecimento da cooperação econômica e comercial entre os dois países mostrou-se de suma relevância para ambas as partes, tendo em vista o potencial econômico do Marrocos e do Brasil e sua abertura aos mercados regionais no contexto do fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

- Esses assuntos foram retomados e aprofundados pelas duas partes ao fim do almoço de trabalho oferecido pelo Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros responsável pela diplomacia parlamentar e comunicação (Sua Excelência o Sr. Abdessamad Kayouh), o Presidente Abdouh e o Vice-Presidente do Grupo Menyari, na presença de Sua Excelência o Sr. José Humberto de Brito Cruz, Embaixador do Brasil em Rabat. Tal evento deu-se por ocasião da participação do Senador Collor numa conferência temática organizada pela Academia do Reino, além das conversas mantidas com o presidente da Câmara dos Representantes, o Sr. El Habib Elmalki, durante a semana de 20 a 23 de



novembro de 2017.

PROJETO DE PLANO DE AÇÃO

Nas comunicações mantidas entre o Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros responsável pela diplomacia parlamentar e comunicação, Sua Excelência o Sr. Conselheiro Abdessamad Kayouh, e Sua Excelência o Sr. Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Brasil, em 20 de julho de 2017, na presença do Presidente e de membros do Grupo Parlamentar de Amizade Marrocos-Brasil na Câmara dos Conselheiros, as duas partes discutiram uma série de assuntos a partir dos quais se pode esboçar um plano de ação de cooperação entre o Grupo de Amizade Marrocos-Brasil e seu congênere no Senado brasileiro:

- Permanecer na linha da bem-sucedida visita histórica de Sua Majestade o Rei Mohammed VI à República do Brasil em 2004 e de suas perspectivas promissoras de um **fortalecimento acentuado das relações marroquino-brasileiras** em várias áreas;
- Destacar a importância da **cooperação parlamentar** no fortalecimento e na manutenção das relações de parceria entre a Câmara dos Conselheiros do Marrocos e o Senado do Brasil, contribuindo assim para consolidar as relações de amizade existentes entre os dois países e os dois povos;
- Estabelecer, conforme acordado, uma **comissão mista** composta pelos dois Presidentes das comissões de relações exteriores e dos Presidentes dos grupos parlamentares de amizade de ambas as Casas a fim de acompanhar a implementação das ações de cooperação mutuamente acordadas e contribuir essencialmente para dar um impulso concreto e significativo a esta cooperação parlamentar;
- **Priorizar a ação dos dois grupos parlamentares de amizade entre as duas instituições legislativas**, como ponte entre as duas Casas, com ênfase no acompanhamento e na implantação de mecanismos de cooperação parlamentar;
- Fortalecer a coordenação e a comunicação entre os dois grupos respectivos por meio de **consultas** destinadas essencialmente a fazer perdurar suas atividades conjuntas, levando em consideração: a posição geoestratégica dos dois países, sua abertura para novos mercados na ótica da cooperação Sul-Sul e **fortalecer as relações econômicas e comerciais** entre as duas partes, promovendo parcerias inovadoras que se beneficiem das animadoras oportunidades de investimento entre os dois países;
- Incentivar o **intercâmbio de experiências** entre os integrantes dos dois grupos de amizade em questões relacionadas à cooperação parlamentar: Legislação e Controle, Diplomacia Parlamentar e Avaliação de Políticas Públicas, por meio de **visitas periódicas** destinadas a fortalecer os laços de amizade e cooperação com base em uma história comum, respeito profundo e compreensão mútua;
- Organizar um **seminário sobre formas de fortalecer as relações marroquino-brasileiras**, particularmente econômicas e comerciais, com a presença de representantes do Parlamento brasileiro e de especialistas nacionais e internacionais, em coordenação com os setores governamentais envolvidos e a Embaixada do Brasil em Rabat;
- Realizar **consultas extensas entre as duas instituições** sobre uma série de questões regionais e internacionais em fóruns parlamentares internacionais para promover a paz e a segurança internacionais e alcançar o desenvolvimento sustentável;
- Institucionalizar a cooperação entre as duas partes por meio da **assinatura de um memorando de entendimento e cooperação entre a Câmara dos Conselheiros do Marrocos e o Senado do Brasil**, abrangendo todas as propostas mencionadas no plano de ação que os dois grupos de amizade parlamentares decidam implantar de comum acordo.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Aírton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PDT - Sérgio de Castro* (S)
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-PSB - Elber Batalha* (S)
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-S/Partido - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Airton Sandoval	SP
Dário Berger	SC
Eduardo Braga	AM
Elmano Férrer	PI
Eunício Oliveira	CE
Fernando Bezerra Coelho	PE
Garibaldi Alves Filho	RN
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS
Zeze Perrella	MG

Bloco Social Democrata - 15 PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB / MG
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalirio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Eduardo Amorim	PSDB / SE
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Roberto Rocha	PSDB / MA
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ângela Portela	PDT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Sérgio de Castro	PDT / ES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
Lasier Martins	PSD / RS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias	PODE / PR
Cristovam Buarque	PPS / DF
Elber Batalha	PSB / SE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PODE / MT
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfé Rodrigues	REDE / AP
Romário	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Lopes	PRB / RJ
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Pedro Chaves	PSC / MS
Telmário Mota	PTB / RR
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

S/Partido - 2

Kátia Abreu	TO
Reguffe	DF

PRTB - 1

Pastor Bel	MA
------------	----

PROS - 1

Hélio José	DF
------------	----

PMDB	20
Bloco Social Democrata	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania	10
Bloco Moderador	9
S/Partido	2
PROS	1
PRTB	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (-PROS-DF)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-S/Partido-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio de Castro* (Bloco-PDT-ES)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Elber Batalha* (Bloco-PSB-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">PMDB - 20 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100) Vice-Líder do PSDB Roberto Rocha (37,54,110,158) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,130,147) Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,126,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,126,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,125) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p style="text-align: center;">Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Flexa Ribeiro (131,149) José Medeiros (12,14,18,88,128,143,148) Sérgio Petecão (10,132,151) Wilder Morais (39,122,130,147)</p>	<p style="text-align: center;">PROS - 1 Líder Hélio José - PROS (42,48,86,155)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p style="text-align: center;">Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Felipe Gerales / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
 Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
 Senador José Maranhão (PMDB-PB)
 Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
 Senador Paulo Rocha (PT-PA)
 Senador Lasier Martins (PSD-RS)
 Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
 Senador Jorge Viana (PT-AC)
 Senador Hélio José (PROS-DF)
 Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
 Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



7) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.
*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 01/03/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

* Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1090, de 2017, que prorroga o prazo da CPI até o dia 01.03.2018.

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)

2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).

3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)

4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)

5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).

6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)

7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)

8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,21,22)	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(3,22,23)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalirio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Aírton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(6,18,19)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. n° 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício n° 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,12,35,36,37)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).

41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) (2,16,22,23)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

* Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
^(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. n° 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	4.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	5.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE)	6.
Senador Jorge Viana (PT-AC)	7.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	8.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	9.

Notas:

* Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. VAGO (7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) (2,8,11,19,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
(1,16)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Majoria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) ^(19,22,23)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varela
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽⁶⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
VAGO
PODE



PROS

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS



Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Atualização: 01/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PSB
VAGO
PDT
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
PCdoB
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



**17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO
ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

* Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

